

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**



**MARINHEIROS EM LUTA: A REVOLTA  
DA CHIBATA E SUAS REPRESENTAÇÕES**

CLÁUDIO BARBOSA DE SOUSA

**UBERLÂNDIA, 2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MARINHEIROS EM LUTA: A REVOLTA**  
**DA CHIBATA E SUAS REPRESENTAÇÕES**

**CLÁUDIO BARBOSA DE SOUSA**

**UBERLÂNDIA, 2012**

**CLÁUDIO BARBOSA DE SOUSA**

**MARINHEIROS EM LUTA: A REVOLTA  
DA CHIBATA E SUAS REPRESENTAÇÕES**

**Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais  
apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Ciências Sociais da Universidade Federal  
de Uberlândia, sob a orientação do Prof. Dr.  
Adalberto de Paula Paranhos.**

**UBERLÂNDIA, 2012**

## **Banca examinadora**

---

**Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos – UFU**  
(Orientador)

---

**Prof. Dr. Rodrigo Czajka – Unesp/ Marília**

---

**Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia - UFU**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S725m Sousa, Cláudio Barbosa de, 1969-  
2012 Marinheiros em luta : a Revolta da Chibata e suas representa-  
ções / Cláudio Barbosa de Sousa. -- 2012.  
114 f. : il.

Orientador: Adalberto de Paula Paranhos.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.  
Inclui bibliografia.

1. Sociologia - Teses. 2. Brasil - História - Revolta da Esqua-  
dra - 1910 - Teses. I. Paranhos, Adalberto de Paula. II. Universida-  
de Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciên-  
cias Sociais. III. Título.

---

CDU: 316

## RESUMO

O tema desta dissertação é a Revolta da Chibata, o levante de marinheiros de baixa patente da Marinha de Guerra do Brasil, deflagrado em novembro de 1910 contra os castigos físicos, a extensa jornada de trabalho e os baixos salários, entre outras reivindicações. O movimento será aqui enfocado partindo do pressuposto de que há uma estreita relação entre a resistência dos marujos e o contexto mais geral da luta por direitos civis e sociais – pondo em evidência formas de enfrentamento da repressão violenta sofrida pela parcela mais pobre da população – tolhidos que eram na sua participação política naquele período. Este estudo se apoiou em uma seleção de materiais que compreendem, na imprensa, textos jornalísticos e iconográficos, bem como na análise de produções culturais, que incluem músicas, textos teatrais e literários, sem falar de monumentos e celebrações que deram sentido às tentativas de construção/destruição do significado histórico da Revolta da Chibata, alvo de verdadeiras batalhas travadas em torno da memória desse evento em meio a constantes processos de dessignificação e ressignificação.

## ABSTRACT

The theme of this dissertation (work paper) is the Revolta da Chibata, the uprising of sailors low ranking Navy of Brazil, broke out in November 1910 against corporal punishment, the long working hours and low wages, among other claims. The movement will be focused here on the assumption that there is a close relationship between the resistance of sailors and the general context of struggle for civil and social rights – highlighting ways of coping with violent repression suffered by the poorest segment of the population – restrained in their political participation in that period. This study was supported by a selection of materials comprising, in the press, journalistic and iconography texts, as well as the analysis of cultural productions, including music, theater and literary texts, adding monuments and celebrations gave way to attempts to building/destruction of the historical meaning of the Revolta da Chibata, target true battles around the memory of that event among constant process of redefinition and a lack of meaning.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, no âmbito acadêmico, meus agradecimentos são para o Prof. Dr. Adalberto Paranhos, pela consideração em aceitar orientar-me, pela excelência profissional com a qual fez cuidadosas leituras e trabalhosas correções dos originais que ultrapassaram, em muito, os limites de um trabalho de orientação, mas que enriqueceram sobremaneira esta dissertação em seus aspectos teóricos, metodológicos e textuais, e, sobretudo, um agradecimento pela paciência com as minhas limitações.

Agradeço aos meus caros professores no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFU, Alessandra Siqueira Barreto, Claudelir Corrêa Clemente, Edilson José Graciolli, Fabiane Santana Previtali, Mônica Chaves Abdala e Patrícia Vieira Trópia, sempre direcionando seus comentários e atividades levando em conta as dissertações individuais da turma. Obrigado ainda aos colegas que acabaram se tornando amigos em meio à nossa convivência e também aos funcionários do Programa, especialmente à Edvandra Machado. E, mencionando mais uma vez os Profs. Drs. Patrícia Trópia e Edilson Graciolli, meu muito obrigado pelas importantes sugestões, contribuições e críticas feitas durante o exame de qualificação.

Contei com uma pequena parcela de recursos do PPGCS para financiamento parcial de trabalho de campo, com o que pude pesquisar alguns dias no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) na Unicamp, no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e na Biblioteca Nacional (BN), ambos no Rio de Janeiro. Na Universidade de Campinas, agradeço pela cordialidade do pessoal do AEL, no Rio de Janeiro, a atenção dos funcionários dos arquivos da BN e, igualmente, do Instituto Histórico e Geográfico, em especial ao seu ilustre bibliotecário Pedro Tórtima, pela contribuição teórica e indicações de leitura.

Meus agradecimentos vão também para o ex-marinheiro Hélio, participante do movimento dos marinheiros de 1964, que, juntamente com centenas de outros companheiros, foi expulso, acusado de subversão e de apoio ao deposto presidente João Goulart. O velho marujo, em conversas na Praia de Carapebus, litoral do estado do Espírito Santo, contou sobre o evento e o engajamento de muitos deles, posteriormente,

na luta armada contra a ditadura militar no Brasil, a luta pela anistia, e discorreu sobre as relações do movimento dos marinheiros com a Revolta da Chibata e sobre João Cândido, despertando então meu interesse concreto a respeito desse tema e da história dos de baixo.

Finalmente, mas não com menor importância, meus agradecimentos à minha família, Vera, minha mãe, aos meus filhos Pedro, Clara e Gabriel, sempre interessados no andamento do trabalho e para quem eu vou sempre dedicar as minhas conquistas.



## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Corpo de Aprendizes Marinheiros da Escola do Pará .....	29
Figura 2 – Carapuças da revolta .....	32
Figura 3 – Superior e subalterno .....	38
Figura 4 – Entre cafajestes .....	41
Figura 5 – Abusos da força .....	43
Figura 6 – A voz dos canhões .....	47
Figura 7 – A anistia do medo .....	49
Figura 8 – A sanção da anistia .....	50
Figura 9 – Gato esaldado .....	52
Figura 10 – A disciplina do futuro .....	56
Figura 11 – Porta da rua, serventia da casa .....	64
Figura 12 – Limpando as águas .....	65
Figura 13 – Monumento ao marechal Floriano Peixoto .....	76
Figura 14 – Monumento a João Cândido nos jardins do Museu da República .....	77
Figura 15 – Monumento a João Cândido na Praça XV de Novembro .....	78
Figura 16 – O presidente Lula no ato do batismo do petroleiro João Cândido .....	80
Figura 17 – Consequências do sentimentalismo .....	93
Figura 18 – Ordem e progresso .....	95
Figura 19 – Viva a liberdade .....	96
Figura 20 – Uma do delegado desfrutável .....	97

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1. O MOVIMENTO DOS MARINHEIROS DE 1910 E SEUS ANTECEDENTES .....	16
Novos tempos daqui e de lá .....	20
2. A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DA REVOLTA DA CHIBATA .....	32
O teatro do suplício e os abusos da força .....	36
Entre a revolta e a “degeneração moral” .....	57
3. JOÃO CÂNDIDO E A REVOLTA DA CHIBATA: DISPUTAS E MEMÓRIAS .....	67
Os sons da revolta na música popular .....	69
Disputas simbólicas: estatuária e memórias em jogo .....	75
A recriação da realidade nas tramas de um romance e de uma peça teatral .....	81
Outros lances das batalhas da memória na imprensa .....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
FONTES .....	106
Locais de pesquisa .....	106
Áudio .....	106
Bibliográficas .....	106
Digitais .....	108
Jornalísticas .....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	109
ANEXO .....	114

## INTRODUÇÃO

*Mas de todas as rebeliões militares, a de mais profundo conteúdo social e por isso mesmo mais cruelmente reprimida foi a revolta dos marinheiros (dita “da chibata”), em 1910, contra os maus-tratos e os atrozes castigos corporais a que eram discricionária e sistematicamente submetidos pelos oficiais.*

João Quartim de Moraes<sup>1</sup>

O tema desta dissertação é a Revolta da Chibata, nome pelo qual ficou conhecido o levante de marinheiros de baixa patente deflagrado na Marinha de Guerra do Brasil, em novembro de 1910, contra os castigos físicos, a extensa jornada de trabalho e os baixos soldos, entre outras reivindicações. Proponho-me a focar as representações dessa revolta na imprensa contemporânea aos acontecimentos, a fim de buscar compreender o desdobramento que ela teve nos jornais e revistas da época, bem como a construção de seu sentido. Além disso, focalizarei como tal movimento foi representado em manifestações e produções culturais que no decorrer do tempo o tomaram, evocando-o, como tema da memória nacional.<sup>2</sup>

A revolta dos marinheiros de 1910 foi um acontecimento noticiado por grande parte da imprensa, seja no Brasil, seja no exterior, na forma dos mais variados textos<sup>3</sup>, tanto escritos, a exemplo dos editoriais, sátiras e crônicas, como não-verbais, caso das fotos, charges e caricaturas, elementos ligados à produção cultural, que se inscrevem imageticamente como textos visuais.<sup>4</sup> Objetivando influenciar os leitores na recepção do

---

<sup>1</sup> *E-PREMISSAS* : Revista de Estudos Estratégicos, n. 2, Campinas, jan.-jun. 2007. Entrevista concedida por João Quartim de Moraes a Augusto Buonicore. Disponível em <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/2/07.02.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2011.

<sup>2</sup> Inspiro-me aqui no que, em outro contexto, afirma Pollak: “num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. [...] Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.” POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3 Rio de Janeiro, 1989, p. 4. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>>. Acesso em 3 dez. 2010.

<sup>3</sup> Para Roland Barthes, existem diferentes tipos de textos, mas todos eles (a fala, o discurso, a foto) são representações e não pura expressão da realidade em si mesma. BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

<sup>4</sup> A noção de textos visuais vem ganhando força, não é de hoje, na academia. Sobre o assunto, ver PARANHOS, Kátia Rodrigues, LEHMKUHL, Luciene e PARANHOS, Adalberto (orgs.). *História e imagens: textos visuais e práticas de leitura*. Campinas: Fapemig/Mercado de Letras, 2010.

evento e disputando entre si pelo poder de construir um sentido e uma interpretação do movimento, a imprensa (por meio de jornais e de revistas ilustradas) apresentou, de maneira muitas vezes contraditória, diferentes representações<sup>5</sup> da revolta. Dependendo de que órgão da imprensa partia a fala e de que grupo social ela era representativa, se da imprensa empresarial, por exemplo, ou dos periódicos anarquistas, cada qual tinha suas características visões de mundo. Para Roger Chartier,

*as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.*<sup>6</sup>

Efetivamente, os eventos que são reconstruídos em qualquer texto não são a reprodução neutra e objetiva da realidade. Eles são, antes, uma recriação parcial do mundo e visam oferecer uma orientação, uma direção ao entendimento do receptor, o que não quer dizer que essa recepção se dá de modo passivo. Ela será sempre reelaborada a partir das posições (inclusive político-ideológicos) do sujeito leitor no espaço social.<sup>7</sup>

No levantamento do material que representou a revolta na imprensa, fiz uma pequena seleção de diferentes periódicos e revistas ilustradas, com o propósito de contemplar um recorte mais geral das várias modalidades da imprensa existentes no começo do século XX. Busquei, então, realizar uma seleção que fosse representativa da imprensa empresarial e dos periódicos dos operários e anarquistas. A primeira, mais profissional e dispendiosa de capital, inclusive muitas vezes subsidiada pelo governo; os segundos, voltados, principalmente, para a doutrinação e divulgação de ideias socialistas e anarquistas e sem fins lucrativos. Levei em conta ainda a variedade das seções dos jornais, o que abarca crônicas, charges, editoriais etc. Eventualmente alguns discursos parlamentares foram analisados quando publicados pela imprensa consultada.

Esses materiais, arquivados em microfimes, foram pesquisados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de

<sup>5</sup> A noção aqui utilizada de representação se coaduna com a de Roger Chartier. Para ele, as representações supõem “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro-Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1990, p. 17.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> Contra a ideia de receptores passivos, ver, por exemplo, DAVIS, Natalie Zemon. O povo e a palavra impressa. In: *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, bem como CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leitura. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova História Cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



estudo, mostraram um constante embate pelo poder de instituir um significado para o movimento. Por isso intentei verificar como essas lutas se desenvolveram, porque isolar os marinheiros do contexto mais geral da luta de classes foi uma das estratégias que assumiu o discurso dominante. Tais “lutas de representações”, para fazer uso de uma terminologia adotada por Chartier<sup>9</sup>, se revestem, pois, de um caráter discursivo para, entre outras coisas, promover, de um lado, o esquecimento e, em outros casos, a vivificação da memória histórica da revolta.

Com base nessa linha de pensamento, entendo que, ao se rebelarem contra as condições de vida e de trabalho que os oprimiam, os marinheiros denunciavam, ao mesmo tempo, ainda que por vias indiretas, os abusos cometidos pelas elites contra as classes pobres. A capital federal ostentava naquele momento o maior desenvolvimento industrial do país, e a classe operária se deparava com situação semelhante à dos marítimos. Aliás, os problemas com os quais estes se defrontavam na dura labuta do dia a dia eram, na verdade, comuns a grande parte dos trabalhadores livres, constituídos de pessoas mais ou menos marginalizadas que deveriam ser disciplinadas e socializadas coercitivamente para o trabalho regular.<sup>10</sup> Nesse sentido, os marinheiros eram, portanto, representativos da condição mais geral da população livre no Rio de Janeiro, sobre os quais recaía todo o peso do tratamento coercitivo da política oficial de controle social na Primeira República. Por essa razão, não enfocarei aqui a revolta como um problema interno à Marinha, como uma questão institucional ou como exemplificativa de conflitos entre a oficialidade e os marujos.

É bem verdade que, para o historiador José Murilo de Carvalho, por exemplo, as instituições militares podem ser classificadas como “instituições totais” na acepção que lhes

---

<sup>9</sup> Para Roger Chartier, “ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade.” CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos. Avançados*, v. 5, n. 11. São Paulo, abr. 1991, p. 183. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 2 jan. 2012.

<sup>10</sup> Marcos Silva buscou estabelecer uma aproximação entre o movimento contra a chibata e os movimentos operários, utilizando como uma de suas fontes de pesquisa periódicos da imprensa operária. Segundo o autor, “a historiografia brasileira que analisou a Revolta da Chibata, embora partindo de diferentes perspectivas teórico-ideológicas, não atribuiu maior importância à visão operária sobre o movimento.” SILVA, Marcos A. da. “Nossa classe” – Revolta da Chibata na imprensa operária. *Revista Brasileira de História*, v. 2, n. 3, São Paulo, mar. 1982, p. 34. Disponível em <<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?>>>. Acesso em 17 ago. 2011. Nesta dissertação me valho de periódicos da imprensa operária pesquisados por esse historiador, que também se preocupou em não analisar a Revolta da Chibata fora do âmbito da luta de classes.

atribui Erving Goffman.<sup>11</sup> De acordo com Carvalho,

*A sociologia tem mostrado exaustivamente, no entanto, que organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Erving Goffman chama de instituições totais. Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplos desse fenômeno as antinomias entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre militar e paisano, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente.<sup>12</sup>*

Contudo, mesmo as instituições militares tendo “características e vida próprias”, sua autonomia é apenas relativa quanto à sociedade abrangente, por mais que se reconheçam as fronteiras simbólicas que marcam a identidade militar.<sup>13</sup> Daí que o movimento dos marinheiros de 1910 é parte indissociável do cenário político e social daquele período. E, por conta disso, ele não está à margem, mas integrado ao processo histórico da luta de classes no Brasil, ultrapassando os limites da sua dimensão institucional.

Ao traçar o plano desta dissertação, dediquei o primeiro capítulo ao movimento e seus antecedentes. Fiz um recorte de alguns aspectos que, segundo os pesquisadores do tema, são os principais fatores que convergiram na Revolta da Chibata. Abri espaço para uma discussão sobre essas questões tendo em vista uma mais ampla compreensão e uma melhor contextualização do movimento, sem a pretensão de percorrer, exaustivamente, os seus passos. Para que não se repitam, desnecessariamente, os mesmos fatos já relatados em outros estudos, eles foram tratados brevemente na explicação do que foi a revolta. Mais à frente, quando necessário, determinados elementos factuais serão mais bem analisados na medida em que forem aparecendo cristalizados nos materiais selecionados em torno das representações do movimento na imprensa e nas produções culturais.

Abordei aí a revolta sem me prender aos aspectos institucionais. Ela foi situada em meio a um quadro mais geral e abrangente, que permitiu avaliar os fatores que mais diretamente contribuíram para a eclosão da Revolta da Chibata, tais como o emprego dos

<sup>11</sup> V. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

<sup>12</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 13.

<sup>13</sup> Para a crítica à concepção de instituição total de Goffman e à sua insuficiência para explicar o funcionamento das instituições militares, notadamente as academias militares, v. CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

castigos físicos como método disciplinar, que de modo algum era prática exclusiva das Forças Armadas; as estratégias de recrutamento da época, que se associavam à rígida estratificação social reinante; as influências ideológicas do movimento, principalmente aquelas mais críticas ao tipo de regime republicano que se implantou no Brasil; a eleição do militar Hermes da Fonseca para presidente e o processo de modernização do material e do pessoal da Marinha. Evidentemente, todos esses antecedentes estão imbricados e são mutuamente inclusivos. Além disso, destaquei aspectos conjunturais, correlacionados com a revolta, como as contradições e os conflitos sociais existentes naquele momento, o controle, a violência e a exclusão da população, sobretudo a mais pobre, da participação política e social, sem porém, me aprofundar no exame crítico da sociedade brasileira da virada dos séculos, XIX e XX.

No segundo capítulo privilegiei o estudo das representações e das construções de sentido da revolta produzidas pela imprensa contemporânea ao movimento, nas suas diferentes modalidades, abarcando jornais e revistas ilustradas. Procedi a uma leitura dos textos jornalísticos e do material iconográfico selecionados, concentrando a atenção na produção das notícias sobre o movimento e os atores nele envolvidos, a atuação de organizações, repórteres, cronistas, caricaturistas, fotógrafos etc. Essas falas procuraram, por intermédio de veículos diferenciados, representar a revolta paralelamente a disputas pelo poder de instituir uma significação específica para ela. Não apenas respondendo à indagação sobre como foi a revolta, mas sobretudo ao narrarem o que ela foi, jornais e revistas, como se sabe, aspiram, com frequência, ao *status* de organismos comprometidos com a verdade, que os legitimaria socialmente. Com isso, tenta-se encobrir muito daquilo que o jornalismo encerra, ao atender, comumente, a interesses de dominação de grupos e classes sociais e/ou ao estar a reboque de determinadas ideologias.

No terceiro capítulo eu me detive nas representações da Revolta da Chibata em imagens visuais, na literatura, na música, em charges, monumentos e celebrações, e incursionei por outros lances das batalhas da memória na imprensa. Fui em busca da produção da memória histórica do movimento em algumas manifestações culturais e simbólicas tanto da época como em artefatos mais recentes. Pretendi identificar e compreender os sentidos atribuídos a essas representações. Mais ainda, procurei entender como a memória histórica chega a se deslocar de certos fatos que a impulsionaram e vai servir a diferentes grupos e interesses na afirmação de seus direitos e até à propaganda do Estado em determinadas conjunturas.





## CAPÍTULO 1

# O MOVIMENTO DOS MARINHEIROS DE 1910 E SEUS ANTECEDENTES

O movimento dos marinheiros de baixa patente da Marinha de Guerra do Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro em novembro de 1910, foi uma revolta armada que objetivava, entre outros propósitos, colocar fim aos maus-tratos e usuais castigos físicos a que eram submetidos os marinheiros.<sup>1</sup> O chicoteamento e o uso da golilha (uma argola de ferro que prendia a pessoa pelo pescoço) e do bolo (pancada de palmatória), como formas de punição disciplinar, eram bastante comuns naqueles tempos. Embora o protesto dos marujos que se tornou mais saliente tenha se voltado contra a contínua aplicação dos castigos da chibata, para além das penosas condições de trabalho e dos modos aviltantes de disciplinamento, havia outros tipos de violência física que eles eram obrigados a enfrentar, tais como o enforcamento pendurados nos mastros e os trabalhos forçados em condições perigosas.

Não bastassem as intempéries e a total falta de conforto a bordo dos navios, os marinheiros padeciam ainda devido à privação familiar, à proibição de estudar e de contrair matrimônio e aos preconceitos sociais variados. Os motivos para as punições eram muitas vezes as brigas, a embriaguez e o jogo, que funcionavam como uma espécie de resistência, de válvula de escape das pressões e das condições degradantes de trabalho vigentes. Independentemente disso, o movimento também foi motivado pelos baixos soldos, extensa jornada de trabalho, constantes acidentes de trabalho, alimentação inadequada, necessidade de instrução dos marujos e pela substituição dos “maus” oficiais.

Na ação, iniciada na noite de 22 de novembro, os revoltosos tomaram as belonaves que estavam, então, entre as mais modernas do mundo, adquiridas pelo governo brasileiro da Grã-Bretanha, seguindo o Plano de Modernização da Armada de 1904. Os marinheiros manobraram os encouraçados ou os *dreadnoughts*, Minas Gerais e São Paulo, bem como os *scouts* Bahia e Deodoro, que também aderiram ao movimento, mirando os canhões para a capital federal. No dia 23, eles dispararam tiros de aviso na orla da Baía de Guanabara,

---

<sup>1</sup> Neste estudo, como fonte para a retomada sumária dos momentos mais marcantes da revolta, foram consultados, entre outros, especialmente os trabalhos de NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de guerra (1880-1919)*. Dissertação (Mestrado em História Social) — IFCH — Unicamp, Campinas, 1997, e *idem*. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese (Doutorado em História Social) — IFCH — Unicamp, Campinas, 2002.

atingindo instalações militares e residências, a ponto de fazer inclusive vítimas fatais (por conta de erros de cálculo na pontaria, como justificariam mais tarde os revoltosos).

Os marujos tinham capacidade de fogo para resistir. No interior dos navios houve lutas pelo controle das belonaves entre eles e oficiais, dentre os quais vários saíram mortos, como o almirante João Batista das Neves, comandante do encouraçado Minas Gerais. O pesquisador Álvaro Pereira do Nascimento relatou o que sucedeu dentro do Minas Gerais, captando a dramaticidade da deflagração do levante:

*O comandante procurou impor a sua autoridade hierárquica e restabelecer a 'ordem' e a disciplina a bordo [...]. A batalha no convés começou; os amotinados lançavam objetos de ferro no grupo de oficiais que se formou e a troca de tiros não tardou a acontecer [...] e assim como Batista das Neves, outros oficiais e marinheiros tombaram ante a fúria dos marinheiros.<sup>2</sup>*

Após controlar as belonaves, os marujos lançaram vários manifestos, na forma de radiograma, ao presidente da República e ao ministro da Marinha, expondo suas reivindicações e ameaçando bombardear a capital federal. Eles exigiram:

*Não queremos volta chibata. Isso pedimos presidente, ministro Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidade e navios que não se revoltarem — Guarnições "Minas", "S. Paulo" e "Bahia".<sup>3</sup>*

A admiração da população pela revolta e pelo seu líder crescia na medida da indignação das Forças Armadas, do governo e de grande parte da imprensa. João Cândido o “comandante” do Minas Gerais, logo no primeiro dia do motim começou a sua trajetória de saída do ostracismo. Apesar da oposição de jornais e revistas ao movimento, o “Almirante Negro” mostrou-se, segundo um jornal, “um perfeito conhecedor dos segredos náuticos, revelou-se um admirável disciplinador dos marinheiros revoltados”.<sup>4</sup>

Durante a Revolta da Chibata, telegramas e radiogramas intimidadores foram enviados pelos revoltosos a partir dos navios rebelados. O deputado José Carlos de Carvalho, ao retornar do Minas Gerais depois de ir pela segunda vez negociar com os marinheiros o fim do movimento, retransmitiu um comunicado ao presidente em que uma ameaça foi propositadamente omitida por ele:

*Marinhagem satisfeita notícia anistia. "São Paulo", "Minas" e "Bahia"*

<sup>2</sup> *Idem, Marinheiros em revolta, op. cit.*, p. 15.

<sup>3</sup> *O País*, 23 nov. 1910. Nesta e noutras transcrições de documentos da época, optei pela atualização da ortografia.

<sup>4</sup> *Correio da Manhã*, nov. 1910. (ed. extra).

*ficarão noite fora da barra a fim receberem resolução Congresso. Nota curiosa — A este telegrama veio acrescentada no fim a palavra “cuidado”, que o Sr. José Carlos não escreveu no seu radiograma.*<sup>5</sup>

As comunicações dos amotinados foram publicadas pelos jornais e são um material rico para pesquisa sobre as ideologias que os animavam, calcadas nas suas próprias palavras. Várias delas foram divulgadas no *Correio da Manhã*, no *Correio Paulistano* e em *O País*.<sup>6</sup> Por essa via, os marinheiros se dirigiram a diferentes públicos: aos parlamentares, à Marinha, ao presidente Hermes da Fonseca e ao povo em geral. Assinavam como “Marinheiros da Armada brasileira” ou como “Os reclamantes”.

Em carta anônima deixada na redação do *Correio da Manhã* em 23 de novembro, além das reclamações sobre os maus-tratos e castigos físicos, se encontrava um relato sobre as condições humilhantes de trabalho dos marujos, demonstrando como o trabalho era uma maneira de punição a bordo dos navios, o que nos possibilita entender como trabalho e castigo são faces do mesmo processo de conscrição:

*Os nossos pobres marinheiros e foguistas vieram como verdadeiros escravos, passando fome e sendo constantemente castigados com os ferros, a chibata e o bolo; em um dos últimos navios chegados, o comandante, durante a viagem, em alto-mar, mandava amarrar o pobre marinheiro e fazia com que este fosse lavar e pintar o costado do navio. Foguistas, estes coitados, faziam 6 horas de quarto e não tinham o direito ao descanso que, pela lei, lhes toca, porque eram logo chamados para outros serviços.*<sup>7</sup>

Num outro manifesto, os marinheiros do São Paulo deixavam claro que o seu intuito era o de acabar com os castigos físicos que “aviltam o cidadão e abatem os caracteres”.<sup>8</sup> Ressaltavam que haviam se esgotado os canais oficiais para o encaminhamento de suas reivindicações. Por isso, num documento posterior, contrariavam o argumento muito utilizado no Congresso e na imprensa empresarial, de que o meio de reclamação adotado afrontava os princípios de ordem constitucional e as normas legais existentes:

*A resolução de içarem no mastro dos navios a bandeira encarnada e de se revoltarem contra o procedimento de alguns comandantes e oficiais só foi levada a efeito depois de terem reclamado, por vezes insistentemente, contra esses maus-tratos, contra o excesso de trabalho a bordo e pela mais absoluta falta de consideração com que sempre foram tratados.*<sup>9</sup>

De manifestação em manifestação, não calavam o seu protesto. Nessa declaração

<sup>5</sup> *O País*, 24 nov. 1910.

<sup>6</sup> Ver *O País*, 26 nov. 1910, *Correio Paulistano*, 26 nov. 1910, *Correio da Manhã*, 25 nov. 1910.

<sup>7</sup> *Correio da Manhã*, *op. cit.*

<sup>8</sup> *Correio Paulistano*, *op. cit.*

<sup>9</sup> *O País*, *op. cit.*

endereçada à Marinha, chegaram a se desculpar por lançarem mão desses procedimentos, e esclareceram que se o fizeram era porque desejavam aquilo a que sabiam ter direito: “a liberdade”.<sup>10</sup> Eles ali pontuavam os padecimentos impostos ao marinheiro Marcelino Rodrigues como o estopim da revolta, ao ser açoitado, em 21 de novembro de 1910, com 250 chibatadas no Minas Gerais. Ele fora castigado pelo fato de ferir a navalhadas um cabo que o havia denunciado por tentar adentrar no navio com duas garrafas de cachaça. No manifesto, os marujos reivindicavam justiça e afirmavam que doravante estariam preparados para corrigir eventuais contradições com os direitos que a nova ordem constitucional republicana lhes assegurava.

O governo, pego de surpresa e ressentido ante sua incapacidade momentânea de reagir, entrou em acordo com os marinheiros e, às pressas, foi aprovado um projeto de anistia aos revoltosos, apresentado pelo senador Rui Barbosa, e sancionado pelo recém-empossado presidente Hermes da Fonseca. Nessas circunstâncias, os marujos depuseram as armas e entregaram os navios, porém, alguns dias mais tarde, o governo, descumprindo o compromisso da anistia, iniciaria uma ofensiva punitiva contra os participantes do movimento, perseguindo e expulsando da Marinha centenas de marinheiros.

Em 9 de dezembro estourou outra revolta no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, na Ilha das Cobras, a bordo do *scout* Rio Grande do Sul. A primeira revolta não terminara com a anistia dos revoltosos, quando mais não seja porque muitos deles só a contragosto admitiram entregar as armas sem obter plenas garantias de que suas reivindicações seriam atendidas. O clima continuava tenso, agora com as perseguições e expulsões autorizadas pelo decreto 8.400, de 28 de novembro de 1910, que previa o desligamento da Marinha dos elementos “nocivos à disciplina”.

João Cândido, após os assassinatos perpetrados pelas forças repressivas em resposta à nova revolta na Ilha das Cobras, foi preso na Polícia Central e, mais tarde, em 24 de dezembro, foi transferido, junto com 17 marinheiros, para um calabouço escavado em pedra, local onde ficara preso Tiradentes, na Ilha das Cobras. Deixados para morrer sem água e sem alimentação e sufocados, sem ar e com o pó de cal que foi jogado na cela, ao cabo de três dias de lá só saíram vivos dois, entre eles João Cândido, enviado posteriormente para internamento no Hospício Nacional de Alienados na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Ainda no dia 24 de dezembro, no navio Satélite foram embarcados para o degredo

---

<sup>10</sup> *Idem.*

441 prisioneiros diversos com destino à Amazônia.<sup>11</sup> No meio de prostitutas, vagabundos e soldados do Exército, havia cerca de 100 marinheiros que se amotinaram. Entre estes, alguns que já estavam marcados em uma lista antes da partida foram fuzilados e atirados ao mar sob a acusação de tentar se amotinar.

### **Novos tempos: ventos daqui e de lá**

Na Marinha do Brasil, até a revolta dos marinheiros de 1910, não se teve notícia de movimentos coletivos que partissem da suboficialidade. Do meu ponto de vista, esses só puderam ocorrer daquela forma e naquele momento graças a fatores tais como o desenvolvimento de instituições da organização política republicana e o fim do escravismo. Assim, entendo que a revolta não foi puramente resultante de causas endógenas à estrutura das Forças Armadas e, especificamente, da Marinha. Situações anteriores e mais abrangentes a precederam.

Tendo conhecido marinheiros de muitos países como Portugal, Estados Unidos, Chile, os marujos brasileiros que viajaram à Inglaterra para acompanhar a construção dos novos encouraçados *drednouths* nos estaleiros Armstrong, encomendados pelo governo do Brasil, encontraram em New Castle colegas de outras nações. Os marinheiros haviam preparado a revolta com antecedência em comitês clandestinos de conspiração no Rio de Janeiro, mas também na Inglaterra, como mais tarde diria João Cândido, em entrevista ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro:

*Esperávamos data e... poderes... Esperamos a construção dos novos navios na Europa, depois de estarmos lá há dois anos em contato com marinheiros de outras nações. [...] Era um movimento organizado. Levamos mais de dois*

---

<sup>11</sup> Do Rio de Janeiro para a Sibéria tropical: prisões e desterramentos para o Acre nos anos 1904 e 1910. Cf. SILVA, Francisco Bento da. *Tempo e Argumento*, v. 3, n. 1, Florianópolis, jan.-jun. 2011. Num livro clássico escrito por um ex-trabalhador gráfico, se fazia alusão, mais tarde, à prática repressiva do desterro para a Amazônia adotada pelo governo Artur Bernardes, nos anos 1920. Muitos militantes sindicais indesejáveis, “depois de penarem vários meses nesse navio fantasma [Campos], foram, sob escolta, conduzidos para outro navio e daí levados para as margens paludosas do Oiapoque, na Colônia Clevelândia, que fica fronteira à Guiana Francesa, e ali sujeitos ao mesmo regime de trabalho forçado, até que, corroídos pelas feridas ou pela febre palustre, pelo beribéri, iam perecendo aos magotes. Um assassinio premeditado e espantoso!” DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 145 e 146. Para um estudo mais aprofundado sobre o assunto, ver SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo-Rio de Janeiro: Imaginário/Achiamé, 2002.

*anos como um movimento organizado.*”<sup>12</sup>

Ao observar a produção acadêmica sobre o tema, especialmente após seu considerável aumento a partir dos anos 1990, constatei que o destaque concedido à rebelião do encouraçado Potemkim na eclosão da Revolta da Chibata tem sido recorrente. Por sinal, os marinheiros brasileiros designados para o treinamento na Inglaterra mantiveram contato direto com seus colegas russos, exilados naquele país depois dos acontecimentos de 1905. Seus ideais revolucionários teriam, portanto, de alguma maneira, contribuído ideologicamente para fomentar o protesto dos marujos brasileiros.

A notícia dessa rebelião na Rússia, por melhores condições de trabalho e alimentação, também correu o mundo por intermédio das informações veiculadas pelos integrantes das marinhas mercantes e militares, alimentando um imaginário de rebeldia com seus valores de resistência, de justiça e de luta por direitos. Mas do que mera influência ideológica, isso seria um modelo de ação para os marinheiros brasileiros conquistarem melhores condições de trabalho, como fizeram no Báltico os russos em luta pela abolição dos castigos que lhes eram infligidos. Sem falar que as relações hierárquicas eram um tanto menos verticalizadas na Marinha inglesa na qual a chibata fora extinta desde o fim do século XIX. A presença dos marujos brasileiros em meio aos trabalhadores da construção naval inglesa, um dos mais politizados operários do planeta, certamente lhes trouxe alguns ensinamentos.

No que diz respeito mais especificamente à influência da revolta do encouraçado Potemkim, ela apareceu em uma carta anônima ameaçadora que Francisco Dias Martins, sob o pseudônimo de Mão Negra, deixou para o comandante Alberto Durão, no *scout* Bahia, em uma viagem ao Chile em 1910. Nela o marinheiro pedia para que se lembrasse “da esquadra russa no Báltico”, ficando claro que a rebelião do Potemkim chegara ao conhecimento dos seus colegas. Mão Negra, no final da carta, ameaçava: “cuidado!... não queira deixar de ver sua família”.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Para uma problematização do processo de construção dessa entrevista, ver ARIAS NETO, José Miguel. João Cândido, 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 6, São Paulo, jun. 2003. Disponível em <<http://revista.historiaoral.org.br>>. Acesso em 24 set. 2011. Segundo o autor, o movimento não teria tido uma organização sistemática como quer fazer crer o entrevistado 50 anos depois. De acordo com Arias Neto, houve uma condução da entrevista pelo entrevistador em que, “mais uma vez, verifica-se que é o entrevistador [Hélio Silva] que define os pontos a serem confirmados. [...] compõe, portanto, uma narrativa sobre a Revolta de 1910 que João Cândido deve confirmar passo a passo” (citação da p. 168).

<sup>13</sup> *Apud* NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em revolta*, *op. cit.*, p. 13.

Os marujos brasileiros souberam também tirar proveito, do ponto de vista político-ideológico, dos novos ventos que sopravam por estas bandas em tempos republicanos, propícios, pelo menos em tese, à condenação a tudo quanto reverberasse a presença de práticas oriundas do período da escravidão. A aplicação dos castigos físicos representava, obviamente, um fator de identificação com o trabalho escravo do qual os marinheiros queriam se distinguir. No Brasil esses expedientes coercitivos violentos eram uma característica das relações sociais que remontavam ao período colonial, com todo seu arsenal de controle do trabalho do negro escravizado. Não era sem razão que os marítimos reivindicavam um *status* identitário de cidadãos livres, antitético ao dos escravos, como constava na comunicação publicada em *O País*, sob o título de “Manifestos dos marinheiros”:

*Por isso pedimos a V. Excia. abolir o castigo da chibata e os demais bárbaros castigos pelo direito da nossa liberdade a fim de que a marinha brasileira seja uma armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados.*<sup>14</sup>

O fim da escravidão, a proclamação da República e a consequente propagação dos valores liberais e dos direitos individuais despontavam como referências apropriadas pelos marinheiros revoltados para servir a seus fins. Entre os muitos aspectos ideológicos retomados por eles, alguns eram ligados aos direitos individuais, à liberdade e cidadania republicanos e outros provinham de movimentos socialistas (no sentido amplo da expressão) e do operariado. Os marujos que participaram da revolta evidenciaram que haviam alcançado um significativo grau de consciência dos seus direitos de cidadania, de identidade coletiva e uma visão de mundo que permitiram a consecução do seu objetivo de acabar com os suplícios físicos no interior dos navios da Armada brasileira.

Por ocasião da proibição dos castigos corporais, logo depois da proclamação da República, anos antes da revolta, as reclamações por parte dos oficiais foram tantas que eles voltaram a ser admitidos por meio de medida provisória assinada pelo próprio marechal Hermes da Fonseca. Na verdade a chibata se sustentava ainda como meio de punição aceitável desde o nascimento da República, e quase nada tinha sido feito de concreto para acabar com essa prática.

No Rio de Janeiro, a Marinha, desde o século XIX, era a administradora dos navios-prisões ou presigangas e do cárcere da Ilha das Cobras, instituições prisionais rudimentares que recebiam os criminosos mais perigosos. O encarceramento, até então, não era algo

---

<sup>14</sup> *O País*, 26. nov. 1910.



generalizado. O corriqueiro consistia no envio de prisioneiros para locais onde seriam “reeducados” compulsoriamente para o trabalho, tais como em obras públicas ou no serviço militar, na Marinha ou no Exército. Havia, pois, uma forte relação entre a contenção social e a atuação da Marinha como instituição responsável pela aplicação de penas.

Outra forma de punição e enquadramento social era o sistema de recrutamento da Marinha, que se relacionava intrinsecamente à disciplinarização do trabalho no Brasil sob o regime capitalista.<sup>15</sup> Os marinheiros, a rigor, eram uma espécie de prisioneiros, muitos deles recrutados à força para o serviço militar entre indivíduos delituosos, homens pobres livres, sobre os quais recaíam esses dispositivos sociais de controle e disciplinarização.

Desde os tempos imperiais, existia uma estreita relação entre o ajustamento social das “camadas perigosas” e o recrutamento militar para a Armada. Assim, além da violência estrutural contra esses indivíduos, eles acabavam sendo enviados, como “contraventores”, para servir às Forças Armadas e pagar pelos seus supostos delitos, sofrendo lá tantos outros tipos de violência para constrangê-los ao trabalho regular. A Marinha tinha, portanto, um papel destacado nesse processo, mas nem por isso os marítimos deixavam de empreender ações de resistência.<sup>16</sup>

Para melhor entender como se processava o recrutamento, pode-se estabelecer uma relação entre os “delinquentes” e outros grupos subalternos que estavam isentos da conscrição. As estratégias de recrutamento eram a chave para a compreensão da rígida hierarquia social na organização das Forças Armadas e dão pistas importantes para o entendimento das implicações da estratificação social na sociedade mais abrangente e sua reprodução nas embarcações. Os critérios para o recrutamento de oficiais e praças eram o título, a classe e a “raça”. A distância entre o oficialato e os subalternos era praticamente intransponível, o que demonstrava a rigidez da hierarquia e a assimetria nas relações de poder.

<sup>15</sup> Ao analisar a acumulação primitiva, Marx já chamava a atenção para o fato de que esse processo disciplinar era fortemente coercitivo e se valia muitas vezes de métodos violentos que preparavam os indivíduos para o trabalho regular, transformando expropriados em suas bases fundiárias em proletários. Ver MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, esp. livro I, cap. XXIV. Sobre os métodos de disciplinarização rígidos e violentos que afetavam o corpo dos marinheiros por intermédio do trabalho e da imposição das fainas na organização de bordo, ver BANDEIRA, Fabiana Martins. *Disciplinando homens, fabricando marinheiros: relações de poder no enquadramento social da Corte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) — CCH — UniRio, Rio de Janeiro, 2010, esp. cap. 3. Disponível em <<http://historiaunirio.com.br>>. Acesso em 4 maio 2011.

<sup>16</sup> Apesar dessas disposições coercitivas, frequentemente se registravam casos de deserções que burlavam as normas impostas aos trabalhadores das Forças Armadas. Dados sobre deserções se acham em CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira — III — O Brasil republicano*, v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1976.

Os marinheiros subalternos, ao assentarem praça, deveriam obedecer aos regulamentos da corporação e permanecer nela, obrigatoriamente, por doze anos até poderem dar baixa do serviço, a menos que viessem a se tornar inválidos. Findo esse prazo, caso não tivessem “tempo a descontar”, ou seja, se não tivessem que aumentar seu período de permanência nas Forças Armadas por conta de tempo eventualmente passado na prisão ou em licença hospitalar, aí, sim, lhes assistia o direito de se desligar do Exército ou da Marinha e receber uma pensão.

Conforme José Murilo de Carvalho, o recrutamento de oficiais na nobreza era uma herança portuguesa, embora aqui os critérios tenham sido mais frouxos. Até o Império, a origem social dos oficiais da Marinha era de filhos de oficiais das forças de linha e das milícias. Mais tarde somaram-se a estes os filhos de oficiais das ordenanças e de pessoas agraciadas com títulos honoríficos. Vem daí que “o recrutamento militar favorecia assim a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes, pelo prestígio, pela riqueza, ou pelo poder.”<sup>17</sup> Já durante o Império, o processo de recrutamento assumira um caráter mais endógeno à própria organização, principalmente no caso da Marinha. Até o início da República, a maioria dos oficiais se constituía de filhos de oficiais enviados para escolas militares, ao lado de outros oriundos das famílias de ricos proprietários de terras. Com a República, o processo tornou-se mais permeável à entrada de indivíduos de outras classes sociais, porém persistia a regra do recrutamento para o oficialato nas famílias mais ricas.

Quanto aos baixos estratos da Marinha, eles, repito, eram, em geral recrutados à força, já que os marinheiros provenientes das escolas de aprendizes representavam uma minoria, enquanto o número de voluntários era ínfimo, e mesmo assim por estes não possuírem meios de se verem livres do “castigo” do serviço militar. De acordo com Hendrik Kraay, no Brasil, até o final do século XIX, os “pobres honrados” se esforçavam para pertencer a redes de compadrios e patronato e se isentar das obrigações militares; por sua vez, os “vadios” não escapavam facilmente ao recrutamento forçado que perdurou até pelo menos 1916. Em síntese, segundo Kraay, os homens

*empregados em atividades econômicas julgadas úteis, todavia, gozavam de isenção: feitores, tropeiros, artesões, cocheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes. Além de homens casados, as instruções também isentavam o irmão maior responsável por órfãos menores e um filho para sustentar cada viúva. [...] Aos verdadeiros pobres faltavam os meios de*

---

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p 186.

*preparar os requerimentos e os patronos e aliados necessários para apoiarem suas petições com atestados e outros documentos. Fora das redes de patronato diligentemente cultivadas pelos pobres honrados, sem os meios necessários para solicitar baixas por conta própria, e face a um sistema legal elaborado contra eles, tais homens formavam o grosso das fileiras.*<sup>18</sup>

Caracterizar essas pessoas e conhecer as suas experiências é passar a falar dos “desclassificados sociais”, para usar a terminologia de Laura de Mello e Souza.<sup>19</sup> Os marinheiros assemelhavam-se, como define a autora, que analisa a situação dos trabalhadores da região de Minas Gerais na fase da mineração do ouro no século XVII, àqueles homens livres e pobres, trabalhadores esporádicos, sem dinheiro, mas também considerados bandidos e sublevados. Eles tinham a sua “inutilidade” punida com o trabalho forçado e coercitivo. Esse trabalhador livre, sem profissão definida, era o elemento marginalizado que deveria ser disciplinado para o trabalho regular e, eventualmente, preso<sup>20</sup> e recrutado compulsoriamente pelo serviço militar, conforme as necessidades de braços das Forças Armadas estipuladas anualmente, até porque a rotatividade nos seus baixos escalões era bastante alta, como atestam os ofícios requisitando novos recrutas em substituição aos indivíduos que saíam por baixa ou, o que era bastante comum, pela via das deserções.

Esse contingente de recrutáveis era uma parcela considerável dos habitantes do Rio de Janeiro. Segundo o censo de 1906, na capital federal, de uma população de cerca de 424.820 pessoas, 219.924, ou seja, 51,8% eram domésticos, jornaleiros, sem profissão ou profissão mal definida. Ao pesquisar nos Livros de Registros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, Cristiane Rodrigues mostrou que nessa cidade, entre 1886 e 1906, 43% das detenções tinham a “vadiagem” como acusação.<sup>21</sup> O mesmo se verificava nos registros policiais em São Paulo, nos quais predominava, entre os brasileiros, o crime tipificado como “vadiagem”,

<sup>18</sup> KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*, v. 3, Maringá, UEM, 1999, p. 118.

<sup>19</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Duas obras tornadas clássicas enveredaram pelo estudo dos homens livres na sociedade brasileira nos tempos da escravidão. Ver FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983, e DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>20</sup> Antes mesmo da instauração oficial da República no Brasil, os debates que se desenvolveram na Câmara dos Deputados em 1888 apontavam para a necessidade da repressão à “ociosidade” após o fim da escravidão, em meio à exaltação das virtudes do trabalho. Partia-se do pressuposto de que “a vadiagem é um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão”. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 47 (ver a respeito, o tópico Trabalhadores e vadios; imigrantes e libertos: a construção dos mitos e a patologia social).

<sup>21</sup> RODRIGUES, Cristiane. A construção social do vadio e o crime de vadiagem (1886-1906). Dissertação (Mestrado em História Social) — IFCS — UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em 2 fev. 2011.

enquanto entre os estrangeiros prevalecia a categoria “desordem”.<sup>22</sup> Desse modo, punidos, em sua maioria, por crimes de contravenção, de acordo com os dispositivos do Código Penal de 1890, muitos daqueles marinheiros subalternos eram presos pela polícia, recrutados à força e levados a servir, compulsoriamente, às Forças Armadas.

No fundo, com base nesse código, cuja validade extrapolará o período da Primeira República, as classes dominantes valiam-se da legislação para tentar minar as manifestações e a resistência daqueles que destoassem das normas impostas ao mundo do trabalho burguês e/ou persistissem nos “descaminhos” do não-trabalho. Disciplinar os trabalhadores disponíveis, índios, negros e mestiços, para o trabalho regular e para a construção da civilização dos trópicos era, enfim, uma séria preocupação do Estado e dos grupos dirigentes. Tratava-se de enquadrar esses indivíduos na ordem capitalista num momento crucial de superação do trabalho escravo.

Como se não bastassem as penas de prisão e de trabalhos forçados que, de fato, não eram suficientes para adestrar todos os “elementos” livres, considerados delinquentes, as deportações e os degredos eram também adotados pelo Estado nos casos de revoltas populares, como se deu em dois emblemáticos momentos, na Revolta da Vacina em 1904<sup>23</sup> e na Revolta da Chibata em 1910. Procurava-se, pois, criminalizar as lutas populares e a busca por cidadania por parte de determinados segmentos sociais. A dimensão simbólica dos eventos — já mencionados por alto — que envolveram o navio *Satélite* é semelhante à representada pela *Narrenschiff* (nau dos loucos), descrita vividamente na *História da loucura* de Michel Foucault.<sup>24</sup>

Prática social vigente na Europa renascentista, ela remetia ao embarque forçado de indivíduos indesejados, entre eles os loucos, escorraçados para fora das cidades rumo a um destino incerto. Na arte e no imaginário popular renascentista, o insensato, metaforicamente, era aquele que não seguia as palavras de Deus e, por essa razão, deveria ser conduzido ao fogo do inferno pelo diabo. Ao longo da Idade Média, quem agisse com grosseria e leviandade ou se deixasse arrastar pelos caminhos pecaminosos da gula, da mentira, da

<sup>22</sup> Ver, sobre o assunto, FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, esp. cap. Criminalidade e controle social.

<sup>23</sup> Sobre a Revolta da Vacina, ver SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993, CARVALHO, José Murilo de. *Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina*. In: *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, e CHALHOUB, Sidney. *Variola, vacina e “vacínophobias”*. In: *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *Stultifera navis*. In: *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

violência etc., quem que não levasse a vida com sabedoria e prudência, era tido como insensato. Mas quem apontasse os erros morais alheios incidiria igualmente na insensatez. Sob justificativas variadas, aqueles embarcados nos navios brasileiros, entre eles cáftens, mendigos, vagabundos, marinheiros e meretrizes, de certo modo denunciavam, por vias oblíquas que fossem, as contradições sociais existentes no Brasil. Todos eles teriam seu lugar na nau dos insensatos. Nada mais coerente, segundo o pensamento das elites nacionais na Primeira República, do que desterrar para longe da “civilização” brasileira “elementos” que não coadunavam com as transformações econômicas e com os processos civilizatórios autoritários.

Era tamanha a má fama de que gozava a marujada que, de maneira nada estranhável, operários se empenhavam, por vezes, em distinguir-se deles. Isso foi atestado em várias situações, como se depreende de alguns relatos históricos. Cláudio Batalha, ao analisar a criação da sociedade de trabalhadores denominada Corpo Coletivo União Operária, percebe que só ingressariam nela — pelo que dispunha o seu estatuto — operários com “trabalho material definido”. Tal restrição, de acordo com esse historiador, tinha como propósito explícito criar uma identidade de classe, o que se expressaria inclusive na adoção de um uniforme, uma novidade nos estatutos de semelhantes organizações, que funcionaria como um símbolo de identificação externa desses operários (qualificados), concebidos, então, num sentido oposto ao do uso corrente do termo no século XIX (trabalhadores braçais sem especialização).<sup>25</sup>

No capítulo do estatuto da sociedade intitulado “Do direito de distinção” constava que “os membros efetivos da União Operária poderão usar em qualquer lugar um uniforme privativo do Corpo Coletivo”.<sup>26</sup> A “distinção”<sup>27</sup> era em relação aos trabalhadores sem profissão definida. Pertencer a uma organização de trabalhadores especializados, andar uniformizado, garantiria talvez o direito de não serem confundidos com a massa de possíveis recrutáveis para o serviço militar, bem como a prerrogativa de não serem importunados pela polícia. Além do mais, a forma de se vestir era um fator determinante de distinção entre os

<sup>25</sup> Cf. BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999. Acrescente-se ainda que muitos operários reclamavam veementemente do alistamento obrigatório e compreendiam a importância de, estando empregados, se beneficiarem da rede de apadrinhamento que os poupava do serviço nas Forças Armadas.

<sup>26</sup> *Apud idem, ibidem*, p. 44.

<sup>27</sup> Como sublinha Bourdieu, “os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas”. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre-São Paulo: Zouk/Edusp, p. 13.

indivíduos, num momento em que leis municipais no Rio de Janeiro tentavam obrigar todos ao uso do sapato e do casaco, sob pena até de reclusão.

Seja como for, nem tudo, como já indiquei, se resumia ao recrutamento compulsório. Afinal, uma forma de dominação não pode subsistir somente pela coerção. Recorrer ao convencimento era uma providência que também se impunha e, nesse sentido, atuavam as escolas de aprendizes de marinheiros.<sup>28</sup> Elas seriam parte do processo de modernização da Marinha, embora poucos recursos fossem alocados em pessoal. Por seu intermédio, os recrutas se submetiam, antes de ingressar na Armada, a um processo de formação baseado na escolaridade e no profissionalismo, sem falar da preparação moral e ideológica. No âmbito da Marinha, os investimentos nas escolas de marinheiros representaram, na Primeira República, um esforço para modificar os parâmetros dos recrutamentos, que logo deixariam de ser forçados e passariam a se dar tanto por meio da aplicação da lei do sorteio como a partir dessas instituições de treinamento.<sup>29</sup>

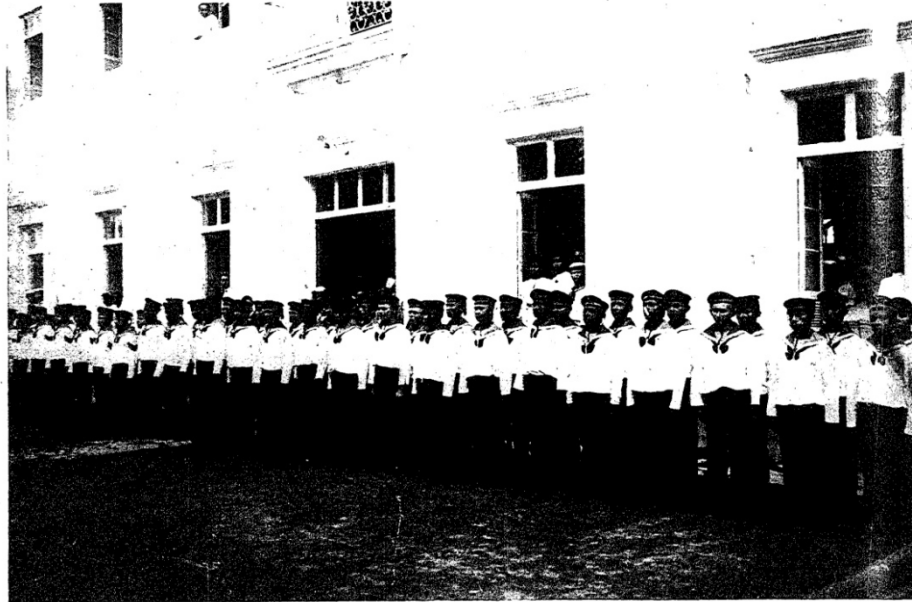
---

<sup>28</sup> Sobre as escolas de aprendizes, ver BARRETO NETO, Raul Coelho: “Pela Pátria”: ideologia e doutrinação em uma escola da Marinha de Guerra do Brasil (1910-1945). *PerCursos*, v. 10, n. 2, Florianópolis, 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.udesc.br>>. Acesso em 1 maio 2010.

<sup>29</sup> Silvia Capanema argumenta que a modernização da Marinha se processou, simultaneamente, nos aspectos material e pessoal, contrariando certas interpretações tradicionais na historiografia que se referem a um abismo entre a modernização técnica e na área dos recursos humanos, como se isso fosse uma das causas da Revolta da Chibata. Sobre o tema, ver ALMEIDA, Silvia Capanema P. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo/>>. Acesso em 7 set. 2010.

Figura 1

### Corpo de Aprendizes Marinheiros da Escola do Pará



Fonte: *Careta*, 29 fev. 1910.

Essas iniciativas compunham parte do projeto civilizador a ser implementado pela República brasileira, que já contava com uma legislação repressiva contra o ócio e que visava reafirmar a posição do Brasil na ordem internacional da divisão do trabalho no mundo capitalista. Era preciso reaparelhar e reformar a Armada brasileira. O processo de modernização da Marinha englobava, então, duas dimensões básicas: de material e de pessoal. A modernização do equipamento foi marcada pela aquisição, em 1910, de dois potentes navios, o Minas Gerais e o Bahia. Ambos eram encouraçados do tipo *dreadnoughts*, com enorme poder de fogo e grande capacidade de suportar ataques de torpedos, graças ao seu casco apenas de aço, e não de aço e madeira, como os seus antecessores.

As escolas de marinheiros foram a saída encontrada para solucionar a contradição entre o reaparelhamento técnico e a falta de trabalhadores para operar nas novas condições. Elas acolhiam, em regime de internato, jovens oriundos das camadas mais pobres, que lhes eram enviados por instituições assistenciais, juízes de menores, agentes policiais ou mesmo por requisição de suas famílias. Este último caso denotava a incapacidade dessas famílias, quase sempre desestruturadas, de proporcionar um futuro razoável que fosse para tais rapazes, muitos deles “rebeldes” em seu ambiente doméstico ou que simplesmente perambulavam pelas cidades. A Marinha, por sua vez, acenava com um processo de socialização com base

em valores morais, tendo em vista o controle ideológico e o doutrinamento dos jovens pelo culto de uma mentalidade cívica, de valores patrióticos e a promessa de proteger a nação.

As formas de recrutamento descritas acima envolviam a incorporação de menores, entre 13 e 18 anos, que ingressariam na Armada como grumetes. Seriam objeto de uma intensa ação disciplinadora por pelo menos um ano, sofrendo castigos físicos, maus-tratos, trabalho extenuante, sendo coagidos por vezes a “práticas imorais” (estupros, favores sexuais) e impedidos de escapar dessas escolas que mais pareciam prisões.<sup>30</sup>

Convém repisar que estava em curso um projeto de inscrever o Brasil no rol das nações civilizadas. Para tanto, o Rio de Janeiro passava por alterações urbanísticas, desde o início do século, com a abertura de largas avenidas, a demolição de moradias populares e a expulsão dos seus moradores para os morros.<sup>31</sup> A modernização da Marinha de Guerra do Brasil se integrava a essa estratégia e tornava o país detentor de uma das mais modernas esquadras do mundo, rivalizando com a própria Inglaterra, a maior potência militar marítima da época. Por isso mesmo, a Revolta da Chibata se inseria em um contexto modernizante da sociedade e da Armada nacional, ainda que fugisse dos desígnios das elites brasileiras.

Não se pense, contudo, que todo esse processo modernizador da Marinha ocorreu sem maiores contestações. Seguindo os jornais da época, vê-se que o debate em torno da necessidade ou não da aquisição dos navios de guerra foi bastante inflamado. O alto custo dos equipamentos e o consequente endividamento para a compra dos navios geraram as maiores críticas. Por coincidência, em 22 de novembro de 1910, dia do início da Revolta da Chibata, *O País* publicava uma nota da Administração da Marinha (“Refutação das censuras irrogadas ao programa naval de 1904”) sobre as questões suscitadas pela concessão do crédito para aquisição de três couraçados. A matéria apontava as qualidades técnicas dos navios, comparativamente a outros modelos oferecidos por diferentes indústrias ou pertencentes a distintas Marinhas.

---

<sup>30</sup> Sobre o assunto, ver BARRETO NETO, Raul Coelho. Transpondo muros e regras: os aprendizes-marinheiros da Bahia nas ruas de Salvador (1910-1942). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, São Paulo, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com>>. Acesso em 31 ago. 2010. Nesse texto o autor faz um estudo dos livros de castigos e dos atos considerados violações das normas estabelecidas. E ele frisa que a proximidade da escola com o Mercado Modelo era uma fonte de perturbação da sua ordem e disciplina internas e motivo de novas sanções, pois lá se concentravam capoeiras e “vadios”. Percebe-se que mesmo fora da escola os aprendizes podiam ser flagrados em alguma “transgressão”, tal como fumar em praça pública, andar de bonde no seu estribo, embriaguez, porte de navalha, provocação de desordens, brigas (muitas delas com a polícia) etc.

<sup>31</sup> Sobre os impactos gerados por essa onda de modernização, ver SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil* — República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



Alguns dias depois, os adversários políticos do governo partiram das críticas à compra dos encouraçados para formular uma explicação para a emergência da revolta. No entender de vários deles, a causa do conflito teria sido a desnecessária aquisição dos navios, que, ao invés de proteger o país dos ataques de um inimigo imaginário, voltavam seus canhões para a própria capital federal, ameaçando-a de destruição.<sup>32</sup> Ironicamente, isso equivaleria a desferir um tiro no próprio pé.

---

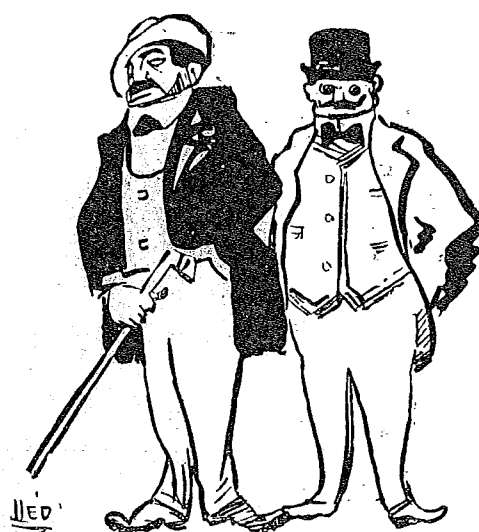
<sup>32</sup> *O País*, 22 nov. 1910.

## CAPÍTULO 2

### A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DA REVOLTA DA CHIBATA

Figura 2

#### CARAPUÇAS DA REVOLTA



— Se continúa esse *negocio* de revoltas, tenho de pôr alguma coisa no prego para sustentar a compra dos jornaes...

— Não digas brincando: é mesmo um alto *negocio* para as folhas essa historia de *rebelliões*, *sublevações* e mais *damnações* acoroçadas por certos *politicões*...

Eu, se fosse jornalista, propunha que se instituisse a Caixa de Subsídios a essas grandes perturbações...

Fonte: *O Malho*, 17 dez. 1910.

Critico social contumaz, Lima Barreto foi um escritor que se utilizou da literatura como instrumento de ação em prol da mudança social e política. Em 1909, ele escreveu o romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*.<sup>1</sup> Neste livro em que ficção e realidade se misturam, o autor cria um jornal diário parodiando *O Globo* e seu proprietário Ricardo de Loberant, retratado como tirano e perverso. Essa história deu pano pra manga quando os parodiados, não gostando das comparações, proibiram a publicação de qualquer trabalho de Lima Barreto no jornal.

<sup>1</sup> BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956 [ed. original: 1909].

Mas as relações envolvendo encontros e desencontros, ficção e realidade, ocorreram na Primeira República também dentro das próprias páginas e redações dos jornais reais, e não apenas no âmbito literário. Na segunda parte de *Recordações do escritor Isaías Caminha*, Lima Barreto tem como tema uma visão crítica acerca da imprensa brasileira, dos jornalistas em particular, e seus traços marcantes: hipocrisia, corrupção, moralismo e desonestidade. No enredo desse livro autobiográfico, Lima Barreto apresenta, literariamente, aspectos da realidade social e do que se passava no jornalismo da época, segundo sua ótica.

No começo do século XX, era significativa a presença da literatura nos jornais e nas revistas ilustradas. Havia, com frequência, uma mescla entre literatura e jornalismo, que se alimentavam mutuamente, a ponto de serem, sob vários aspectos, indistintos. Intelectuais e escritores da qualidade de Lima Barreto trabalhavam como redatores e cronistas na imprensa carioca ou publicavam romances na forma de folhetins, como que fundindo suas carreiras jornalística e literária. Além disso, era comum um tratamento literário ser dado às notícias, aproximando informação e entretenimento. Na narração dos acontecimentos, recursos estilísticos criavam momentos de tensão, como num filme ou num romance. Paralelamente, importantes caricaturistas como J. Carlos, Raul Pederneiras, K. Listo e Julião Machado ilustravam as revistas.

A primeira década do século XX assistiu ainda à modernização da imprensa, concomitante a um impulso mais geral de desenvolvimento capitalista no Brasil.<sup>2</sup> Surgiram as primeiras revistas ilustradas modernas e intensificaram-se o uso de manchetes extraordinárias e sensacionalistas<sup>3</sup> e o consumo de notícias, motivado em parte pela popularização na imprensa de caricaturas, sátiras e fotografias impressas.<sup>4</sup> A linguagem artística e informativa da época se expressava em meio à industrialização e à modernização da imprensa brasileira, e, paulatinamente, a linguagem dos periódicos

<sup>2</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1999, esp. cap. 1. Como ele esclarece, ambas as coisas estavam umbilicalmente ligadas.

<sup>3</sup> Ver GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 11, n. 18, Uberlândia, Edufu/CNPq/Capes/Fapemig, 2009. Disponível em <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br>>. Acesso em 13 jan. 2010.

<sup>4</sup> Centro urbano mais cosmopolita e capitalizado do Brasil, naquele momento o Rio de Janeiro era uma cidade *sui generis* em um país no qual a população rural era superior à urbana e, predominantemente, analfabeta, com cerca de 812.000 habitantes em 1910, dos quais apenas 50%, em cifras redondas, eram alfabetizados. Para se ter uma ideia, o número de livros existentes nas bibliotecas da capital chegava, em 1910, perto de 750.000 volumes, mais do que o dobro do estado de São Paulo, seis vezes mais do que o de Minas Gerais. Cf. *Anuário Estatístico do Brasil*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 2 jan. 2011.

tendia a se tornar mais “objetiva”, afinada com os padrões norte-americanos.

A relação entre eventuais fatos extraordinários e o lucro da imprensa industrial pode ser claramente percebida na charge da revista ilustrada *O Malho*, de dezembro de 1910, “Carapuças da revolta”, que serve de epígrafe a este capítulo. Os dois interlocutores do desenho estão caracterizados como cidadãos letrados, com trajés sofisticados, antípodas dos tipos populares, assíduos personagens das revistas ilustradas.<sup>5</sup> No diálogo, eles, seguindo uma lógica burguesa, vinculam rebeliões e sublevações à possibilidade absolutamente real de converter o noticiário a respeito delas em um negócio lucrativo. Assim, ambos dão já uma pista de como foi tratada a Revolta da Chibata na imprensa.

No desenho os personagens comentam que a revolta fora uma “danação”, uma maldição, e manifestam a desconfiança de que “certos politicões”, interessados em aplicar um golpe político, estivessem por trás das “perturbações” causadas pelos marinheiros. Isso implica, evidentemente, uma desqualificação dos revoltosos. Segundo pensavam esses distintos cidadãos retratados na charge (que usavam fraque, sobrecasaca e cartola), a revolta não poderia ter sido deflagrada autonomamente por marinheiros subalternos, concebidos como incapazes de planejar e executar ações políticas consequentes<sup>6</sup>, e, nesse passo, eles se sintonizavam com tantas outras opiniões desdenhosas sobre os marinheiros, como veremos adiante.

Sobre a Revolta da Chibata a imprensa publicou, na época, notícias, editoriais, artigos de opinião, caricaturas, charges e fotos que preencheram as páginas das jovens revistas ilustradas e dos periódicos do Rio de Janeiro, do Brasil e de vários países do mundo. Foi feita aqui uma cobertura, calcada, em larga medida, na forma de um jornalismo de opinião, então muito valorizado. Na maioria das vezes, a imprensa projetou sobre os revoltosos valores e juízos carregados de intolerância, embora isso não tenha acontecido de maneira unívoca.

<sup>5</sup> *Zé Povo* se constitui numa figura muito presente na imprensa do período. Sua representação, todavia, estava longe de ser uniforme. Como afirma Marcos Silva, “nesse material humorístico, destacou-se a presença de *Zé Povo*, com traços sociais diferentes daqueles assumidos em *Fon-Fon!*: ao invés de mestiço, magro e pobre, sempre insatisfeito com sua condição, o *Zé Povo* d’ *O Malho* era um homem bem vestido, branco e forte, dando ostensivo apoio ao Governo de Hermes da Fonseca.” SILVA, Marcos A da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 46.

<sup>6</sup> Concepções de fundo liberal, retrabalhadas pelos ideólogos do autoritarismo no Brasil, já acentuaram, de há muito, a incapacidade política dos trabalhadores em geral, tidos e havidos como inabilitados para o exercício da autonomia política. Cf. PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2007, cap. 1.

Para apreender melhor meu objeto, o movimento dos marinheiros de 1910, foi importante compreender o desdobramento que ele teve na imprensa, como foi construído, conforme as elaborações textuais por intermédio das quais entraram em confronto, no limite, construções de sentido. Estudando a revolta sob o olhar da imprensa, observa-se que redatores, fotógrafos e caricaturistas acabaram exprimindo suas impressões pessoais sobre ela nos jornais, buscando exercer influência perante a opinião pública e, em regra, revelando concordância com a linha de pensamento e os parâmetros das organizações em que atuavam.

Um sinal disso pode ser detectado numa pequena rusga, envolvendo dois órgãos da imprensa, que veio à tona logo após o término revolta. *O País* comentava uma matéria saída em outro jornal, o *Século*. Nela, este fazia críticas ao concorrente e tentava apontar ambiguidades na posição de *O País* com relação à concessão da anistia aos marinheiros revoltosos. *O País* rebatia as críticas: “pedimos licença para lembrar aos nossos colegas que não deve ser a primeira vez em jornalismo que acontece uma notícia inconveniente escapar à leitura do redator de plantão”.<sup>7</sup> Podemos, pois, verificar como as notícias e as opiniões passavam por controles externos com o propósito de expressar e construir sentidos coerentes com a postura editorial do jornal, sem ambiguidades.

Por outro lado, é perceptível que os marinheiros procuraram se utilizar da imprensa na consecução dos seus objetivos e na projeção de uma imagem que lhes fosse mais favorável. Uma matéria inusitada, publicada no *Correio Paulistano*, em 1910, nos convida a pensar sobre o significado que os jornais ganharam para os marinheiros naqueles dias da revolta. Eles talvez os tomassem como instrumento para avaliação da repercussão das suas ações na imprensa e junto à opinião pública, além de um dado importante para a tomada de decisões no calor da hora. De acordo com jornalistas que subiram a bordo dos navios amotinados, “os marinheiros queriam notícias de terra. Indagavam da atitude dos jornais.” E, em “Curiosas informações – um desembarque”, lia-se:

*Em compensação, faça-se que a bordo os marinheiros estão a par dos movimentos que há por terra, da ansiedade e expectativa do povo, das providências do governo. [...] Assim alguém assegurou ter visto na noite de anteontem, quando os navios fingiam manobras, no interior da baía, uma lancha com três indivíduos aproximar-se da praia do Leme e deixá-los, para afastar-se incontinenti de terra [...] Veio-lhe*

---

<sup>7</sup> *O País*, 25 nov. 1910.

*então a ideia de uma vedeta do “Minas Gerais” ou do “São Paulo” trazendo à terra três marinheiros que arranjam trajes civis dos oficiais de bordo e vieram buscar os jornais, portadores das ansiadas notícias.*<sup>8</sup>

### **O teatro do suplício e os abusos da força**

Em 26 de novembro de 1910, quando Revolta da Chibata se aproximava rapidamente do seu final, o *Correio Paulistano* publicou o relato de um repórter do *Jornal do Comércio*, Julio de Medeiros, embarcado no encouraçado São Paulo. Ele teria testemunhado uma reunião dos marinheiros em alto-mar. Segundo essa fonte, houve no momento de se escrever um telegrama uma discussão entre os marujos a respeito da melhor denominação para o movimento: se “revolta” ou “reclamação”. Optaram por reclamação e, de fato, “reclamantes” foi a designação mais usada para se referir aos marinheiros.<sup>9</sup>

Tal relato, a crer nesse testemunho, denota a preocupação deles em se apresentar de uma maneira que não reforçasse a afirmação de uma revolta contra a autoridade constituída. Tratava-se, portanto, de polir a própria imagem, mantendo-se, aparentemente, dentro dos limites de uma justa reclamação. “Havia gerais protestos quando algum deles proferia a palavra ‘revoltados’”. Na mesma matéria, o repórter acrescentava que ouviu dos marinheiros que a bomba que atingiu o Morro do Castelo foi um desvio do disparo que deram sobre a Fortaleza de Willegaignon. Além disso, ele relatou que “na visita a bordo várias cousas nos haviam impressionado: os cofres estavam intactos, reinava ordem, não havia um só marinheiro embriagado”<sup>10</sup>, algo que servia, na prática, para afastar a imagem de bestas indomáveis que por vezes se criou em torno dos revoltosos.

À medida que se desdobrava a revolta, os diferentes veículos da imprensa iam abordando cada momento crítico do movimento. Inicialmente, as primeiras impressões acerca das ações dos revoltosos e as suas causas; depois, o desenrolar das negociações, da votação e da sanção da anistia; as perseguições aos revoltosos e a repressão ao

<sup>8</sup> *Correio Paulistano*, 26 nov. 1910.

<sup>9</sup> Conforme Marcos Silva, “as mensagens e declarações dos marinheiros durante sua Revolta não mantiveram o mesmo tom. Houve uma firmeza inicial, dotada de certa agressividade, que depois foi suavizada, até reduzida a alguma submissão.” SILVA, Marcos A. da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 42.

<sup>10</sup> *Correio Paulistano*, *op. cit.*

subsequente motim do Batalhão Naval, seguido das deportações e assassinatos a bordo do navio Satélite. Agora, no entanto, pretendo me ater ao tratamento dispensado à questão dos castigos físicos na imprensa, a reclamação mais notória, de acordo com as matérias que noticiaram a revolta, já que raramente as demais reivindicações dos revoltosos (tais como jornada de trabalho e salário) foram comentadas, razão pela qual o movimento ficou mais conhecido como a Revolta da Chibata.

Antes, porém, abro um parêntese para lembrar que, na obra *Vigiar e punir*, Foucault descreve o suplício, na Europa do século XVIII, como uma representação teatral, cenário de um teatro bizarro em que é ritualizado o desequilíbrio de forças entre o acusado e o poder soberano. Para Foucault, mais do que a punição sobre o corpo, o castigo era uma representação exemplar para os demais e visava inspirar o medo dos espectadores.

*Nas cerimônias do suplício, o personagem principal é o povo [...] Procurava-se dar o exemplo não só suscitando a consciência de que a menor infração corria sério risco de punição; mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo do poder tripudiando sobre o culpado.*<sup>11</sup>

Semelhante ao suplício, o castigo da chibata na Marinha do Brasil era um método de tortura litúrgico, teatralizado<sup>12</sup>, ritualizado, público e recorrente, que acontecia nos conveses dos navios. Tambores rufavam enquanto os marinheiros subalternos e oficiais impecavelmente vestidos, com luvas e espadas embainhadas, tinham que olhar a cena dantesca de carrasco e vítima, amarrada pelos pés e mãos e, normalmente, despida da cintura para cima. Após o toque de silêncio, era lida uma proclamação relativa ao “crime” e ao motivo da punição. O castigo começava com a contagem pelo capitão do número de chibatadas e seu encerramento ficava, praticamente, na dependência do livre arbítrio do oficial. Isso tudo suscitou discussões e controvérsias.

Em uma edição de *O País*, na seção de primeira página “Atualidades”, um

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 53.

<sup>12</sup> Thompson já advertira para a existência do teatro dos poderosos (associado às lutas pela afirmação do “controle de classe”), ao qual se opunha o teatro dos pobres. Ver THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus, *In: Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, e Modos de dominação e revolução na Inglaterra. *In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Sobre as estreitas relações que vinculam o teatro à política, ver PARANHOS, Adalberto. História, política e teatro em três atos. *In: PARANHOS, Kátia Rodrigues (org.). História, teatro e política*. São Paulo: Boitempo, 2012.

desenho intitulado “Superior e subalterno” trouxe a figura feminina, possivelmente representando a República, e os dizeres: “Em vez de dominar, educar” e, “O domínio afasta o homem, a educação aproxima-os”.

**Figura 3**



Fonte: *O País*, 30 nov. 1910.

A matéria concedeu destaque ao discurso proferido pelo senador Rui Barbosa no Parlamento, ao apresentar projeto com vistas a oferecer “uma indicação sobre a extinção completa dos castigos corporais no Exército e na Armada, estabelecendo meio de repressão eficaz às transgressões dessa medida”. Ele sustentou que um dos primeiros atos legislativos do governo provisório, depois da proclamação da República, foi extinguir os castigos corporais, os quais na verdade deveriam ter sido eliminados de conformidade com o que dispunha o artigo 179, inciso XIX, da Constituição imperial: “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis.”<sup>13</sup> Rui Barbosa enfatizou igualmente que não encontrou nas pesquisas que

<sup>13</sup> *Constituição Política do Império do Brasil* (de 25 de março de 1824). Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 31 mar. 2012.



fez a respeito de tais castigos indícios de sua manutenção em outros países:

*E tudo, senhores, no mundo moderno, no meio das sociedades mais civilizadas, nos atesta essa saudável evolução, que vai transformando a natureza da obediência e da disciplina para convertê-la em um estado de coisas compatível com a nova evolução social no mundo moderno.*<sup>14</sup>

Neste trecho, considerando os castigos físicos na escala evolutiva da sociedade, balizada pelo ideário positivista comteano, Rui Barbosa argumentava que, desde 1904 e 1906, “os castigos corporais foram abolidos no exército russo”. Para ele, a chibata não era um meio eficaz de disciplina; além de ilegal, era uma prática que estava sempre incitando à sedição. Por isso propunha novas formas de disciplina a serem estabelecidas em legislação especial.

Na mensagem estampada em *O País*, a ideia era de que “o remédio” para a questão da indisciplina seria modificar as maneiras dos superiores imporem a disciplina aos subalternos das Forças Armadas e criar outros dispositivos. Contudo, durante a eclosão dos atos da revolta, é fácil constatar, em alguns jornais, discursos sobre os castigos corporais que reforçavam a concepção segundo a qual eles eram coisa natural e até mesmo imprescindíveis para manter o controle no interior das Forças Armadas.<sup>15</sup>

A revista ilustrada *Careta* destacou o movimento dos marinheiros em suas páginas, numa edição de dezembro. Falando à sua moda sobre as causas da revolta, publicou uma matéria que alegou provir de fonte segura, alinhando fatos inusitados que teriam ocorrido no momento em que o deputado Júlio de Medeiros foi aos navios para tentar negociar com os amotinados o fim da revolta:

*O nosso amável confrade Julio de Medeiros teve a benevolência de mandar-nos, para que as publicássemos na Careta, algumas notas relativas à sua visita aos navios rebeldes, as quais eram destinadas ao Jornal do Comércio, que não as quis dar à luz por temer, estampando-as, ferir as pudicas susceptibilidades dos senhores deputados. Eis uma das famosas notas: Julio de Medeiros, tendo recebido a chibata que lhe foi oferecida pelos rebeldes, exclamou: — Oh! Fazer uma revolta, pôr em sobressalto uma população inteira só por haver levado umas lambadinhas com isto?! É incrível.*

<sup>14</sup> *O País*, 30 nov. 1910.

<sup>15</sup> Celso Castro lembra que “na Marinha, mais de vinte anos depois da promulgação da Lei Áurea, ainda não era aceita a abolição da escravidão”, contrariamente ao Exército, que havia se “recusado a exercer o mister de capitães do mato”. CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 153.

*Os marinheiros vociferaram com energia, achando que o jornalista tinha um coração de ferro.*

*— Vou provar que isto não mata nem machuca, afirmou Medeiros sacudindo a chibata.*

*Em seguida, voltando-se para o proprietário do bote Lírio, que o levava a bordo, propôs:*

*— Queres experimentar essa chibata?*

*— Seu dr. está brincando, murmurou o boteiro, lívido.*

*— Dou-te 5000 réis por cada chibata que apanhares.*

*O boteiro coçou a cabeça, pôs-se a apalpar a chibata e por fim resolveu-se:*

*— Cinco mil réis! Cinco mil réis! Cinquenta chibatadas são por ai uns duzentos e tantos mil réis! Enfim, vá lá, seu dr.*

*O homem do Lírio avançou, tirou a camisa, encruzou as mãos sobre o peito, curvou o dorso e disse:*

*— Pode dar!*

*Um alentado negralhão deu um passo à frente, arrancou a chibata das mãos do jornalista, fê-la silvar no ar e derrubou-a nas costas do boteiro. O jornalista estremeceu, aterrado. O negralhão levanta de novo a chibata. O boteiro berrou: suspenda!*

*Medeiros interrogou aflito:*

*— Doeu?*

*E o homem do Lírio, cravando os olhos úmidos no alentado negralhão, perguntou:*

*— Onde é o mictório?<sup>16</sup>*

Neste caso, o que se percebe é que a história narrada parte da ideia de que o motivo da revolta havia sido desproporcional às ações dos marinheiros amotinados e à força com que fizeram suas reclamações, ainda que apontasse a chibata como a principal razão do motim. De fato, como veremos, muitos foram aqueles que, dentro e fora da imprensa, pensaram que a forma de protesto adotado, apontando e disparando tiros de canhões sobre a cidade, fora exagerada. De todo modo, o desfecho da história é particularmente interessante. O “humor negro” da sátira emprega o elemento mórbido da chibata e o pavor medonho do boteiro e os torna em algo risível. Assim, mesmo quem julgava que os marinheiros exageravam no uso de suas próprias razões dá-se por vencido ao reconhecer que os padecimentos impostos por esse tipo de castigo eram insuportáveis.

Em *O Malho*, ainda em 1910, uma charge de Yost, “Opiniões (entre cafajestes)”, mostrava duas figuras simplórias, oriundas das camadas populares, a julgar por seus trajes e por suas características físicas, sem falar do linguajar dos personagens. Eles travam o seguinte diálogo:

---

<sup>16</sup> *Careta*, 3 dez. 1910.

— *Mais pru via de que os marinheiros siarrevortaram?*  
 — *Entonces vancê inda non sabe?!... Eles se arrevortaram-se porque ganhavam pôco, trabaiavam muito havia chibata a bordo, dê mais...*  
 — *Dê mais?! Seu compadre! Non Le parece que havia de menos?... Pois si fosse dê mais eles teriam tempo para fazê esse estrupício?... Iche!....*

#### Figura 4

OPINIÕES  
(ENTRE CAFAGESTES)



Fonte: *O Malho*, 2 dez. 1910.

*O Malho*, revista que se propunha representar a modernidade e o mundo das elites do Rio de Janeiro, raramente abrindo espaço para focar a exclusão social e a pobreza, até por força do seu desprezo para com os indivíduos de baixa condição econômico-social, invocava agora duas figuras dos setores subalternos da sociedade para esvaziar as reivindicações dos revoltosos, desqualificando-as. Segundo o desenho, até no caso de “cafajestes”, ou seja, de pessoas vulgares, de péssima condição de vida e desprezíveis, a revolta teria sido vista como despropositada, a despeito dos castigos

físicos, que não eram considerados pelos personagens justificativa plausível “para fazê esse estrupício”.

Essas concepções às vezes se encontravam também introjetadas entre marujos, como evidencia o relato pessoal de Adolfo Ferreira dos Santos (o Ferreirinha, 98 anos, marinheiro reformado), publicado no *Jornal do Brasil*, em 1988. Seu depoimento ilustra uma atitude de docilidade e conformismo já internalizados frente aos castigos corporais, e ajuda a compreender o porquê de o peso da desventura dos atos da revolta ser maior do que o da iniquidade do castigo com a chibata, no balanço dessas opiniões: “Muitas vezes apanhei com a vara de marmelo. Mas chicotadas e lambadas que levei quebraram meu gênio e fizeram com que eu entrasse na compreensão do que é ser cidadão brasileiro”.<sup>17</sup> Para ele, os castigos eram necessários para se fazer um homem e formar o seu caráter.

Por outro lado, um desenho publicado na primeira página de *O País*, ainda em novembro de 1910 (figura 5), trazia ao público a representação da figura feminina, identificada com a República, mostrando tanto a violência, simbolizada pelas costas marcadas do marinheiro, quanto a tábua da lei, com o dizer “sangue”, sugerindo uma ligação intrínseca entre uma coisa e outra. A Primeira República, não sem razão, já foi chamada de república da espada por se impor de forma autoritária, predominantemente por meio da repressão violenta e dos “abusos da força”.<sup>18</sup> Esse “difícil problema!...”, ou seja, de como manter disciplina e o controle sociais sem o (ab)uso exacerbado da violência era um dilema moral que a sociedade se colocava naquele momento.

---

<sup>17</sup> *Jornal do Brasil*, 8 dez. 1988. O historiador José Murilo de Carvalho vai por aí ao comentar o depoimento de Ferreirinha: “a relação complexa entre ordem e liberdade na cabeça dos marinheiros aparece de maneira contundente no depoimento de um contemporâneo de João Cândido [...] Tão forte fora a marca da escravidão que podia levar alguém a ver a punição física como pedagogia cívica.” Os bordados de João Cândido. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. II, n. 2, jul.-out. 1995. Disponível em < <http://www.scielo.br/>>. Acesso em 2 fev. 2011.

<sup>18</sup> A Primeira República foi um período caracterizado pela repressão violenta do Estado, associada àquela empregada pelas classes dominantes. A violência física foi utilizada com vigor, cotidianamente, no tratamento da “questão social”. Sobre o assunto, ver, entre outros, FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, esp. cap. VII, e PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. (orgs.) *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado* (1889-1930), v. II — Documentos — partes II e III. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Figura 5



Fonte: *O País*, 25 nov. 1910.

No pensamento dominante, a violência era a outra face da mesma moeda da lei e da ordem. Era considerada inerente à civilização, em contradição perene com a barbárie e com o lado selvagem da sociedade. E essa lógica se identificava com o modo do governo lidar com as revoltas populares, que eram um canal de comunicação social diante de espaços institucionais fechados para reivindicações dos de baixo. De toda forma, vivia-se uma situação dramática ante a necessidade da preservação da força da autoridade — que não poderia ser enfraquecida com a derrota do governo — e a força da revolta dos marinheiros, desejosos de impor seus termos à autoridade constituída.

A defesa da repressão física deita raízes em uma tradição de longa duração no Brasil, sobretudo para a disciplinarização dos escravos por causa da imposição do trabalho compulsório.<sup>19</sup> Prática social solidamente instituída no Brasil, o uso dos castigos corporais como punição e meio de “educação” era parte das relações sociais de

<sup>19</sup> A propósito, ao passar brevemente em revista parte da produção historiográfica a respeito do assunto, Marcos Silva frisa que “[Gilberto] Freyre indicou grande contingente de ‘vagabundos e malfeitores’ nos escalões inferiores das Forças Armadas brasileiras em princípios do século XX e fins do século XIX, atribuindo a superior disciplina da Marinha face à do Exército ao emprego disciplinar, pela primeira, da chibata, a que a população negra e mulata estaria habituada, tanto pela recente experiência escrava quanto por hábitos de suas comunidades africanas de origem.” SILVA, Marcos A. da. *Contra a chibata*, op. cit., p. 22 e 23.

poder ainda no começo do século XX. Era uma punição habitual nas relações de dominação da época, verificadas nas relações de trabalho<sup>20</sup>, na escola, na família, nas Forças Armadas e, como vimos, estava presente nas representações veiculadas pela imprensa. Contudo, essa visão naturalizada dos castigos corporais revelava sinais de esgotamento, e os marinheiros deixaram claro na revolta que a manutenção da ordem social deveria prescindir deles. Eles não mais queriam ser tratados como escravos, e sim como “soldados-cidadãos”.<sup>21</sup>

No dia 23 de novembro de 1910 circularam as primeiras notícias em periódicos cariocas e nacionais, dando conta da “revolta de marinheiros da esquadra”. *O País*, ao publicar a informação sobre a rebelião, criou um momento de suspense quanto às suas causas:

*Qual poderia ela ser? Na normalidade dos dias que atravessamos, em uma noite em que a sociedade carioca se dividia por várias festas, a notícia parecia absurda a princípio e depois, mesmo com alguns detalhes, inverossímil”. [...] “Devia existir na alma daqueles canhões tonantes um segredo, um mistério.” [...] “os disparos dos canhões de guerra não podiam ser obra exclusiva da maruja...”<sup>22</sup>*

Após um longo preâmbulo, no ponto alto da tensão, o jornal diz que a razão desse fato eram os marinheiros “exigindo a abolição do castigo da chibata”. A matéria partia do princípio de que “a República, de certo tempo a esta parte, principiou a reabilitar-se no conceito universal. Cessara o período das agitações civis, das disputas do poder à mão armada”. Daí o espanto com a revolta, já que a República, de acordo com *O País*, afastara definitivamente o absolutismo e certas “disputas de poder” violentas.<sup>23</sup>

<sup>20</sup> Aziz Simão, por exemplo, se reporta aos castigos físicos infligidos a operários menores de idade. Ver SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus/Editora da Universidade de São Paulo, 1966, p. 73.

<sup>21</sup> Nas representações simbólicas republicanas, o ideal do “soldado-cidadão” correspondia ao soldado disciplinado por convicção e não somente pela coerção física. Ao defender o “soldado-cidadão”, o positivista Benjamin Constant atribuía primazia à sua condição de cidadão; antes de soldado, ele deveria ser um participante da vida política da nação. Ver, a respeito, CASTRO, Celso, *op. cit.*, p. 85.

<sup>22</sup> *O País*, 23 nov. 1910.

<sup>23</sup> Ressalte-se que o jornal ignorava a extensão dos conflitos sociais relativos aos setores populares, como as manifestações operárias em defesa de seus direitos. Esse tipo de discurso escamoteava, na prática, as contradições político-sociais existentes e construía um mundo quimérico de plena harmonia social. Quanto a isso, evidentemente, eram bem distintas as posições assumidas pelo movimento operário e pela burguesia. Ver, entre outros, PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. (orgs) *A classe operária no Brasil: 1889-1930 — Documentos — v. 1: O movimento operário*. São Paulo: Alfa Omega, 1979, FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982, esp. cap. 11-17, e DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971, cap. IX.

Na sequência, *O País*, externava a sua preocupação com a repercussão dos fatos no exterior e com a possível interpretação, por parte dos países estrangeiros, de que prosperasse aqui um movimento político de “ambição ditatorial [...] uma cupidez política, querendo revolucionariamente triunfar”, por trás do movimento dos marinheiros. Isso, conforme o jornal, poderia acabar com “o louvor prestado lá fora à nossa educação republicana, ao nosso espírito de ordem, ao nosso sentimento de legalidade.” E, talvez com a finalidade de acalmar esses temores, afirmava: “Na verdade, todos estão sujeitos a revoltas deste gênero, no fundo, *greves* militares, empregando meios violentos, granadas em vez de bombas explosivas, para o êxito de suas reivindicações econômicas e morais”. Por fim, deixava patente a sua posição: “O governo não pode, sob tal pressão, satisfazer as suas aspirações, por mais justas que elas sejam”.<sup>24</sup> Sem qualquer ambiguidade, portanto, *O País* se colocava contra a revolta e a favor da sua repressão violenta.

Ironicamente, enquanto *O País* se preocupava com o julgamento dos estrangeiros sobre a nossa “educação republicana”, no exterior *The New York Times* não ficou indiferente aos acontecimentos que agitavam a capital da República brasileira. Ele pensava, acima de tudo, na defesa dos interesses econômicos e diplomáticos. Na matéria “Brazil gives way; rebel fleet gone,” em pleno curso do levante, o jornal noticiou:

*Um motim no Rio de Janeiro bombardeou a cidade. Todos os negócios foram suspensos. Não foi de natureza política, mas contra os oficiais. O governo tomou as medidas necessárias para restaurar a ordem. [...] os amotinados tiveram aceitas todas as suas reclamações, inclusive a anistia. Mataram tantos oficiais quanto foi necessário para tomar o controle da situação. Os marinheiros reclamavam menos trabalho através do recrutamento de acréscimos para as tripulações, abolição dos castigos corporais, salário maior e diminuição da jornada de trabalho. A Grã-Bretanha pressionou o ministro de Relações Exteriores para não bombardear o encouraçado São Paulo por força da presença de engenheiros britânicos que vieram na primeira viagem dos navios e estavam a bordo. O governo hesitou para evitar danos ao símbolo (bastiões) da Marinha. A cidade ficou três dias à mercê dos fora da lei. Adicionaram ao ultimato ao Congresso uma bomba na cidade. O governo rapidamente se reuniu e votou anistia. O governo cedeu frente à Marinha amotinada enquanto os amotinados miravam suas armas para a cidade. E a anistia acabou por ser aprovada no Congresso em meio a combate e socos.*<sup>25</sup> (tradução minha)

Podemos observar que *The New York Times* usou de uma linguagem mais objetiva e foi mais sintético do que os jornais brasileiros. Ele se ocupava, entre outras

<sup>24</sup> *O País*, 23 nov. 1910.

<sup>25</sup> *The New York Times*, 24 nov. 1910. Disponível em <<http://www.nytimes.com>>. Acesso em 4 jul. 2011.

coisas, de aspectos que chamavam particularmente a sua atenção: a paralisação dos negócios e a pressão da Grã-Bretanha em favor dos seus súditos. Afinal, *The New Times* — uma empresa jornalística — era e é parte integrante do mundo empresarial capitalista.<sup>26</sup>

No dia 23 de novembro, nas primeiras notícias da revolta, *O País* tentou ser mais objetivo em relação aos fatos jornalísticos, isentando-se de emitir juízos mais críticos, possivelmente tomado pela surpresa, sem tempo ainda de refletir mais a fundo sobre a situação. Mas tal disposição se modificaria no dia seguinte. Já em suas palavras iniciais sobre a revolta transpareciam severos julgamentos:

*Mesmo sem episódios sangrentos, que a tornaram odiosíssima, o simples fato da revolta bastava para levar ao espírito de cada brasileiro uma impressão de mágoa, de vergonha. [...] Só as almas mal formadas, sem melindre patriótico, deixarão de sentir essa tristeza, esse vexame, essa dor.*<sup>27</sup>

O jornal interpretou a revolta como desrespeito aos ideais liberais da “legalidade”. Preocupado com o “prestígio da autoridade” frente às nações estrangeiras, definiu sua posição a partir de valores comumente alardeados pelas classes dominantes, e seus aliados, como os de “pátria e “nação”, enaltecendo a “ordem pública” e o “civismo” como signos da ordem republicana. Ao analisar a revolta, paralelamente, reiterou a propaganda liberal do sufrágio universal, referindo-se à eleição do marechal Hermes da Fonseca:

*O modo por que se travou a campanha presidencial, sem um abalo da ordem pública, valeu por um brilhante atestado da nossa aptidão democrática, do nosso civismo, do nosso amor da liberdade, do nosso zelo pelo crédito e pela dignificação do regime.*<sup>28</sup>

Na ótica de *O País*, a reclamação em relação aos castigos físicos, embora reconhecida como justa, ultrapassava os limites da legalidade e da ordem constitucional, pelo modo como foi feita: “uma reclamação justa, mas... feita em voz muito grossa!...”<sup>29</sup>, como ilustra o desenho de primeira página de Julião Machado, publicado

<sup>26</sup> Nos *Cadernos do cárcere*, Antonio Gramsci, escrevendo ao longo dos anos 1930, lembra que a imprensa é “a parte mais dinâmica” da estrutura ideológica das classes dominantes. Ela atua, por isso mesmo, como importante aparelho de hegemonia para a afirmação dos interesses e das concepções dessas classes. Ver GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do cárcere*, v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 78.

<sup>27</sup> *O País*, 23 nov. 1910.

<sup>28</sup> *Idem*.

<sup>29</sup> *Idem*.



em 27 de novembro, no qual navios avançam vociferantes, disparando possantes canhões, com um “abaixo a chibata!” estampado na proa:

Figura 6



Fonte: *O País*, 27 nov. 1910.

Para o periódico, a atitude dos marinheiros deveria ter sido reprimida com violência desde o primeiro momento, a exemplo do que sucedera quando da Revolta da Armada de 1893, combatida pelo “marechal de ferro”:

*Era esta, de resto, a tradição do País, que se glorifica de ter sido o mais intrépido e leal dos auxiliares de Floriano na defesa da legalidade afrontada pela rebelião naval. [...] Saibam ao menos os governos, daqui por diante, evitar pela sabedoria dos seus atos os tristes efeitos que esta humilhação, fatal ao que parece, pôde determinar com deslustre para a nossa história e com dor para o nosso país*<sup>30</sup>

O desenho “A voz dos canhões” apareceu no momento em que os marinheiros já haviam deposto as armas, e começava, então, uma reflexão mais detida sobre o que tinha acontecido e as medidas em curso para que a “voz grossa” dos marujos não fosse esquecida ou perdoada. Daí em diante seriam iniciadas as perseguições, prisões, torturas, degredos e assassinatos. A campanha anti-Revolta da Chibata seria apoiada pelos principais jornais e revistas. No trecho do editorial que se segue ao desenho, percebe-se como *O País* retirou da revolta toda a sua legitimidade. Ela não teria sido uma manifestação causada por injustiças nem se basearia em princípios elevados ou

<sup>30</sup> *O País*, 27 nov. 1910.

edificantes:

*foi um golpe de surpresa, pode-se dizer – de traição – no qual se destacava o propósito feito de matar antes os oficiais para dominarem então o navio. Foi isso que se deu a bordo do “Minas Gerais”. Não houve propriamente a insurreição de quinhentos homens em quem o freio do dever se partira contra um grupo de oficiais numericamente inferiores; não houve um levante no sentido rigoroso da palavra.*<sup>31</sup>

A revolta era, assim, pressuposta como resultante do caráter incivilizado dos marinheiros, e não das contradições na estrutura social do país. Nessa perspectiva, o conflito social, para recorrer a termos durkheimianos, é uma expressão de anomia ou de patologia social. *O País*, arvorando-se em porta-voz “da sociedade carioca”, estigmatizou os marinheiros sob a adjetivação de “criminosos”<sup>32</sup>, “alucinados”, carentes de “noção de disciplina e dever”, “atrozés”, enquanto, por outro lado, sempre tecia considerações respeitadas sobre a “heroica” reação dos “brilhantes oficiais mortos”. Os marinheiros, condenados como desviantes da ordem legal, eram, dessa maneira, “apagados”, dando lugar a outros sujeitos da história, convertidos em heróis segundo o corriqueiro culto as personalidades ilustres.<sup>33</sup>

Em dezembro de 1910, *O Malho* dedicaria toda a sua edição ao tema da revolta, destacando, sobretudo, a anistia votada pelo Congresso e sancionada pelo marechal-presidente Hermes da Fonseca. Já na capa apareciam Francisco Glicério, Campos Sales, Rui Barbosa e outros políticos tremendo atemorizados e suplicando para que se votasse a anistia. O senador Irineu Machado, por sua vez, esbravejava contra o “descrédito da autoridade constituída” que significou aquela votação. Ao seu lado, o personagem Zé Povo censurava os acovardados políticos.<sup>34</sup>

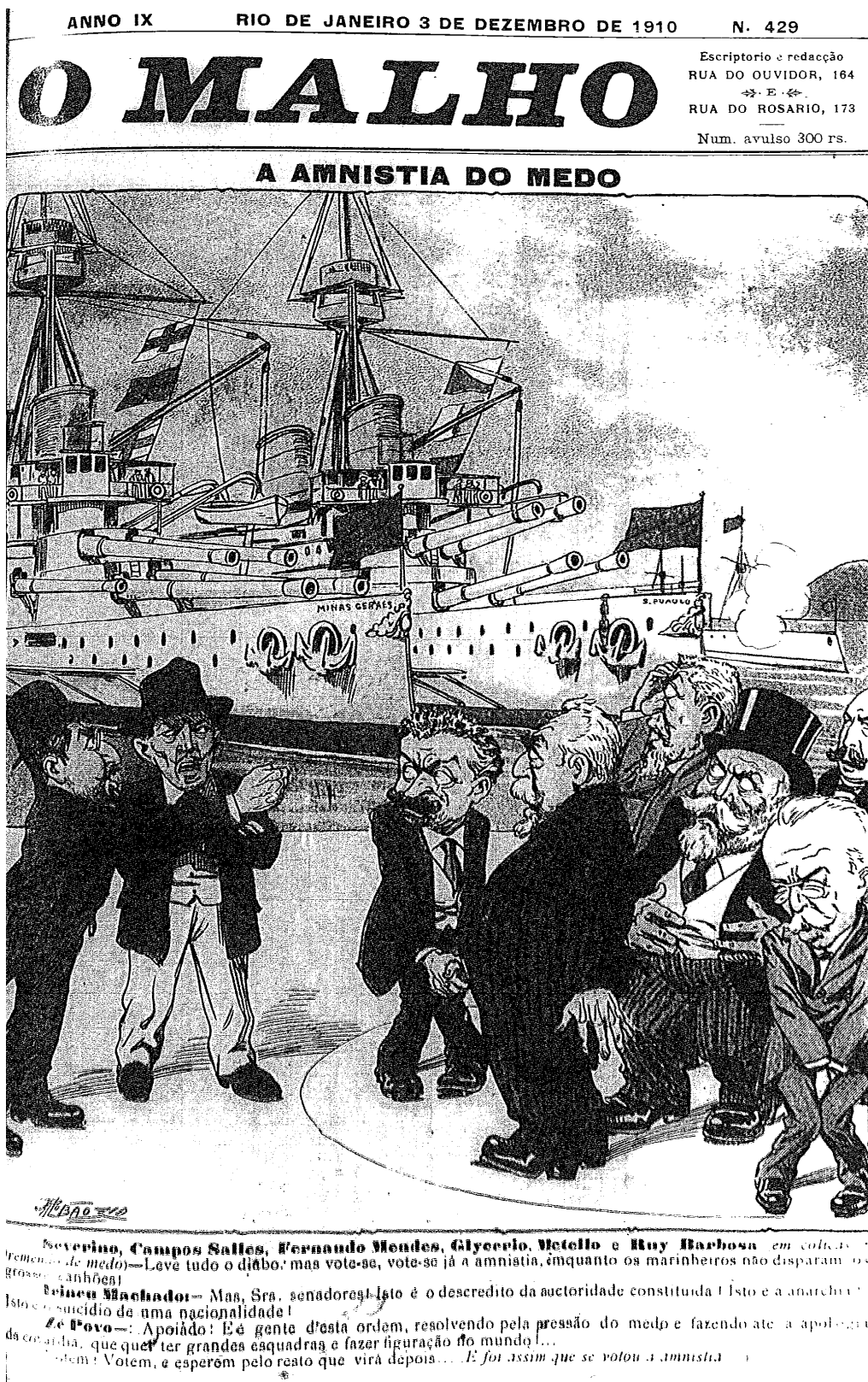
<sup>31</sup> *Idem.*

<sup>32</sup> Foi comum o estabelecimento de uma associação entre o recrutamento forçado de “vagabundos”, “malfeitores” e “criminosos” e a Revolta da Chibata. Por tal motivo, engrossando esse coro, o deputado Irineu Machado a reduziu, no limite, a “atos de banditismo”. Ver SILVA, Marcos A. da. *Contra a chibata*, *op. cit.*, p. 20 e 86.

<sup>33</sup> Na produção bibliográfica sobre a Revolta da Chibata, um texto de um contemporâneo (chefe do gabinete do ministro da Marinha) estava plenamente sintonizado com essa linha de raciocínio. Ver CUNHA, H. Pereira da. *A revolta da esquadra brasileira em novembro e dezembro de 1910*. Separata da *Revista Marítima Brasileira*, out.-dez. 1949, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1953. Para a crítica a essa visão oficial, ver SILVA Marcos A. da. *Contra a chibata*, *op. cit.*, p. 13 e 14.

<sup>34</sup> *O Malho*, 3 dez. 1910.

Figura 7



Fonte: *O Malho*, 3 dez. 1910.

Em outra charge na mesma edição de *O Malho*, Zé Povo se utilizava do

discurso patriótico e nacionalista para exprimir o seu desapontamento com a fraqueza do governo ante as exigências dos marinheiros. A “burguesia”, representando os “interesses materiais”, preocupava-se, segundo ele, com “nossas casas”; ela e a “política” argumentavam a favor da assinatura do documento de sanção da anistia. A primeira, por causa da defesa dos princípios da propriedade privada e dos investimentos, pois a agressividade da revolta punha em risco os capitais investidos; e a segunda, para “evitar barulhos”. Ao fundo Zé Povo consolava a “Pátria brasileira”: “A vida é isto, egoísmos... fraquezas... falta de juízo... rebeldias... o diabo! Eu também me sinto abatido e aniquilado com toda essa maldita mixórdia!...”.

Figura 8



*A Política* :—Vamós, marechal! Não relucte, não hesite em sancionar a amnistia, embora os rebeldes ainda estejam de armas na mão! É indispensável evitar barulhos e acabar com isso de qualquer maneira, cedendo, e até fazendo presentinhos dos navios, se for preciso!

*O Burguez (aflicto)* :—Sim, Sr. marechal! Tenha pena de nós! Olhe que tiro de canhão grande é uma desgraça! Mesmo que os inquilinos fujam, que será das nossas pobres casas com o bombardeio? ... Pelo amor de Deus, Sr. marechal! Sancione a amnistia! ...

*A Pátria* :— Seja qual for a solução, sinto-me ferida no coração, diminuída e humilhada pela conduta de meus filhos! ... Que desgraça! ...

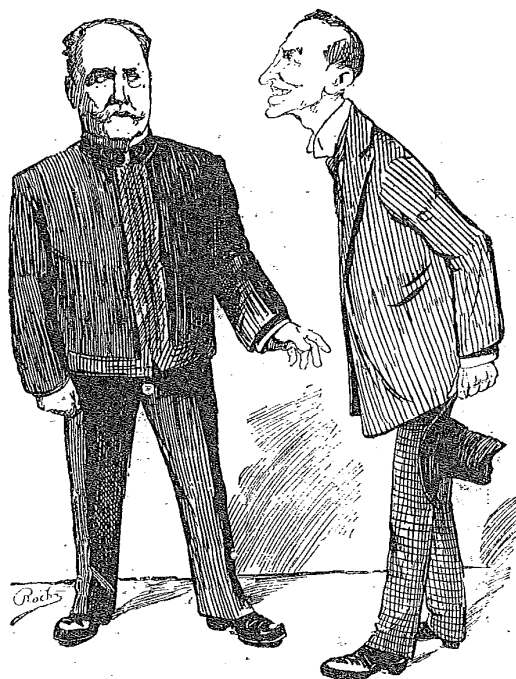
*Zé Povo* :— Tem paciência, filha! A vida é isto: egoísmos... fraquezas... falta de juízo... rebeldias... o diabo: Eu também me sinto abatido e aniquilado com toda esta maldita mixórdia! ...

Observe-se que o Zé Povo, na capa da edição de *O Malho* (figura 7), perdeu seu aspecto de pobreza e se apresentava robusto, bem trajado e branco, destituído daquela imagem de miséria que o caracterizava normalmente. Ali, falava de igual para igual com senadores e barões, porém na charge logo acima, consolando a “Pátria”, ele reassumiu a sua condição de “povo”, numa das raras tentativas feitas pela revista de aproximação entre pátria e povo, se bem que ela era contrária às reivindicações e ao movimento dos marinheiros.

Nas alusões à pátria, como na charge da figura 8, *O Malho* a concebia como sentimento de proteção, pátria-mãe, nação gentil que a todos oferecia seu afeto incondicional, agora envergonhada pelo destrato e pela ingratidão. Todos seriam igualmente atingidos pela revolta, feridos perante a pátria. Por isso ele lamentava a humilhação do governo ao assinar a “anistia do medo”, e o fazia a seu modo sarcástico e irreverente. Para a revista ficariam todos — governo, povo e militares — eternamente reféns do fantasma da quebra da disciplina que poderia voltar a qualquer momento e por qualquer motivo. Na charge “Gato escaldado”, Zé Povo, questionava: “Mas, Sr. Ministro... mas, Sr. Almirante... pode lá haver disciplina que preste, depois de uma coisa dessas? Pode lá haver oficiais que se sintam garantidos dentro dessas casas de marimbondos?...”

Figura 9

GATO ESCALDADO...



*Marques Leão* :—Passada a tormenta, vem a bonança. Dentro em pouco as cousas entrarão nos eixos, os navios serão bem guarnecidos e tudo poderá navegar em mar de rosas.

*Zé Povo*—Mas, Sr. ministro... mas, Sr. almirante... pôde lá haver disciplina que preste, depois de uma cousa d'estas? Pôde lá haver officiaes que se sintam garantidos dentro d'essas casas de maribondos?... Não era o filho de meu pai que mettia lá o nariz!...

Fonte: *O Malho*, 3 dez. 1910.

Para ilustrar a sua posição quanto à anistia e a “fraqueza” dos parlamentares que votaram a favor, *O Malho* chegou a publicar no quadro “Pela honra da pátria” o discurso do senador Irineu Machado que continha severas críticas à promulgação daquela medida. Os marinheiros, conforme o senador,

*não têm a consciência dos seus deveres de brasileiros como temos nós, homens políticos [...]. Talvez, a mão deles tremesse no momento de detonar os possantes canhões dos seus navios; talvez, numa suprema palpitação de patriotismo, o coração deles despertasse [...]. O certo é que o fato testemunha que os nossos homens, que os diretores da nossa sociedade e da nossa República não podem falar nem em honra do poder público, nem em honra do Legislativo.*<sup>35</sup>

Discursos de outros senadores publicados por *O Malho* seguiam esse mesmo diapasão. Quintino Bocaiúva salientava que o Senado apoiava o governo unanimemente

<sup>35</sup> *O Malho*, 3 dez. 1910.

“a fim de que salvem os interesses supremos da República e a honra da civilização da nossa Pátria.” Já Alfredo Ellis repudiava, qualquer “coparticipação [...] de ordem política [...] Não; e se houvesse eu me afastaria de semelhante política que visasse à morte da República ou, pelo menos, o seu descrédito perante o mundo civilizado”.

Também *O País*, em 24 de novembro, descreveu a sessão do Senado do dia anterior, quando Rui Barbosa, após três meses de ausência por força de uma licença, retornou à casa em função da revolta da esquadra. Na versão do jornal, sua volta objetivava “unicamente [...] exprimir a sua aversão, a sua repulsa, a sua agonia, diante de fatos que, mais uma vez, neste regime, vêm colocar em dúvida o valor das suas instituições e a segurança de sua tranquilidade.”<sup>36</sup> Nessa perspectiva, o progresso do país não se daria de forma alguma com o desrespeito à ordem social, como se registrara na revolta dos marinheiros. Dependeria dessa ordem a prosperidade econômica do país.

Na Câmara, o líder Torquato Moreira se lembrava, sem constrangimento, dos bancos estrangeiros e dizia que a maruja “põe em grave risco a tranquilidade pública, a ordem, o sossego ou, por que não dizê-lo?, os próprios créditos da nossa Nação”. Em seguida, colocava-se à disposição do Executivo “nas medidas de ordem e de repressão geral que ele porventura tenha necessidade de lançar mão”.<sup>37</sup> O discurso, que execrava o estado de “anarquia” implantado, autorizava, portanto, o uso autoritário da violência do Estado contra os marinheiros.

As dicotomias do tipo civilizado/selvagem, humano/desumano eram recorrentes nas notícias e editoriais da imprensa empresarial. A manifestação de resistência, de oposição à lei, no jogo das forças sociais, era pensada como “anarquia”, “boçalidade” e desqualificada enquanto tal. É interessante notar que, na sua etimologia, o termo boçal se refere aos escravos ainda não ladinos, recém-chegados ao Brasil e que não falavam a língua do país e não compartilhavam dos mesmos valores sociais, nem eram “civilizados” ou “educados.”<sup>38</sup> A “civilização” era algo que os “boçais” tinham que obter a partir da “educação”, e os marinheiros eram assim definidos segundo essa lógica etnocêntrica. Implícito nisso estava o preconceito comum de que o “outro” é desprovido de cultura. Foram frequentes, aliás, as definições dos marinheiros em

---

<sup>36</sup> *O País*, 24 nov. 1910.

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 311.

negativo, como sem cultura, sem amor à pátria, sem racionalidade, sem moral, sem ideia, sem tudo...<sup>39</sup>

Além do mais, os discursos veiculados na imprensa e no Parlamento sobre a revolta dos marinheiros eram impregnados das teorias científicas deterministas/racistas do século XIX.<sup>40</sup> Em discurso pronunciado na tribuna da Câmara pelo deputado por Minas Gerais João Penido<sup>41</sup> e publicado em *O País*, ele ressaltava que a causa do motim não teria sido a chibata, mas, sim, “assentava-se no fato de serem eles [os marujos] retirados da ralé, em falta da lei do sorteio, aplicada na Marinha”. O parlamentar destacava o problema dos recrutamentos forçados dos marinheiros e defendia a lei do sorteio, que gerara muitos protestos das classes médias quando fora votada dois anos antes, o que fez com que não tivesse sido posta em prática. Seja como for, o termo empregado pelo deputado, “ralé”, revela um parentesco etimológico com a ideia de espécie, raça e casta, e designa a camada mais baixa da sociedade. Essa gentinha teria causado a revolta simplesmente por ser quem é...

Tal linguagem, carregada semanticamente de preconceitos, aparecia, com frequência, ao lado de metáforas organicistas<sup>42</sup>, geológicas e climatológicas, comuns a

<sup>39</sup> Em nome da “civilização” combatia-se, como regra geral, tudo o que era considerado inconveniente, como muitas tradições culturais populares que não se enquadravam nos padrões de “civilidade” desejável. Ver VELLOSO, Mônica Pimenta: *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Como destacou Marcos Silva, “o deputado Torquato Moreira, em nome do situacionismo, salientou a carência de cultura dos revoltosos, que impedia a compreensão por eles mesmos das consequências de seus atos.” SILVA, Marcos. *Contra a chibata, op. cit.*, p. 49 e 50. Por sinal, é curioso atentar para o fato de que, mesmo num jornal socialista como *A Vanguarda*, se pactuasse, ao menos em parte, com esses lugares-comuns. Ao aludir a João Cândido e à maruja, Pedro Rangel os concebia como “homens criados em um meio vicioso, sem cultura, sem princípios, sem ideias”, com a diferença de que “tinham uma coisa que não têm o Presidente da República, os ministros, os senadores e os deputados: coração” *A Vanguarda*, 9 set. 1911.

<sup>40</sup> Sobre essas concepções, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>41</sup> Esse deputado votou contra a anistia para os marinheiros. Nas suas palavras, “voto contra o projeto de anistia por estarem ainda os revoltosos em atitude ameaçadora, sem depor as armas.” *Diário do Congresso Nacional*, 26 nov. 1910. O parlamentar era francamente a favor da lei do sorteio como instrumento de recrutamento para as Forças Armadas. Baseando-se em pesquisas de Maria Nazareth Ferreira sobre a imprensa operária no Brasil, Marcos Silva afirma que “a ofensiva do Estado para impedir tal união [unidade entre setores dominados] implantando o Sorteio Militar (1908), dirigindo tropas militares contra trabalhadores mais arregimentados, mereceu da Confederação Operária campanha contra a Lei do Sorteio Militar e protestos contra a Marinha no momento da Revolta da Chibata.” Marcos A. da. “Nossa classe” — Revolta da Chibata na imprensa operária *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 2, n. 3, mar. 1982, p. 42. Disponível em <<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?>>. Acesso em 17 ago. 2011.

<sup>42</sup> Como frisa Adalberto Paranhos, ao se fixar no contexto político-social dos anos 1930 e 1940 no Brasil, “nessa utilização de metáforas organicistas, para a perpetuação da dominação social, obviamente não sobriaria espaço para a contestação senão como ação doentia”, pois caberia aos trabalhadores (equiparados a músculos), obedecer, sem qualquer discussão, a voz de comando dos empresários e seus prepostos (identificadas como cérebro). PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala, op. cit.*, p. 172.



vários textos, e que se ligavam organicamente às concepções próprias dos determinismos cientificistas em voga à época. Na crônica “Pelos sete dias”, da revista *Fon-Fon!*, por exemplo, se falava sobre a revolta metaforicamente como algo que, sendo portador de mau tempo, finalmente fora debelada aqui para seguir seu curso malévolos em outras paragens:

*Ainda que relâmpagos no horizonte, de uma borrasca que se afasta, que, ainda há pouco, rugia sobre nossas cabeças, ameaçando desabar, mas, que, já agora, segue, para abater trovejante sobre outras paragens ou para, desfeita, se anular no próprio espaço....*<sup>43</sup>

Alguma coisa estava fora da ordem universal quando um reles marujo, como o líder da revolta João Cândido, pretendia assumir a condição de oficial... Essa era a crítica formulada por meio dos traços de uma charge de J. Carlos que figurou, em dezembro, na capa da revista *Careta*. Nela, sob o título de “A disciplina do futuro”, ele aparecia caricaturado, usando trajes de oficial, caminhando pelo convés de um navio, passando por dois marinheiros brancos, descalços, caracterizando assim suas baixas patentes e sua precária condição social.

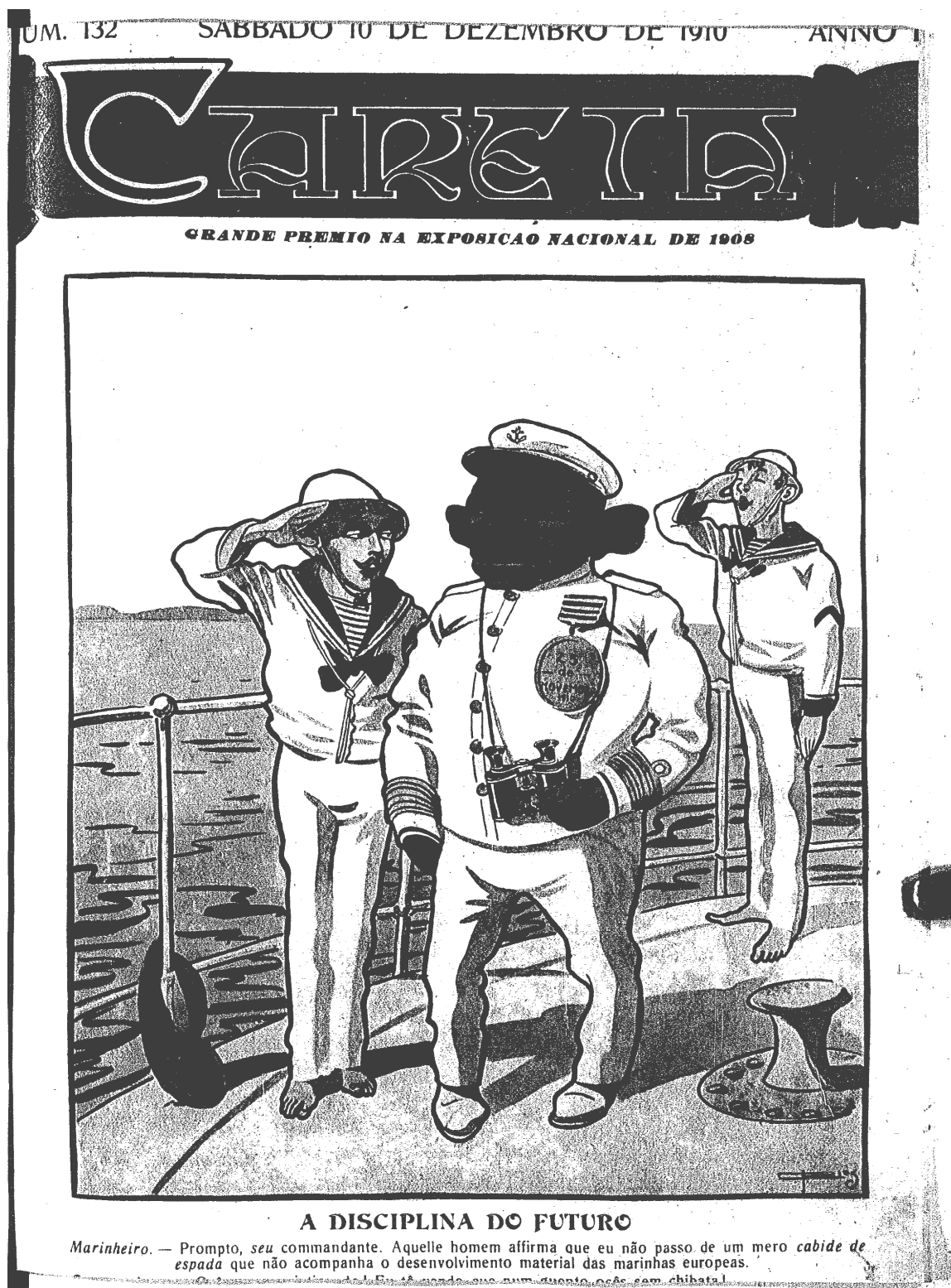
O desenho mostrava João Cândido como oficial, com característicos galões nas mangas, mas com clara aparência simiesca (como se fora bem próximo, fisicamente, de um gorila amestrado), recebendo continência de marinheiros subalternos. Seus traços físicos nada tinham de “fino”: orelhas de abano, queixo avantajado e pernas arqueadas. Estiliza-se, nessa caricatura, uma espécie de “tipo-ideal” lombrosiano de criminoso<sup>44</sup>, o mais temido deles, ou seja, o criminoso nato, que possuiria estigmas físicos muito aparentes. Como se isso tudo não bastasse, o título da charge, “A disciplina do futuro”, fazia uma referência invertida ao evolucionismo e à teoria da origem do homem.

---

<sup>43</sup> *Fon-Fon!*, 10 dez. 1910.

<sup>44</sup> César Lombroso foi um médico do século XIX, natural da Itália, pertencente à escola italiana de Direito Penal. Influenciado pelo positivismo e pelo darwinismo, elaborou “cientificamente” um estereótipo de criminoso baseado no tipo físico e associava o crime à inferioridade física e moral.

Figura 10



Fonte: *Careta*, 10 dez. 1910.

Operando com uma inversão de fatores e contrastes, branco/subalterno, negro/oficial, calçado/descalço, a charge acentuava essas oposições com o objetivo de promover a desqualificação plástica imposta ao marinheiro João Cândido. Por essa via,

ao noticiar a revolta, a revista reforçava estigmas, vinculando os atores a características depreciativas e raciais.

De fato, naquele tempo era quase impossível a um negro ascender a oficial em função do racismo na Marinha e outras barreiras hierárquicas, praticamente intransponíveis, existentes entre oficiais e subalternos. Indo além, isso retratava as dificuldades para a ascensão do negro na sociedade mais abrangente, ele que vivia nas margens sociais na Primeira República. O progresso, por assim dizer, tinha cor: era, fundamentalmente, branco. É suficiente pensar na política de importação de mão de obra não-negra para substituir os escravos libertos, ou nas teorias do branqueamento debatidas na época para avaliar a absurdidade cômica, se não fosse trágica, da charge.

Daí não ser nada surpreendente que o discurso racial emergisse nesse desenho, cujo sentido era de que os “vícios” do desrespeito à hierarquia e à ordem eram inatos e inerentes à condição genética dos indivíduos. Evidentemente, ao se referir aos marinheiros, em sua maioria negros, a charge denunciava os males próprios da raça, que teriam causado a revolta, de acordo com os valores raciais vigentes.<sup>45</sup>

### **Entre a revolta e a “degeneração moral”**

Quando João Cândido foi solto/transferido da prisão subterrânea da Ilha das Cobras, ainda abatido por haver testemunhado, quatro meses antes, a morte por asfixia dos seus companheiros no mesmo calabouço, ele acabou sendo enviado ao Hospital Nacional de Alienados em 18 de abril de 1911. Sintomaticamente, uma das alas do hospício destinada a “loucos criminosos” se chamava “seção Lombroso”.

Tido como louco indigente, João Cândido foi submetido a mecanismos de vigilância, controle e correção, mediante técnicas de observação da psiquiatria, psicopatologia e criminologia. Em sua ficha hospitalar, nota-se que, no exame da anamnese, a primeira pergunta formulada foi sobre os seus antecedentes familiares. Tudo indica que as respostas ali encontradas foram concatenadas em função de um direcionamento prévio muito claro. Embora o documento não provenha da imprensa, o que foge do meu recorte neste capítulo, trata-se de uma peça que pode ajudar a pensar o discurso cientificista e o determinismo biológico, bem como sua penetração social. Vale

---

<sup>45</sup> Ao discutir as representações presentes nos jornais, Lilia Schwarcz já demonstrou que correu solta a vinculação estabelecida entre violência e negros. Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, parte 2.

a pena reproduzir aqui a parte inicial das anotações feitas com base no interrogatório:

*Sobre o estado de saúde da família, não sabe informar, porque há três anos, não tem notícias dos seus. [...] O pai é ou foi alcoolista, bem como um irmão. Ambos, pai com 90 anos e um irmão com 60, são veteranos da Guerra do Paraguai. [...] Tem um irmão assassino e como tal foi condenado a 30 anos de prisão, porém foi perdoado. Na sua família nunca houve doenças nervosas ou mentais.*<sup>46</sup>

A avaliação psiquiátrica do comportamento de João Cândido foi produzida, pois, a partir de suas características biopsicológicas. A investigação procurou nos genes da família comportamentos desviantes, conectando moralidade a doenças mentais geneticamente determinadas. Pela conclusão lógica do exame, João Cândido não era louco, e sim imoral, e essa característica provinha de uma herança genética. Conforme as ideias vigentes, o que diferenciaria a loucura do crime, o louco do criminoso, consistia no fato de que o louco era tido como inculpável; o criminoso, ao contrário, tinha a imoralidade inata como fator de degeneração, perversidade e criminalidade, sendo passível de sanção. Afinal, “na sua família nunca houve doenças nervosas ou mentais”.<sup>47</sup> Cabe ainda realçar alguns detalhes: João Cândido figura no exame de anamnese como natural de Corrientes, República Argentina, supostamente uma influência ruim vinda do exterior; ele foi descrito como pardo, um mestiço, portanto e, de acordo com aquelas teorias raciais, mais propenso a fraquezas e “anomalias”, notadamente morais, como a de desrespeitar os códigos vigentes e as normas da sociedade.<sup>48</sup>

Tais discursos “científicos” obtiveram grande aceitação entre os intelectuais brasileiros e ganharam força nas discussões em torno dos ideais de civilização, associados aos de identidade nacional. Eles cumpriram um papel ideológico importante ao justificar relações de dominação entre as classes no Brasil, articulando cor e raça, a ponto de parte da imprensa empresarial converter-se em divulgadora dessas concepções. Essa visão racista/classista se afinava, aliás, com a ótica de militares contemporâneos da

<sup>46</sup> BARBOSA, Paulo Corrêa. *Almanaque histórico — João Cândido: a luta pelos direitos humanos*. Brasília: Abravideo, 2008, p. 37.

<sup>47</sup> *Idem*.

<sup>48</sup> A visão que, em geral, se tinha dos marinheiros saltou do senso comum para a produção historiográfica. Basta recordar que, apesar de alimentar simpatia pelo movimento contra a chibata e, principalmente, por João Cândido, Edmar Morel, em sua obra clássica sobre o tema, chega a aludir aos baixos escalões da Marinha de Guerra como gente perversa, que comporia “a escória da sociedade”, ou seja, “gente da pior espécie: ladrões, assassinos, portadores das mais diversas taras”. MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação da Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 64 e 68.

revolta que escreveram sobre ela.

Nesse cenário não era somente a imprensa empresarial que buscava se pautar pelo positivismo e pelo cientificismo e suas derivações, como a ideia de civilização e de progresso. Na verdade, o mesmo ocorreu com a imprensa operária, se bem que esta fosse antagônica àquela. Sob a atmosfera das primeiras décadas republicanas, os jornais operários e anarquistas apelavam também para uma retórica cientificista a fim de fundamentar suas análises e suas utopias. Vejamos, no artigo de Pedro Rangel intitulado “João Cândido”, como *A Vanguarda* — um periódico socialista, editado no Rio de Janeiro, voltado para a defesa da classe operária — procurava dar suporte teórico às suas convicções políticas:

*O homem atual, em seu inato desejo de tudo observar, de tudo compreender, de tudo investigar, aproxima-se da generalização. [...] Essa tendência generalizadora já dominara nas especulações filosóficas de Saint-Simon, Charles Fourier, Etienne Cabet, Pierre Leroux, Jean Reynaud, Gall, Broussais, Auguste Comte, Proudhon e outros que concorrem para a formação do Socialismo, e de fato é o sistema mais prático para analisar produtivamente os acontecimentos da vida social.*<sup>49</sup>

O objetivo do texto consistia em responder à questão “quem é João Cândido?” e elucidar o porquê das “desumanas” perseguições sofridas pelo marinheiro. Pedro Rangel dizia usar o método da “generalização” com o propósito de vincular esse fato às mazelas da sociedade burguesa, à luta de classes e à inevitável derrocada do Estado, conforme a sua convicção ideológica. Ficava implícita no artigo a concepção determinista do ocaso da sociedade burguesa, a contradição final do capitalismo, na direção certa de uma sociedade sem Estado. A revolta era um indício do que inexoravelmente viria por força das próprias contradições sociais. Para o autor, a perseguição do marinheiro

*prova que a sociedade burguesa deste país, como a sua congênere europeia, cujos vícios copiou, vai caminhando minada por incurável moléstia [... e] há de apodrecer o seu corpo imundo inteiramente coberto de mazelas repugnantes.*<sup>50</sup>

Para dar resposta à indagação formulada, o autor descrevia João Cândido em relação à sua função nas Forças Armadas e à sua colaboração com a classe burguesa. Nessa análise, o marinheiro era um instrumento da tirania, operando nos aparelhos de

<sup>49</sup> *A Vanguarda*, 9 set. 1911.

<sup>50</sup> *Idem*.

repressão da “máquina opressora que se chama Estado”, usado na luta da burguesia contra os trabalhadores,

*um instrumento da tirania, um indivíduo que o Governo armara para assassinar os seus inimigos, os inimigos da ordem, e muita gente sabe que esses inimigos não são os estrangeiros; somos nós, os trabalhadores, os proletários, os famintos...*<sup>51</sup>

Entretanto, como resultado da opressão do governo que pesava sobre eles, os marinheiros teriam se levantado contra seu opressor. Isso explicaria por que “esses manequins habituados a uma severa disciplina, a uma cega obediência, transformaram-se em homens gritando bem alto a sua natural revolta, a sua justa indignação”.<sup>52</sup>

Ao contrário da animalização proposta na caracterização de João Cândido na capa já mencionada de *Careta*, em *A Vanguarda*, no artigo “João Cândido”, o marinheiro se humanizava ao tomar consciência da exploração que sofria: “tornava-se homem que, mesmo “inculto”, “criado em um meio sem cultura”, “sem ideias”, “sem princípios”, todavia “tinha coração”, era um “negro bondoso que poupava a vida de milhares de pessoas”, “generoso”, “leal”, o verdadeiro bom selvagem do humanista Rousseau. Os valores da Revolução Francesa rejeitados pela República brasileira, principalmente em relação aos princípios da igualdade e da liberdade, eram utilizados para explicar João Cândido, destacando-se as atitudes que o elevavam à condição de sujeito da história.<sup>53</sup>

Os acontecimentos iam se sucedendo, e a imprensa a tudo acompanhava. *O Estado de S. Paulo*, era outro periódico que também não comungava da opinião daqueles que defenderam a aplicação da anistia aos revoltosos. Em artigo de autoria de José Feliciano, “A anistia – uma nota civilista e cívica”, isso foi explicitado, ao advertir que “o governo fraco faz fraca a forte gente”. Segundo ele, o governo não teve varonilidade para lidar com os revoltosos, foi fraco, fugiu às suas responsabilidades, abandonou seu posto, demonstrando “fraqueza” e “pusilanimidade” quando anistiou os

---

<sup>51</sup> *Idem.*

<sup>52</sup> *Idem.*

<sup>53</sup> Haveria, dessa maneira, como que a passagem dos marinheiros de uma condição própria dos animais para a de homens propriamente ditos. Isso foi estampado, por exemplo, nas páginas de outro jornal dirigido aos operários, *La Bataglia*, que, no texto A revolta da esquadra brasileira – A eloquência do movimento, de autoria de Mestre Antônio, apresentou os trabalhadores pobres como um “grupo que recuperava sua dimensão humana através da evolução de sua consciência”. SILVA, Marcos. *Contra a chibata, op. cit.*, p. 71. Na mesma linha de reflexão ia também o socialista *A Vanguarda*, que, no artigo Justiça de classe, identificou, nesse momento histórico, a transformação dos marinheiros em seres humanos *A Vanguarda*, 13 de maio 1911.

marinheiros ainda na posse das armas.

O autor sustentava a surrada tese de que “o abuso dos castigos da chibata aviltante não justifica a maneira inoportável, sumamente bárbara que a revolta assumiu”. Para ele, faltaram “disciplina cívica” e “brio” aos rebelados, mas faltou, acima de tudo, o cumprimento do dever da parte do governo que concedeu a anistia quando deveria reprimir o movimento. E quanto aos marinheiros, argumentava, se tiveram coragem para enfrentar o governo, assassinar oficiais, também poderiam muito bem suportar a chibata: “ponhamos o dilema aos corações bondosos: entre uma centena ou mais de chibatadas sobre o membrudo não inculpado, ou sobre um pouco sensível delinquente, e a morte de inocentinhos, talvez futuros beneméritos — quem hesitaria?”<sup>54</sup>

Além de admitir a prática dos castigos físicos, José Feliciano retirava todas as possibilidades daquele movimento ter tido algum objetivo mais digno, desqualificando-o a começar pelas suas motivações, o uso da chibata, que, no seu entendimento, não era motivo suficiente para tamanha insubordinação, quando mais não seja porque os marinheiros seriam, em última análise, cúmplices dos castigos que recebiam.

*Se tão varonis dignas qualidades ali dominassem, a revolta haveria explodido quando o látigo arrazoava as carnes das vítimas, hoje tão valentes. Se os marinheiros tiveram ânimo e força para afugentar, ferir, matar oficiais, para se apossar de navios arquipoderosos, é porque podiam se subtrair antes à execução dolorosa. [...] Era com seu concurso e ajuda que se aplicava o aviltante castigo.*<sup>55</sup>

Tal manifestação não passou em branco. *A Lanterna*, autodenominada “folha anticlerical de combate” publicada em São Paulo, no artigo “A revolta da maruja — Carta aberta ao Sr. José Feliciano”, assinado por Leão Aimoré, inverteu o argumento de que “um governo fraco faz fraca a forte gente”. Nesse texto, o autor acentuava: “Pois eu penso de modo diverso: a gente forte faz fraco um forte governo”. E se punha a exaltar o “belo gesto dos heroicos lobos do mar”, “excessivamente humanos”. Ressaltava ter havido “um gesto nobre da maruja”, que mandou “ao diabo tal disciplina” militar, “uma forma iníqua e aviltante da escravidão antiga a reviver em tempos modernos para maior vergonha das nações”. E Leão Aimoré concluía, seguindo as suas premissas anarquistas: “mas ai dessa autoridade e da usurpação que ela representa no dia em que o povo confraternizar com os soldados para a abolição de todas as tiranias e

<sup>54</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 nov. 1910.

<sup>55</sup> *Idem*.

de todas as explorações do homem pelo homem.”<sup>56</sup>

Periódico libertário e anticlerical radical, na época dirigido por Edgard Leuenroth, *A Lanterna* tinha como finalidade divulgar o anarquismo e engajar-se na conscientização popular. Daí não ser estranhável que o texto invocasse a ideia da união entre povo e soldados como uma ação armada que levaria ao colapso do capitalismo. Nesse sentido, tornava-se necessária, para o periódico, a união na luta contra os opressores e políticos “pigmeus”, a classe exploradora, que não teria futuramente como se defender.<sup>57</sup>

Idealizações à parte, em 1910 se estava muito longe dessa realidade imaginada. Dias após o encerramento da Revolta da Chibata e da decretação da frustrada anistia aos revoltosos, a eclosão, na noite de 9 de dezembro, de outro levante no Batalhão Naval, sediado na Ilha das Cobras, motivou o recrudescimento da escalada repressiva do governo Hermes da Fonseca, que, ao atingir os marinheiros, não poupou setores populares da sociedade carioca, inclusive operários. Mais de 100 marujos foram despachados como degredados, em condições extremamente adversas, para a região amazônica a bordo do navio Satélite. E tudo isso aconteceu sob o estado de sítio imposto no Rio de Janeiro e Niterói em nome da necessidade de restabelecimento da ordem. Com um adendo significativo, que punha por terra determinadas idealizações:

*os marinheiros dos grandes encouraçados persistiram em atitudes de apoio ao governo durante os novos conflitos, afirmando nos radiogramas que trocaram entre si ser preciso manter a fidelidade à autoridade governamental.*<sup>58</sup>

Já o carioca *A Vanguarda*, numa edição bem posterior à Revolta da Chibata, em maio de 1911 rememorou outras violentas repressões ocorridas na ainda jovem república brasileira, como no caso da Revolta da Armada, anos antes, além da violência perpetrada cotidianamente contra a classe trabalhadora. No texto “Justiça de classe!”, o periódico chamava a atenção no seu subtítulo para as formas “como os ‘grandes’ massacram os pequenos – os horrores da Ilha das Cobras e os fuzilamentos a bordo do ‘Satélite’”. E sublinhava:

*Aproveitamos para mostrar à nossa classe – a proletária, a trabalhadora, aquela que é marinheiro, soldado, operário, e não tem*

<sup>56</sup> *A Lanterna*, 3 dez. 1910.

<sup>57</sup> *Idem*.

<sup>58</sup> SILVA, Marcos. *Contra a chibata*, op. cit., p. 87.



*galões nem dinheiro para comprar juizes – o desplante e impudor com que os grandes e poderosos massacram e torturam os humildes e indefesos.*<sup>59</sup>

*A Vanguarda* insistia:

*a hiena militar, com a complacência do governo, massacrou barbaramente homens indefesos, e, para coroar essa obra que envergonha a civilização e os nossos foros de povo livre, tornaram-se ultimamente conhecidos os crimes praticados em alto-mar a bordo do sinistro vapor Satélite.*<sup>60</sup>

Invertiam-se, pois, os termos da equação: incivilizados eram os dominantes com suas práticas repressivas de caráter bárbaro. Disso certamente fizera parte, na fase pós-Revolta da Chibata, a “limpeza”<sup>61</sup> dos maus elementos da Marinha que deflagrou a perseguição dos marinheiros com as prisões, torturas e assassinatos que se seguiram à decretação do estado de sítio. Isso era o prenúncio do triste espetáculo vivido pelos degredados do Satélite.

Essa política de higienização ou desodorização social pode ser percebida de vários ângulos. Em charge publicada em *O Malho*, “Porta da rua, serventia da casa”, dois marinheiros negros típicos são postos para correr pela mão acusadora da Marinha. Ganha corpo aí, de modo indiscutível, o teor racista do texto, quando afirma que, “contra essa negregada” de marinheiros, o governo estava certo ao expulsá-los. De fato, depois da exclusão em massa de grande contingente de marujos, o critério étnico começou a ser ainda mais usado com vistas a favorecer a um verdadeiro processo de “embranquecimento” da Marinha subalterna. Pudera, muitas das explicações para as causas da revolta gravitavam em torno da questão dos “males da raça”.

---

<sup>59</sup> *A Vanguarda*, 13 maio 1911.

<sup>60</sup> *Idem*.

<sup>61</sup> A ideia de limpeza era uma metáfora combinada a um discurso mais amplo em defesa do sanitarismo, com todas as suas implicações políticas e ideológicas. Como prática, visava intervir na formação de novos hábitos, disciplinar a população e organizá-la para o trabalho regular, nos moldes do regime vigente. Sua propagação rapidamente resvalou para certas concepções de eugenia no Brasil, envolvendo ainda a desvalorização do conhecimento popular e a legitimação da violência do Estado.

Figura 11

## PORTA DA RUA SERVENTIADA COM



Contra essa *negregada* gente que pretende usar o nome glorioso da nossa marinha, servindo-se contra a nação das armas que a nação lhe confiou, — eis o gesto que em boa hora se impoz: — *Olho da rua!*

Fonte: *O Malho*, 17 dez. 1910.

Não é de se surpreender que na charge “Limpendo as águas” *O Malho* noticiasse o degredo, via Satélite, dos marinheiros “reclamantes”. Zé Povo aparecia se despedindo deles e mandando-os “ao diabo”. Quando estourou a segunda rebelião, em 9 de dezembro no Batalhão Naval, o governo prendeu centenas de militares e civis e, no dia de Natal, o presente que eles receberam se resumiu à partida do Rio de Janeiro no

Satélite<sup>62</sup> com destino à Amazônia.

Figura 12



Fonte: *O Malho*, 25 dez. 1910.

Em meio a esses atos de atrocidade, *A Vanguarda*, no seu esforço em prol da propaganda do socialismo, encontrava razões para criticar o Estado como uma “máquina opressora” e “moribunda” que engendrava a sua própria destruição, tamanha a violência com que tratava não só marinheiros, mas os trabalhadores em geral,

<sup>62</sup> “Relatos oficiais apontam que para o Acre foram deportadas 461 pessoas relacionadas ao episódio da *Revolta da Vacina* e 444 pessoas ligadas direta e indiretamente à *Revolta dos Marinheiros*. Muitos morreram na viagem por falta de condições sanitárias, brigas entre eles ou mortos pelos militares que faziam a guarda dos navios até o seu destino final. Não sabemos o número exato dos enquadrados nestes casos, mas foi algo concreto na vida e na morte daquelas pessoas condenadas a uma espécie de limbo da história e da memória: não eram cidadãos, não eram formalmente criminosos, muitos não tiveram seus nomes revelados e não tiveram seus direitos garantidos.” SILVA, Francisco Bento da. História: degredados, gentes sem memória. XII Encontro Regional de História. Anais eletrônicos da Anpuh-RJ. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Francisco%20Bento%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em 3 out. 2011.

desrespeitando as suas próprias leis, como no caso da revogação arbitrária da anistia aprovada depois da entrega dos navios pelos marujos e a subsequente perseguição aos participantes do movimento. Para esse jornal, “diante dessas poderosas razões, é forçoso concluir que quem está fazendo a propaganda revolucionária não são os socialistas, não são os anarquistas: é o próprio Governo.”<sup>63</sup>

Logo se vê que os periódicos socialistas e anarquistas projetaram nos acontecimentos seus preceitos ideológicos e políticos. Enquanto as revistas e os jornais mais conservadores evitaram vincular a revolta à estrutura político-social do país, esta foi considerada como a principal causa do movimento pela imprensa operária, que não poupou críticas ao governo e à classe burguesa.

Episódio incômodo, se encarado sob a lente das ideias dominantes, seria preferível esquecê-lo de uma vez por todas. Pelo menos era o que, no editorial “Apelo à Câmara”, *O País* pregava, ao falar sobre “o levante da marinhagem”. O jornal batia insistentemente na tecla da necessidade de se esquecer aqueles lamentáveis eventos:

*Sobre o levante da marinhagem, felizmente acabado, parece que o melhor é nada mais dizer. O país só tem a lucrar com o silêncio geral sobre esse fato. Na vida dos povos, como na dos indivíduos, há lembranças que se desejaria apagar de todo, pela tristeza, pelo vexame, pela aflição que despertam. Para o Brasil a da revolta dos marujos é uma delas. [...] Nós devemos desinteressar-nos dela, esquecê-la, como uma página irritante e lúgubre da nossa história. [...] Façamos sobre o desenlace desse episódio o maior silêncio. [...] Empreguemos todos os esforços para dissipar a recordação desses dias angustiosos. [...] A revolta acabou. Não se pense mais nessa vergonha ou nesse infortúnio.*<sup>64</sup>

Esse esquecimento que *O País* desejou que ocorresse foi a tônica da ação da censura e de parte da historiografia que praticamente relegou ao ostracismo os acontecimentos que assinalaram a Revolta da Chibata. Porém, por maior que tenha sido o empenho em manter soterrado esse movimento, ele ressurgiu sempre aqui e ali, como a desafiar essa política de enquadramento da memória. Esse é o tema do capítulo a seguir, que privilegiará as produções e manifestações culturais que trabalham contra tal esquecimento.

---

<sup>63</sup> *A Vanguarda*, 13 maio 2011.

<sup>64</sup> *O País*, 28 nov. 1910.

## CAPÍTULO 3

### JOÃO CÂNDIDO E A REVOLTA DA CHIBATA: DISPUTAS E MEMÓRIAS

*Acordei em meio duma maravilhosa aurora de verão. A baía esplendia com seus morros e enseadas. [...] Reconheci o encouraçado Minas Gerais que abria a marcha. Seguiam-no o São Paulo e mais outro. E todos ostentavam, numa verga do mastro dianteiro, uma pequenina bandeira triangular vermelha.*

*Eu estava diante da revolução. Seria toda revolução uma aurora? [...] Era contra a chibata e a carne podre que se levantavam os soldados do mar.*

*O seu chefe, o negro João Cândido, imediatamente guindado ao posto de almirante, tinha se revelado um hábil condutor de navios. Quando mais tarde assisti à exibição do filme soviético Encouraçado Potemkim, vi como se ligavam às mesmas reivindicações os marujos russos e brasileiros. [...] A revolta de 1910 teve o mais infame dos desfechos.<sup>1</sup>*

Logo após as eleições presidenciais de novembro de 1910, o marechal Hermes da Fonseca, que vencera Rui Barbosa num pleito que opôs militaristas e civilistas, estava em uma das várias comemorações pela sua posse. Nesse momento explodiram os primeiros artefatos lançados pelos navios amotinados: mal começara o novo governo, e ele já enfrentava uma grave crise. Naquela hora o presidente assistia, num clube da Tijuca, à ópera “Taunhauser”, de Richard Wagner (1813-1883).<sup>2</sup> No início do século XX, entrar em contato com a produção wagneriana simbolizava um ideal de fruição de valores eruditos na alta sociedade carioca. Afinal, a música ou um estilo musical determinado pode falar muito sobre o universo ideológico de um grupo social.<sup>3</sup>

Enquanto membros das elites brasileiras ouviam Wagner, os marinheiros se embalavam, por exemplo, ao compasso do maxixe, gênero musical cuja execução pelas

---

<sup>1</sup> ANDRADE, Oswald de. *Um homem sem profissão: memórias e confissões*, v. 1: Sob as ordens de mamãe – 1890-1919. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

<sup>2</sup> Cf. GRANATO, Fernando. *João Cândido*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 47.

<sup>3</sup> A obra de Richard Wagner já foi enquadrada como parte das estratégias de ressignificação de certos signos que pudessem vir a resgatar o orgulho do povo alemão, que experimentaria sanções humilhantes no pós-Primeira Guerra Mundial. O compositor passou a representar, segundo a utilização que dele foi feita pela propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial, um ideal de superioridade racial do povo germânico.

bandas militares Hermes da Fonseca acabou por proibir. De acordo com Alexandre Felipe Fiúza,

*o gênero em questão era considerado como música de negros e pobres que manchava a sociedade carioca pelo seu exotismo e sensualidade, sendo utilizado como sinônimo de coisa de última categoria. Comumente executada pelos chorões, era proibida sua execução pelas bandas militares a mando do Marechal Hermes da Fonseca. Até que compositores eruditos transformassem o maxixe em música aceitável... E a esposa do Marechal, agora presidente, tocasse ao violão o proibido maxixe através do “Corta-jaca”, de Chiquinha Gonzaga, em pleno Palácio do Governo.<sup>4</sup>*

Na sua apresentação ao violão, Nair de Teffé, esposa do presidente, contribuiria, de fato, para tornar palatável o maxixe junto a setores da elite intelectual brasileira, apesar de haver, obviamente, despertado reações adversas. Pudera, as manifestações culturais populares, especialmente aquelas originadas da cultura negra, eram consideradas por si sós inferiores. Justificava-se dessa maneira a sua repressão e perseguição policiais, que atingia também aqueles que insistiam nessas práticas “vergonhosas”<sup>5</sup>. Entretanto, assim como Nair de Teffé introduziu, em palácio, o maxixe, acompanhada ao violão — considerado, a exemplo do pandeiro, um instrumento sobretudo de “vadios” —, as criações culturais de origem popular passaram em geral por processos de ressignificação e negociação, possibilitando sua continuidade no tempo e sua circulação entre as classes. Tal foi, por sinal, o caso da reapropriação do samba pela cultura dominante, que incorporou aspectos culturais dos grupos dominados, algo que, um pouco mais tarde, esteve na base da invenção de uma cultura e de uma identidade nacionais, projetando para o mundo uma imagem do samba como produto

<sup>4</sup> FIUZA, Alexandre Felipe. Entre cantos e chibatas: a pobreza em rima rica nas canções de João Bosco e Aldir Blanc. Dissertação (Mestrado em Educação) — FE — Unicamp, Campinas, 2001, p. 57.

<sup>5</sup> Conforme as concepções europeizantes e higienistas dominantes no período, frequentemente aquilo que fosse popular era tido como sinônimo de atraso. Prova disso, entre muitas outras coisas, foi o escândalo provocado em certos meios quando se anunciou que um conjunto de músicos oriundos das classes populares, os Oito Batutas liderados por Pixinguinha, iria se apresentar em Paris, algo vergonhoso para aqueles que viam nisso uma manifestação do Brasil “negróide e ridículo” dessa “pretalhada”... Ver, a propósito, CABRAL, Sérgio. *Pixinguinha: vida e obra*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1997, p. 73 e 74. Seja como for, paralelamente à repressão verificada existiam contatos entre membros das elites e artistas populares, como se deu também, por exemplo, com o poderoso senador Pinheiro Machado, um entusiasta de ritmos e instrumentos populares. Sobre essas aproximações entre segmentos das elites e da intelectualidade com os artistas populares, ver VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Editora UFRJ, 1995, esp. cap. 1 e 2. Ver igualmente SOIHET, Rachel. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930. *Trajatos*, v. 1, n. 1, Fortaleza, UFC, 2001.

essencialmente brasileiro.<sup>6</sup>

Os parágrafos iniciais deste capítulo permitem o estabelecimento de umas tantas pontes com as representações construídas em torno da Revolta da Chibata. Até pela dramaticidade da situação, o surpreendente movimento dos marinheiros inspirou registros na forma de produções culturais que, se partiram dos “fatos” ocorridos, recriaram e ressignificaram os passos da revolta com ingredientes subjetivos de ficção e de imaginação, sem contudo deixar de trazer em si aspectos da conjuntura histórica e das visões de mundo dos seus criadores. Para compor esta parte da dissertação, selecionei para análise algumas dessas produções culturais.

Como vimos anteriormente, em vários momentos os textos publicados na imprensa apresentaram características de gêneros literários, narrando as ações dos marinheiros como um feito heroico tendo como figura central o personagem João Cândido. Ou então como tragédia, como nos periódicos da imprensa operária, quando relataram o assassinio em massa promovido pelo Estado ao investir contra marinheiros indefesos no Batalhão Naval, na Ilha das Cobras, ou ao narrar as torturas e assassinatos nas masmorras, e, depois, os exílios. Ou ainda, em outros casos, como comédia, como fizeram as satíricas revistas ilustradas com suas charges e caricaturas. Todavia, eram narrativas — textuais ou visuais — carregadas de opiniões e vazadas numa linguagem por vezes semiliterária que, paulatinamente, entraria em desuso, sendo substituída por outra de caráter mais “objetivo”, que primaria pela “fidedignidade” das informações, como aconteceria em outras partes do mundo. Em síntese, as notícias veiculadas pela imprensa à época não eram ficção, se bem que, como mostra Lima Barreto em *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, mencionado anteriormente, ela chegasse a fabricar desonestamente notícias.

### **Os sons da revolta na música popular**

Entre as manifestações culturais contemporâneas à Revolta da Chibata que a

---

<sup>6</sup> A apropriação do maxixe ou do samba envolveu, evidentemente, as tensões constitutivas da luta de classes no âmbito da cultura. Ao abordar a invenção do samba como “coisa nossa”, Adalberto Paranhos frisa: “Gostaria de lembrar ainda que a ação estatal, por não ser única nem uniforme, apareceu em meio a tensões permanentes que envolveram o processo de legitimação do samba. Tensões presentes quer na trincheira da produção musical brasileira, quer no interior das classes dominantes e elites intelectuais, quer entre integrantes do próprio aparelho de Estado.” PARANHOS, Adalberto. Percursos sociais do samba: de símbolo étnico ao samba de todas as cores. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh, São Paulo, jul. 2011. Disponível em < <http://www.snh2011.anpuh.org/>>, p. 6. Acesso em 31 dez. 2011.

tomaram como mote, Eduardo (Dudu) das Neves, o palhaço, cantor e compositor Diamante Negro, criou a cançoneta “Os reclamantes”. O título da música, ao que parece, foi escolhido em homenagem aos marinheiros, que assinaram manifestos com esse codinome. De forma satírica e leve, como é característico daquele estilo de canção, o artista enfoca o movimento revelando simpatia por ele e por João Cândido, designado “marinheiro de opinião”. Eduardo das Neves fala com humor da repercussão da revolta e da reação emocional da população carioca, que, com medo, abandona a cidade na “correria” (os mais abastados, provavelmente) em direção a Petrópolis, deixando o Rio de Janeiro, que então “parecia um cemitério”. Ele comenta na canção, com ironia, a reação de sua sogra, que maldisse a ação dos revoltosos:

*Cão com sorte não ladra  
Do desgosto não espanta  
Tive que aturar a sogra  
Num ataque de “demência”  
No chão atirou um cinzeiro  
A tomar agudos ais  
Vou morrer no bombardeio do ..... Minas Gerais  
Com os raios ouvi da sogra  
Com essa revolução  
Imaginem uma sogra  
Com receio de canhão*

Talvez para tentar escapar de uma provável censura por parte da polícia, Eduardo das Neves fez concessões às autoridades, por exemplo, nos versos

*E o nosso presidente  
Ganhou logo simpatia  
Um decreto baixa urgente  
Concedendo anistia  
Tudo volta a seus lugares  
Já ninguém tem mais receio  
Muito embora ..... já não haja bombardeio*

Aliás, no final da cançoneta, marcada pelo tom de harmonia e de conagração geral, todos como que se dão as mãos selando a desejada paz, como se todos os problemas tivessem sido superados graças a um passe de mágica. Daí render vivas à ordem e às autoridades constituídas:

*A revolta já findou-se  
Vamos todos .....  
Viva o povo, viva a Pátria  
Do auriverde pendão  
Viva os chefes de Armada*



*Viva o chefe da Nação*<sup>7</sup>

Dessa maneira, Diamante Negro, sem mencionar, sequer de passagem, as causas da revolta, amenizou o clima de violência que ela suscitou, valendo-se da leveza e do humor dessa história com final feliz. Qualquer que seja a razão para tal procedimento, convém lembrar que deveria ser difícil, naqueles tempos de violenta repressão, a vida de um palhaço, negro, ex-escravo, que fazia música popular, algo discriminado que tinha a sua aceitação nas classes dominantes muito limitada, e ainda tratando de um tema que se tornou alvo de vívidas polêmicas e potencialmente gerador de atritos com a polícia.<sup>8</sup>

Em 1974, portanto 64 anos depois da Revolta da Chibata, um samba-enredo de João Bosco e Aldir Blanc, “O mestre-sala dos mares”<sup>9</sup>, prestou sua homenagem ao movimento dos marinheiros. A composição fala da revolta a partir de uma perspectiva popular e nos remete a outro tempo histórico, de memórias cultuadas, vencidas e ocultadas, mas nunca destruídas. Referindo-se a um outro movimento social, a canção evoca a lembrança do “dragão do mar”, o cearense Francisco José do Nascimento, que liderou um movimento de jangadeiros que se recusaram a fazer o transporte de escravos do porto de Fortaleza para os navios negreiros a fim de serem conduzidos em seguida a outras regiões do Brasil. Nessa obra de Bosco e Blanc, é enaltecida a figura de João Cândido, como uma espécie reencarnação do “dragão do mar”. Logo João Cândido, que não integra a galeria de vultos nacionais, ele “que tem por monumento/ as pedras pisadas do cais”. São, pois, remanejadas figuras do tabuleiro político-ideológico da

<sup>7</sup> A letra completa da música se encontra em anexo e pode ser ouvida em <<http://www.franklinmartins.com.br/>>. Acesso em 20 dez. 2011. A cançoneta “Os reclamantes” foi gravada em disco (n. 120037) pela Odeon, cf. SANTOS, Alcino *et al.* *Discografia brasileira 78 rpm: 1902-1964*, v. 1. Rio de Janeiro: Funarte, 1982, p. 131.

<sup>8</sup> A vida de Dudu das Neves (1874-1919) foi marcada por acidentes de percurso reveladores dos problemas que enfrentou: “aos 21 anos empregou-se como guarda-freios da Estrada de Ferro Central do Brasil, mas, demitido por participar de uma greve, ingressou depois no Corpo de Bombeiros, de onde foi expulso por negligência e por frequentar fardado as rodas de boêmios e chorões.” *Enciclopédia da música brasileira: popular, erudita e folclórica*. 2. ed. São Paulo: Art/PubliFolha, 1998, p. 567. Artista dos mais conhecidos nacionalmente no início do século, Dudu transitou, com sucesso, por vários estados na condição de um dos precursores das gravações de discos no país. Entre os destaques de sua carreira figura uma versão da canção napolitana “Vieni sur mar”, interpretada por ele para a Casa Edson, “e que se tornou conhecida como ‘Ó, Minas Gerais’ [gravada em 1912], já que homenageava a nau capitânia da Marinha de Guerra do Brasil, batizada com o nome do estado brasileiro.” ALBIN, Ricardo Cravo (dir.). *Dicionário Houaiss Ilustrado — Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Paracatu, 2006, p. 526. “Ó, Minas Gerais”, [Eduardo das Neves (letrista)] Eduardo das Neves. 78 rpm, Odeon, s./d., é uma canção cujo registro original recentemente foi inserido na coletânea *As músicas mais fundamentais do século XX*. CD Emi-Odeon, 2000.

<sup>9</sup> À gravação inaugural de Elis Regina seguiu-se, em 1975, a de João Bosco. Ouvir “O mestre-sala dos mares” (João Bosco e Aldir Blanc), Elis Regina. LP *Elis*, Philips, 1974. *Idem*, João Bosco. LP *Caça à raposa*, RCA, 1975.

nação.

O letrista Aldir Blanc foi forçado a negociar a liberação da canção com a censura. Naquele momento a ditadura militar no Brasil ainda punia com perseguições, prisões, torturas e/ou assassinatos suspeitos de encarnar o espectro do comunismo. A censura interveio, assim, para atenuar a força das alusões à Revolta da Chibata, podendo inclusive a expressão almirante negro (presente, originalmente no título do samba-enredo)<sup>10</sup> com o propósito de evitar qualquer referência que denegrisse a suposta democracia racial brasileira. Afinal, no início do século XX, como em meados da década de 1970, os ideais de modernização preconizados pelos setores dirigentes do país se materializariam de modo pretensamente indolor e, digamos, incolor.

Pressionado, Aldir Blanc alterou aspectos discursivos do samba-enredo, indicadores das acirradas disputas pela construção/destruição da memória histórica. Postas abaixo lado a lado e destacando os termos mais afetados pelo poder censório, podemos visualizar melhor e interpretar as modificações que tiveram que ser introduzidas no samba-enredo:

<u>O almirante negro</u>	<u>O mestre-sala dos mares</u>
<p>Há muito tempo/ Nas águas da Guanabara/ O dragão do mar reapareceu/ Na figura de um <b>bravo marinheiro</b>/ A quem a história não esqueceu/ Conhecido como o <b>Almirante Negro</b>/ Tinha a dignidade de um mestre-sala/ E ao <b>conduzir</b> pelo mar <b>o seu bloco de fragatas</b>/ Foi saudado no porto/ Pelas mocinhas francesas/ Jovens polacas e <b>um batalhão</b> de mulatas// Rubras cascatas/ Jorravam das costas dos <b>negros</b>/ <b>Pelas pontas das chibatas</b>/ Inundando o coração/ <b>De toda a tripulação</b>/ Que, <b>comandada pelo Almirante</b>/ Gritava: <b>Não!</b>/ Glória aos piratas/ Às mulatas/ Às sereias/ Glória à farofa/ À cachaça/ Às baleias.../ Glória a todas as lutas inglórias/ Que</p>	<p>Há muito tempo/ Nas águas da Guanabara/ O dragão do mar reapareceu/ Na figura de um / <b>bravo feiticeiro</b>/ A quem a história não esqueceu/ Conhecido como o <b>Navegante Negro</b> / Tinha a dignidade de um mestre-sala/ E ao acenar pelo mar, <b>na alegria das regatas</b>/ Foi saudado no porto/ Pelas mocinhas francesas/ Jovens polacas e <b>por batalhões</b> de mulatas// Rubras cascatas/ Jorravam das costas <b>dos santos</b>/ <b>Entre cantos e chibatas</b>/ Inundando o coração/ <b>Do pessoal do porão</b>/ Que, <b>a exemplo do feiticeiro</b>/ Gritava <b>então</b>:/ Glória aos piratas/ Às mulatas/ Às sereias/ Glória à farofa/ À cachaça/ Às baleias.../</p>

<sup>10</sup> O título “O almirante negro” foi substituído por “Mestre-sala dos mares”. Primeiro, para, uma vez mais, lançar às sombras o nome de João Cândido e a alcunha pela qual passou a ser conhecido. Em segundo lugar porque, para os militares de alta patente, um marinheiro negro e subalterno não deveria se ombrear aos bravos e emplumados almirantes, ao lado dos vultos da memória histórica republicana brasileira e da história oficial, como o foram Floriano Peixoto, Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca ou Quintino Bocaiúva, personagens que saíram vencedores nas disputas políticas simbólicas ligadas à proclamação da República.

através da nossa história/ Não esquecemos jamais/ Salve o <b>Almirante</b> Negro/ Que tem por monumento/ As pedras pisadas do cais/ Mas salve/ O <b>Almirante</b> Negro/ Que tem por monumento/ As pedras pisadas do cais/ Mas faz muito tempo...	Glória a todas as lutas inglórias/ Que através da nossa história/ Não esquecemos jamais/ Salve o <b>Navegante</b> Negro/ Que tem por monumento/ As pedras pisadas do cais/ Mas salve o <b>Navegante</b> Negro/ Que tem por monumento/ As pedras pisadas do cais/ Mas faz muito tempo...
---	--

Já é de conhecimento público o que João Bosco contou sobre o que aconteceu por ocasião das idas e vindas ao Departamento de Censura. O problema maior do samba, na ótica dos militares, era a utilização do termo negro. Repito: era inadmissível tudo o que insistisse em sugerir a existência de racismo no Brasil e, mais ainda, nas Forças Armadas. Apesar disso, um negro ascender socialmente ou nos quadros da Marinha, chegando a oficial, continuava a ser uma barreira de difícil transposição, quando não um tabu.

Quanto às mudanças efetuadas na letra do samba, percebe-se que continham conotações sociorraciais. O termo “marinheiro”, da canção original, deu lugar a feiticeiro, escolha que, em parte, levava a narrativa para o campo da ficção, evitando a incômoda alusão às Forças Armadas e como que sabotando, em alguma medida, o caráter institucional e histórico do movimento. Além disso, feiticeiro agrega, de imediato, um sentido religioso à ação, expediente que foi usado em muitos momentos para expor uma visão de inferioridade das tradições religiosas afro-brasileiras como o candomblé e a umbanda. Estes cultos, por sinal, eram vistos pelas elites, de forma preconceituosa, como feitiço ou bruxaria, termos que apareciam com frequência em notícias na época da revolta que registravam invasões policiais a certas cerimônias religiosas de raízes africanas, muitas vezes vinculadas à ideia de depravação e de promiscuidade, o que justificava a sua repressão.<sup>11</sup>

Em relação ao emprego ordinário dos castigos físicos como causa da revolta, isso ficava evidente quando, na letra original, Aldir Blanc descrevia, poeticamente: “rubras cascatas/ jorravam das costas dos negros/ pelas pontas das chibatas”. Este último verso foi obliterado na reformulação da canção, que excluiu toda e qualquer menção explícita à chibata como instrumento de suplício que possuía nas suas pontas

<sup>11</sup> Cf. FIUZA, Alexandre Felipe, *op. cit.*

agulhas ou pequenos pregos, para aumentar a capacidade de ferir.<sup>12</sup> Somados ao veto à palavra tripulação, para o ouvinte comum — pouco conhecedor de determinados episódios cruentos da nossa história — esses cortes operados abriram espaço para, quando muito, lembrar os cantos, os ritmos e o jogo da capoeira<sup>13</sup> e o seu golpe característico chamado chibata.

O trecho contundente “rubras cascatas/ jorravam das costas dos negros/ pelas pontas das chibatas/ inundando o coração/ de toda a tripulação/ que, comandada pelo Almirante,/ gritava: Não!” sofreu uma mutilação considerável, diante da tentativa dos censores de descaracterizar e deslegitimar a causa da revolta. Em substituição a ele, surgiram os versos “rubras cascatas/ jorravam das costas dos santos/ entre cantos e chibatas/ inundando o coração/ do pessoal do porão/ que, a exemplo do feiticeiro/ gritava então”. José Miguel Arias Neto, ao analisar o depoimento de João Cândido para o Museu da Imagem e do Som, em 1968, salientou a associação que muita gente, inclusive o entrevistador, o historiador Hélio Silva, fez entre o suplício dos marinheiros e a passagem bíblica do castigo aplicado a Jesus:

*anos mais tarde esta associação apareceu também na música de João Bosco e Aldir Blanc: “Rubras cascatas/ jorravam das costas dos santos/ entre cantos e chibatas”. Esta santificação pode ter múltiplos significados. Um deles é o apelo à sensibilidade do ouvinte/leitor para que este compreenda o sofrimento e a humilhação sofrida pelos marinheiros e, neste sentido, a revolta justificava-se plenamente já que estes não são como Cristo e não têm uma missão divina a cumprir na terra. Se Cristo suportou os suplícios a que foi submetido é porque isto fazia parte de um dado plano de salvação da humanidade. Já para os marinheiros não havia sentido em suportar os suplícios, daí a compreensão e a legitimidade da revolta destes homens contra atos de brutalidade dos oficiais de Marinha. Neste sentido o movimento é despolitizado. Não há uma lógica social e militar no regime disciplinar, apenas violência pura. A revolta é uma reação contra esta situação discricionária e arbitrária.*<sup>14</sup>

Nessa perspectiva de análise, a realidade histórica e política da revolta seria

<sup>12</sup> Na verdade, com a habilidade que lhe é peculiar no manejo das palavras, Aldir Blanc manteve ainda uma alusão à chibata, embora a referência à Revolta da Chibata passasse — na segunda versão da letra — a ser sugerida, sem ser escancarada como antes. Para tanto, ele se valeu, aqui como em outras passagens da composição, da dubiedade/ambiguidade da letra reformulada, que, embora, por vezes de forma metafórica, teimava, no fundo, em dizer a mesma coisa de uma maneira camuflada.

<sup>13</sup> Os capoeiras e suas maltas se encontravam em locais públicos no Rio de Janeiro. Com movimentos e ritmos típicos, eram muito perseguidos pela polícia na Primeira República e considerados criminosos de acordo com Código Penal de 1890. Sobre o assunto, ver SOARES, Carlos Eugenio Libâneo. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>14</sup> *Apud* FIUZA, Alexandre Felipe, *op. cit.*, p. 11.

reduzida a uma história e um tempo míticos, com imagens de criaturas sobrenaturais, tais como santos, feiticeiros e gritos vindos “do pessoal do porão”. A meu ver, trata-se, mesmo nessas passagens, de lançar mão de determinados recursos linguísticos para driblar a marcação cerrada da censura, de resto um ato fundamentalmente político. Por isso não compartilho da visão segundo a qual essas mudanças teriam produzido a despolitização do movimento. Ao glorificar as “lutas inglórias” e o que é popular (as mulatas, a farofa, a cachaça) ou fora da lei (os piratas), a canção se expõe, isso sim, aos riscos de escrever uma história dos dominados em que o culto aos heróis aparece com o sinal invertido. De toda forma, seu sentido político a emoldura como um todo, em que pese recorrer, por força das circunstâncias, à incorporação de elementos religiosos.

Enfim, “Mestre-sala dos mares” é um exemplo de samba concebido a partir de baixo, ou melhor, “do pessoal do porão”. Porão que não é senão o espaço dos navios entre o convés e o fundo da embarcação, um lugar de condições precárias, outrora utilizado para o sofrido transporte dos negros escravizados, vindos do continente africano, que de lá saíam por vezes doentes ou mortos, sendo nestes casos enterrados como miseráveis desconhecidos. Por outro lado, o porão funcionava igualmente como um espaço de sociabilidade e lugar de diversas manifestações culturais e religiosas.

Afirmar, a exemplo de alguns jornais que noticiaram a Revolta da Chibata, a perícia dos marinheiros em manobrar e conduzir os grandes navios sempre foi motivo de controvérsias históricas e disputas entre diferentes versões do movimento, opondo militares graduados e simpatizantes da revolta. Enquanto alguns exaltavam a capacidade de João Cândido, oficiais da Marinha diziam que os marinheiros não conseguiriam, em alto-mar, deslocar os navios com precisão, por desconhecimento das técnicas de navegação. Para os militares, não se poderia aceitar a ideia de João Cândido “conduzir pelo mar o seu bloco de fragatas”, nem sequer a do mestre-sala “acenar pelo mar, na alegria das regatas”, que implicaria a aceitação de sua capacidade de liderança. Nesse campo de concorrências envolvendo o sentido da revolta, a posição de Bosco e Blanc soou clara a favor dos marinheiros. Esse é, aliás, o tom mais geral dessa obra, que foge à exaltação dos “pais da pátria” ou dos heróis nacionais comumente celebrados em sambas-enredos convencionais nos desfiles das escolas de samba.

### **Disputas simbólicas: estatuária e memórias em jogo**

Na Primeira República, a construção de monumentos cívicos de personagens

heroicos relacionou-se com a afirmação simbólica do regime republicano no início do século XX. É como se as disputas no campo imagético acabassem esculpidas em pedra. Com as imagens dessas figuras construíram-se monumentos, estátuas, numa palavra, signos da nova ordem republicana que precisava igualmente de hinos e bandeiras para representar a sua grandeza, tanto quanto de vultos e heróis nacionais forjados que serviram para ilustrar os livros didáticos, ornamentar as praças, orientar os calendários comemorativos e as cerimônias públicas de civismo.

Em abril de 1910, por exemplo, foi inaugurado o monumento a Floriano Peixoto na Cinelândia, ponto central do Rio de Janeiro. De inspiração positivista, nele o marechal empunha uma espada, guardando a bandeira tremulante e defendendo a República, e os heróis nacionais aí aparecem (Tiradentes, José Bonifácio e Benjamim Constant) ao lado de uma figura feminina que representa, ao que tudo indica, a pátria, alçando um voo, talvez para o futuro, expresso nas crianças, que se colocam atrás da estátua, brincando.<sup>15</sup>

**Figura 13 – Monumento ao marechal Floriano Peixoto**



Mas nem só de monumentos consagrados aos heróis da história oficial é feita a

---

<sup>15</sup> Isso não significa ignorar a existência de diferentes projetos e disputas concernentes à criação de um imaginário social da República. Sobre essa questão, ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, esp. cap. 1.

nossa história. Em 2008, no Dia da Consciência Negra, uma estátua dedicada a João Cândido foi reinaugurada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Praça XV de Novembro, na zona portuária do Rio de Janeiro. Ela, que se achava, anteriormente nos jardins do Museu da República, no Palácio do Catete, foi transferida para aquele local, mostrando com isso uma disputa pelo espaço urbano, por maior poder de representação/visibilidade histórica.<sup>16</sup> Tal como no caso da disputa travada sobre a localização do monumento a Floriano Peixoto, algo semelhante ocorreu quase cem anos mais tarde, sendo, por fim, escolhido para a fixação da estátua de João Cândido um ponto estratégico na importante região central do Rio de Janeiro.

**Figura 14 – Monumento a João Cândido nos jardins do Museu da República**



---

<sup>16</sup> Como se sabe, o espaço urbano também é objeto de conflitos sociais. Ver a respeito, GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997, esp. cap. Culturas híbridas, poderes oblíquos.

**Figura 15 – Monumento a João Cândido  
na Praça XV de Novembro**



Na obra retratada na figura 15, a história do movimento dos marinheiros pede passagem para implodir a memória oficial. O “almirante negro” posa no monumento como se fosse saudado pelo povo que o ovaciona, sugerindo a ideia da simpatia de parte da população ante a eclosão da Revolta da Chibata.<sup>17</sup> João Cândido ostenta aí um lenço vermelho, cor quente e emocional, símbolo da ação “revolucionária” usado em defesa de uma causa popular. Destacadamente, carrega a roda do timão de um navio, peça que simboliza o controle, pelas próprias mãos, da direção das embarcações e das ações dos revoltosos, expressão do ato de dirigir, comandar e conduzir com perícia os poderosos navios, fato notável ressaltado pela imprensa nacional e estrangeira da época. Dessa maneira, o monumento conta a história do movimento dos marinheiros de modo simples, como era o próprio marinheiro, mas veemente. A figura de João Cândido é esculpida como um herói, reconhecido por suas habilidades e capacidade de liderar e de

<sup>17</sup> Neste ponto, convergem esse texto visual e a letra de “O mestre-sala dos mares”: “E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas/ foi saudado no porto/ pelas mocinhas francesas/ jovens polacas [alusão, em ambos os casos, a prostitutas] e por batalhões de mulatas”. Ou, no caso de “O almirante negro”: “E ao conduzir pelo mar o seu bloco de fragatas/ foi saudado no porto/ pelas mocinhas francesas/ jovens polacas e um batalhão de mulatas.”



reagir à opressão, um verdadeiro “herói da ralé”.

Verifica-se, assim, que, impulsionada por movimentos e grupos vinculados às lutas sociais, a memória coletiva da revolta vem tentando se impor, tirando-a do esquecimento e valorizando-a como forma de resistência da sociedade, em um momento mais propício para tanto, como o do governo Lula. Indo além dos seus próprios marcos, a revolta extrapolou um sentido específico e tornou-se referência simbólica de múltiplas lutas e de distintas maneiras de resistência, práticas e representações. Ela passou, em suma, a representar outra coisa que não os próprios fatos que definiram seus contornos e se tornou um signo.<sup>18</sup> Por essa via, ela converteu-se, eminentemente, em produto simbólico, sem desconsiderar o significado da reconstrução da consciência coletiva da Revolta da Chibata.

O monumento em questão, sem dúvida, exprime uma tentativa de reconhecimento de um símbolo de liberdade e de fixação dele na memória popular nacional, solidificado no formato de estátua.<sup>19</sup> É também um modo de buscar inscrever João Cândido no rol dos heróis da nação e da República brasileira, um herói popular, nesse esforço empreendido principalmente pelo movimento negro. Segundo Pollak, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória.”<sup>20</sup> No caso, a data da reinauguração da estátua não é outra que não o 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, o herói-mor do movimento negro, cujo objetivo, ao estabelecer esse dia como aquele que representa, verdadeiramente, a libertação dos escravos, consiste em contestar o ponto de vista de uma “abolição branca” da escravidão.

---

<sup>18</sup> Como demonstra Adalberto Paranhos, essa migração de sentidos pode ser percebida na trajetória histórica percorrida por muitos artefatos culturais, como, por exemplo, se deu com a canção “Pra não dizer que não falei das flores (Caminhando)”, de Geraldo Vandré, que, de chamamento à luta armada contra a ditadura pós-64, se transformou, em certas circunstâncias, num signo de resistência democrática e até sofreu uma apropriação parcial por setores políticos direitistas. Cf. PARANHOS, Adalberto. *Música, política e ideologia: as reviravoltas de sentido na canção popular. X Congresso Internacional da Brasa: proceedings of Brazilian Studies Association*, Brasília, 2011 (CD-ROM).

<sup>19</sup> Vale registrar que o já mencionado jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento, o “dragão do mar”, é referenciado, desde 1999, em seu estado natal, quando foi inaugurado o grandioso complexo cultural Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, que ocupa 33.000 metros quadrados numa privilegiada região de Fortaleza, situada entre o centro da cidade e a Praia de Iracema. Sem falar que no município de Canoa Quebrada, onde ele nasceu, é possível admirar a estátua que lhe foi dedicada numa praça à beira-mar.

<sup>20</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricas*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 5. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>>. Acesso em 3 mar. 2012.

Em outra ocasião, como parte do reavivamento da lembrança dos cem anos da Revolta da Chibata, o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a contragosto da Marinha, batizou o mais moderno petroleiro brasileiro com o nome de João Cândido. O lançamento do navio aconteceu em meio à descoberta de petróleo na chamada camada do pré-sal nas costas do Brasil — um dos maiores reservatórios de petróleo existentes no país e que se estende em uma faixa que vai desde o estado de São Paulo até o Espírito Santo, passando pelo litoral fluminense. Fundiram-se nesse ato um poderoso símbolo da resistência negra, o “almirante negro”, e o petróleo, um símbolo moderno de riqueza e de poder. Com essa fusão, Lula procurava, de quebra, polir sua imagem — já então um tanto quanto desgastada — de político identificado organicamente aos movimentos sociais e às lutas pela liberdade, enquanto, ao mesmo tempo, anunciava mais um passo em direção ao progresso da nação, associado à sua modernização, como se a exploração do mineral fosse beneficiar a todos, de maneira indistinta.

**Figura 16 – O presidente Lula no ato do batismo do petroleiro João Cândido**



Na imagem captada pelo fotógrafo Ricardo Stuckert, a mão erguida do então presidente Lula parece amparar o nome de João Cândido. Ela assemelha-se à mão erguida do marinheiro tal como foi figurada na sua estátua mostrada mais acima. Ambos, João Cândido e Lula, são postos como heróis da nacionalidade. E, João Cândido — com toda a mitologia que veio a cercar seu nome<sup>21</sup> — se atualiza por meio do poder imagético no ato do batismo do petroleiro. Por outro lado, a imagem exibida seria

<sup>21</sup> Embora não esteja entre os propósitos desta dissertação embrenhar-se por uma biografia de João Cândido, até por uma questão de honestidade intelectual impõe-se esclarecer que nem tudo são flores ao longo da vida política desse “herói”. Sua imagem histórica — congelada, sob certos aspectos, em 1910 — encobre fatos poucos lisongeiros como, por exemplo, sua participação no movimento integralista e sua avaliação do golpe de 1964 como “um movimento de salvação pública” (assuntos ventilados no depoimento prestado por ele ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro).

associada à apoteose e ao triunfalismo libertário desse simbolismo que se liga à industrialização nacional e à independência energética do Brasil com relação ao petróleo.

Se, em 1910, o discurso de modernização da Marinha havia levado aos investimentos nos novos navios de guerra encomendados junto à indústria inglesa, agora, ao contrário, o petroleiro João Cândido, fora encomendado à indústria naval brasileira num lote que incluía outras 48 embarcações. Revitalizava-se, pois, essa modalidade de indústria nacional, contrariando a ideologia neoliberal globalizante com sua lógica do livre mercado que quase destruiu tal segmento industrial, ao lado de muitos outros. O simbolismo do batismo do navio, além da sua utilização como peça de propaganda governamental de cunho ufanista, relaciona-se ainda, nesse sentido, com um discurso pretensamente contra-hegemônico, fazendo uso para tanto da memória de resistência à dominação que foi o legado simbólico da revolta dos marinheiros.

### **A recriação da realidade nas tramas de um romance e de uma peça teatral**

A Revolta da Chibata converteu-se também em tema de literatura. Em *O almirante negro: Revolta da Chibata – a vingança*<sup>22</sup>, publicado em 2000, Moacir Lopes escreveu um romance histórico-social com características da literatura épica. Ao privilegiar em suas obras temáticas ligadas a movimentos populares, o autor posiciona-se politicamente no campo literário, com uma produção abertamente crítica e engajada. E, no momento em que esse livro foi escrito, ele pôde enveredar pela história do movimento dos marinheiros em toda a sua dramaticidade, sem as pressões da censura da ditadura militar e sem temores de represálias. Buscou reconstituir o objeto histórico da revolta, conferindo-lhe um sentido diverso daquele difundido pela maior parte da imprensa contemporânea da Revolta da Chibata e pela história oficial, valendo-se dos subsídios da retomada do tema feita por historiadores, com novas perspectivas historiográficas, a partir dos anos 1990.

Moacir Lopes cultivava uma tradição do pensamento de esquerda, fato corroborado pela publicação, em 1986, de *O capital: ao alcance de todos*, condensação

---

<sup>22</sup> LOPES, Moacir C. *O almirante negro: Revolta da Chibata – a vingança*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

da obra *O capital*, de Karl Marx.<sup>23</sup> Sob essa ótica ele procurou lançar luz sobre a revolta dos marinheiros, enfatizando a tomada de consciência e a reação contra a violência, a exploração e a alienação. Objetivou cumprir, assim, uma função social de educação política pela arte por intermédio de uma obra voltada para manter viva a memória histórica daqueles eventos, articulando arte e produção do conhecimento, ficção e história.

Em seu livro, Moacir Lopes parte dos “fatos históricos”, o que é reforçado pela ideia de que quem narra a revolta é um jornalista, personagem narrador, que teria vivenciado os acontecimentos. Os nomes dos personagens e logradouros são reais, e as situações de ficção imaginadas pelo autor foram acrescentadas para dar ritmo ao texto e preencher as lacunas deixadas pelos dados que coletou.<sup>24</sup> Em 31 capítulos curtíssimos, ele traça uma cronologia dos eventos, sem obedecer a uma direção linear: tudo flui em círculo, indo e voltando no tempo, a ponto de ajustar a narração a um entendimento pormenorizado da cadeia de acontecimentos anteriores à revolta e que ajudam a compreendê-la.

Algumas questões envolvidas na participação da imprensa na revolta são retomadas quando Moacir Lopes fala sobre as intenções deliberadas que confluíram na organização do motim. Todos os créditos são dados aos marinheiros que souberam se organizar e até escolheram, antecipadamente, um intérprete para comunicar à imprensa a versão dos revoltosos. Ao afirmar a pouca espontaneidade do movimento, o autor pretende exaltar, no plano imaginário, a capacidade dos marinheiros, seus esforços e estratégias de enfrentamento da situação. Na história narrada, os revoltosos decidem que seria necessária a presença de um marinheiro em terra que

*precisa transmitir à Imprensa, jornais e revistas, as notícias chegadas de bordo quando a Revolta estourar; sem as naturais deturpações de jornalistas manipulados pelos poderosos do Governo, ainda mais que alguns jornais são de propriedade de deputados ou senadores, como Quintino Bocaiuva, diretor de O País, amigo do senador Pinheiro Machado, ambos fundadores do Partido Republicano Conservador, que por certo iriam, nas páginas do seu jornal, atacar a causa*

---

<sup>23</sup> MARX, Karl. *O capital*: ao alcance de todos (LOPES, Moacir C., org.) Rio de Janeiro: Cátedra, 1986.

<sup>24</sup> Frise-se que, independentemente dessa obra filiar-se ao gênero romance histórico, para além dela toda produção historiográfica comporta elementos ficcionais, como já se acha estabelecido entre os historiadores que se desprenderam de determinadas amarras ou crenças de fundo positivista. Sobre isso, ver, por exemplo, GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

*defendida pelos marinheiros.*<sup>25</sup>

No trecho acima se destacam as íntimas relações entre parte da imprensa e governantes na Primeira República, bem como a maneira pela qual as elites buscavam impor a sua concepção de mundo por meio dos jornais, eles que, convém lembrar, recebiam subsídios governamentais. Moacir Lopes, indo de encontro à postura dominante à época da revolta, empenha-se no romance em politizar a análise do movimento, mostrando que há uma lógica social inscrita nele e não uma pura reação irracional à discricionária violência dos oficiais.

Daí abrir espaço para o estopim da revolta, ou seja, o castigo do marinheiro Marcelino Rodrigues com 250 chibatadas, fato que não recebeu, então, maior atenção da imprensa. Fazendo lembrar o naturalista Adolfo Caminha no romance *Bom-crioulo*<sup>26</sup> ao narrar um castigo de chibata, Moacir Lopes descreve o suplício com minúcias visando oferecer um quadro realista dessa cerimônia sádica:

*O carrasco inicia o castigo. Às primeiras chibatadas, as pontas das centenas de agulhas incrustadas na chibata fazem minar aos poucos gotículas de sangue. Marcelino geme, trinca os dentes. Do pescoço, pelas omoplatas, percorrendo o dorso e já escorrendo pelos braços, os fios de sangue descem pelas calças, fissuras são provocadas quando as agulhas incidem nos pontos já dilacerados de carne viva. [...] Os gemidos, agora, crescendo em uníssono sob o rufar dos taróis a cada chibatada, escapam de todos os marinheiros, enquanto mais sangue escorre do corpo de Marcelino. [...] Mas [...] agora são todas as bocas repetindo a contagem e batendo palmas, quase abafando o ruído dos taróis. Duzentas e três, duzentas e quatro [...] os rapazes dos taróis param de rufar, alegam câibras nas mãos. Prossigam!, grita o imediato [...] Marcelino desmaia, todo seu corpo é uma posta de sangue, e o carrasco prossegue indiferente até a última chibatada.*<sup>27</sup>

Contudo, o motivo “heroico” criado pelo autor para o castigo no livro não passou de uma licença literária de quem, nesse momento, está menos preocupado com a

<sup>25</sup> LOPES, Moacir C., *op. cit.*, p. 79.

<sup>26</sup> Esse romance, representativo da fase naturalista da literatura brasileira, foi lançado sob uma aura de escândalo em 1895, que o perseguiria por muitos anos, sofrendo com a censura e o silenciamento. Seu autor estudou em escola naval e seguiu carreira na Marinha, sendo, portanto, conhecedor da realidade da Marinha de Guerra do fim do século XIX. Ele narrou às claras – algo inédito até então – um envolvimento homossexual entre o protagonista, o marinheiro Amaro, escravo fugido, conhecido como Bom-crioulo, e o grumete, antiteticamente adolescente loiro de olhos azuis, Aleixo. E, com conhecimento de causa e com espantoso realismo, Caminha relatou um castigo de 150 chibatadas sofrido pelo marinheiro Amaro, justamente por ter defendido seu amante em uma briga. Todavia, o autor não deixou de reproduzir determinados preconceitos muito arraigados naqueles tempos, demonstrados com comentários sobre os amantes do tipo “seres doentios”. CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

<sup>27</sup> LOPES, Moacir C., *op. cit.*, p. 75 e 76.

verdade factual do que em inventar uma razão nobre para explicar a odiosa punição aplicada ao marujo. As chibatadas se deveriam, nessa recriação histórica, ao fato de Marcelino Rodrigues “ter sido encontrado em trajes civis, no centro da cidade, participando de uma concentração de gente contrária ao governo constituído, suspeito de conspiração, e por resistir à ordem de prisão de um superior do Batalhão Naval e reagir com agressão física”.<sup>28</sup>

Ao que tudo indica, ele foi castigado, isso sim, por ferir a navalhadas um cabo que o havia denunciado por tentar entrar no navio com duas garrafas de cachaça. Entretanto, nesse exemplo, Moacir Costa busca ajustar os acontecimentos em função de seu posicionamento político e ideológico, inserindo a trama em um ambiente de resistência. Ele, aqui como em outras passagens da obra, enxerga a realidade com lentes de aumento, contando um conto e aumentando um ponto. Promove-se, dessa forma, a acomodação do real a certas concepções apriorísticas da história. Quanto a isso, Moacir Lopes se deixa mover, indiscutivelmente, pelo impulso de projetar nos personagens um consciente engajamento social e uma adesão a causas populares, a partir das quais espera contagiar os leitores, estimulando neles uma reflexão crítica e, quiçá, a entrega à luta pela transformação da realidade.

Para aguçar no leitor a percepção imagética e levá-lo a viver mentalmente a violência registrada nas masmorras da Ilha das Cobras, onde ficaram por uma semana muitos marinheiros abandonados à fome, à sede e à morte, o autor narra de maneira dramática esses momentos:

*O cadáver de Josias Andrade, arrastado para um canto da masmorra, despido, suas calças e blusa precisam ser aproveitadas para isolar da cal as feridas dos que resistem vivos. [...] Começa a inchar, as rachaduras vão se inflando, barriga crescendo, suas vísceras fermentando, que os vermes no interior se multiplicam e se entredevoram [...] Durante a noite esperara João Alves sua vez entre os companheiros para defecar no barril, acororado, sem ter como equilibrar-se, mas antes colhera no caxangá sua própria urina para bebê-la [...] sem merecer do carcereiro um único gole de água [...] Na quarta-feira, o comandante Marques da Rocha ordenara suspender o fornecimento de água aos prisioneiros. Nem mais sejam servidas as sobras do pão dormido, nada, deixe-os à míngua, até que o negro*

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 74. Era vedada expressamente aos marinheiros a participação em quaisquer mobilizações sociais, cominando-se pesadas sanções a quem violasse tal norma. A propósito, nos atuais códigos disciplinares da Marinha continua proibida terminantemente a manifestação pública dos marinheiros a respeito de assuntos políticos, como se eles, meros subalternos, fossem destituídos de capacidade para refletirem sobre assuntos dessa natureza.

*João Cândido morra. [...] — Água! Água! Água! João Cândido e Pau de Lira são os únicos que podem ainda manter-se de pé por algumas horas. [...] Nos fundos estendem-se cinco cadáveres que já exalam putrefação [...] Os 24 cadáveres foram enviados para o Cemitério do Caju para o devido sepultamento, mas seu diretor recusou aceitá-los por lhes faltar atestado de óbito [...] Na manhã de domingo, dia 1. de janeiro, limpas as masmorras, João Cândido, com delírios de febre, e Pau de Lira, na sua teimosa inteireza física, retornam como prisioneiros à masmorra n. 3 [...]*<sup>29</sup>

E é ainda com base nesse “realismo político” que ele descreve o que ocorreu no dia 24 de dezembro, às vésperas da partida do navio Satélite:

*Desde o escurecer, a cidade do Rio de Janeiro em estado de sítio, tropas do Exército e da Polícia garantiam que fossem evacuadas ruas e becos e praias e mirantes dos morros, bodegas, quiosques, vendedores ambulantes, recolhidos carroças, charretes, coches, caleches, carruagens, cavalos, burros e cães, porcos e cabras desgarrados, que acendedores de lâmpadas não iluminassem mais as ruas, fechados cafés e casas de chope, cabarés e teatros e cinematógrafos [...] É decreto do presidente [...] Que nenhum mendigo, boêmio, desordeiro ou desocupado seja visto nas ruas. Em vielas mais ermas, escuras e tortuosas do bairro da Gamboa, chão de terra, entre casebres, espeluncas e cortiços, de gente feia e empestada, piolhenta, perebenta, catarrenta, o mau cheiro de detritos podres do lixo às portas e fezes e urina, cães e ratos famintos, caminha com destino ao Cais dos Mineiros uma récua, manada, rebanho, totalizando quatrocentas criaturas, entre assassinos, ladrões, cáftens, mendigos e vagabundos, mais cento e cinco marinheiros e quarenta e cinco meretrizes [...]*  
*Esses marinheiros conhecerão a vingança pelas mortes de seus superiores a bordo dos navios revoltados, aprenderão a não mais acreditar em balela de anistia. O que é direito reservado apenas a oficiais revoltosos, e não a uns negros que pensaram ser gente.*<sup>30</sup>

Sobressaem neste trecho experiências do cotidiano e modos e condições de vida que descortinam as contradições sociais da Primeira República brasileira, na qual o instituto autoritário do estado de sítio era mais uma vez usado para desfechar perseguições e para proceder a uma “limpeza” nas ruas da capital, “de gente feia e empestada, piolhenta, perebenta, catarrenta”, cuja higienização e desodorização deveria atingir em cheio também o corpo subalterno da Marinha.

Por tudo isso, delinea-se, claro, o objetivo da obra de Moacir Costa: recuperar

<sup>29</sup> LOPES, Moacir C., *op. cit.*, p. 159, 160, 205, 206 e 209.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 11, 12 e 15. É interessante traçar um paralelo entre esse tipo de concepção e as formulações encontradas na obra de Locke, para quem o direito à revolução era privativo dos cidadãos/proprietários, e não da massa da população trabalhadora, que, por viver da mão para a boca, não tinha tempo nem condição de elevar seus pensamentos ao nível da reflexão política exigida para uma tomada de posição como essa. Cf. MACPHERSON, C. B. Locke: la teoría política de la apropiación. In: *La teoría política del individualismo posesivo*. Barcelona: Fontanella, 1970, esp. p. 192-204.

uma história oculta, ainda que, por vezes, ao preço de introduzir elementos que a maquiaram para fornecer uma visão afinada com seus preceitos ideológicos. De toda forma, ele procurou, à sua moda, refletir sobre os conflitos acerca das lutas entre vencidos e vencedores, como se evidencia nas palavras do autor narrador:

*Sim, em qualquer parte do mundo os que detêm o poder são os vencedores. Mas os derrotados plantaram suas ideias, deixaram raízes, alteraram de alguma forma sua sociedade. Os guerreiros vencidos passam à História com mais dignidade que os vencedores.*<sup>31</sup>

As premissas de Moacir Lopes se tornam ainda mais patentes se atentarmos para outra observação dele:

*Faz uns poucos anos, fui procurado por um oficial da Marinha, sugerindo que eu escrevesse sobre a Revolta da Chibata, dando uma versão da conveniência da sua oficialidade, denegrindo a imagem de seu chefe João Cândido, um negro sem importância, inseguro, analfabeto, boçal. Recusei-me. Senhor Almirante, eu disse, a História é contada pelos escribas dos vencedores, geralmente descritos como heróis. Mas, ao passar do tempo, esses vencedores passam a ser julgados como facínoras ou bufões, e são os vencidos que atravessam a história como os autênticos heróis, e se transformam em mitos de um povo, de uma raça.*<sup>32</sup>

No fundo, essa concepção — glorificadora dos dominados — implica uma simplificação da história, por mais louváveis que sejam os propósitos do autor de arrombar as portas da história oficial. Em determinados casos, apesar da inegável contribuição prestada para jogar luz sobre acontecimentos “inglórios”, voltamos, de novo, a uma ótica histórica que privilegia heróis, figuras míticas que parecem mover a história pelas suas qualidades excepcionais. E, diga-se de passagem, é também com essa visão que Moacir Lopes lançou, em 2007, *A ressurreição de Antônio Conselheiro e a de seus 12 apóstolos*.<sup>33</sup>

Mas a Revolta da Chibata saltou também das páginas da literatura para os palcos de teatro. Em 10 de novembro de 2001, um ano depois da publicação do livro de Moacir Lopes que a elegeu como tema central, estreou o musical *João Cândido do*

<sup>31</sup> LOPES, Moacir C., *op. cit.*, p. 33.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 223.

<sup>33</sup> *Idem. A Ressurreição de Antônio Conselheiro e a de seus 12 apóstolos*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.



*Brasil: a Revolta da Chibata*, com texto e direção de César Vieira<sup>34</sup> no Teatro Municipal de Santo André, encenado pelo Teatro Popular União e Olho Vivo (Tuov). O grupo criou um espetáculo de características épicas, sob a perspectiva da luta de classes e sem a preocupação de transformá-lo em mercadoria (suas exposições são gratuitas). Tradicionalmente, o Tuov discute em seus trabalhos questões políticas e sociais, enfocando a temática da luta de classes e fazendo teatro acima de tudo para as classes trabalhadoras, impulsionado por uma visão crítica da sociedade. Ao se referir ao grupo, Iná Camargo Costa acentua:

*Lembremos de Brecht. Qualquer um da geração dele aprendia na escola que a vida pode ser definida em três esferas. A esfera da subjetividade é a Lírica. A esfera que corresponde à vida doméstica, entre quatro paredes, à vida familiar, é a esfera Dramática. E a esfera da vida pública é a esfera da Épica. [...] O nosso problema [...] é que, como a produção ideológica é controlada pela burguesia, eles ficam reivindicando os direitos do indivíduo, a elaboração dramática da cena, sempre para impedir o aparecimento de formas do teatro épico. Ora, o teatro que trata da questão salarial, por definição não pode ser dramático. Se for, está destruindo o assunto.*<sup>35</sup>

O teatro épico possui, segundo o dramaturgo e diretor teatral Bertolt Brecht, características que o diferenciam do teatro dramático, ou seja, aquele marcado pelo melodrama burguês, embora não haja, para Brecht, tipos puros. Entre as características dessa modalidade de teatro preconizadas por Brecht, é sublinhado que o palco relata a ação, transforma o espectador em observador e desperta sua atividade reflexiva, convidando-o a tomar decisões. Ao proporcionar conhecimentos, trabalha com argumentos e com sensações que induzem a uma tomada de consciência. Nesse sentido, o homem, objeto de investigação, é estimulado a se transformar e a ser um agente transformador, em meio a cenas que fluem em curvas.<sup>36</sup>

No caso da peça concebida por César Vieira, ela se inicia já no hospício, o que denota que não se narra a revolta de maneira linear. Antes, a narrativa decorre entre idas

<sup>34</sup> VIEIRA, César. *João Cândido do Brasil: a Revolta da Chibata*. São Paulo: Casa Amarela, 2003. Entre a estreia da peça e 2003, “foram realizadas 82 apresentações, quase todas elas para plateias populares da Grande São Paulo”, conforme nota introdutória que aparece à p. 25 do livro do advogado Idibal Pivetta (codinome César Vieira), conhecido defensor de presos políticos da ditadura militar brasileira. Segundo a mesma fonte, o Tuov tomou parte, em 2003, do desfile de carnaval de São Paulo do Grêmio Recreativo Mocidade Verde e Branco com o samba-enredo “A Revolta da Chibata: luta, coragem e bravura — João Cândido, um símbolo de liberdade”.

<sup>35</sup> Debate entre Iná Camargo Costa e João das Neves, realizado no Estúdio do Latão, em 29 de abril de 2010. Disponível em < <http://www.traulito.com.br/?p=808>>. Acesso em 23 out. 2011.

<sup>36</sup> As características do teatro épico formuladas por Brecht foram sintetizadas por BORNHEIM, Gerd. *Brecht: a estética do teatro*. São Paulo: Graal, 1992, cap. 12.

e vindas, com rupturas de tempo e espaço. Nela são utilizadas algumas soluções propostas por Brecht na sua caracterização do teatro épico, a começar pela maneira de recorrer às músicas.

A canção “Cidade maravilhosa”, de André Filho, tem sua letra substituída por “Hospício maravilhoso”, numa alusão ao internamento de João Cândido no hospício da Praia Vermelha, onde viveu à base de remédios<sup>37</sup>, de acordo com prescrições médicas: “cinco injeções de reserpina por dia/ três colheres de sopa de tranquilol a cada seis horas/ e lavagem tripla por cristal.”<sup>38</sup> Lá ele, de fato, foi obrigado a permanecer dois anos internado, após ser retirado quase morto de uma cela do Batalhão Naval. E, em forma de paródia, a personagem Casimira canta “Hospício maravilhoso, cheio de loucos mil/ Hospício maravilhoso, o maior do meu Brasil”.<sup>39</sup>

A peça é um musical, e as canções perpassam todas as cenas, comentando cada uma. Integram seu repertório, por exemplo, “Ô, abre alas”, de Chiquinha Gonzaga, logo na cena de abertura, o “Hino da Marinha”, tocado em uma assembleia de oficiais no Clube Naval, e canções folclóricas como “Escravos de Jó”, que aclimata uma reunião dos marinheiros e associa seu conteúdo ao tratamento que sofriam na Armada. Com isso se estabelece um contraponto com o “Hino da Marinha”. Para me fixar, aqui, nestas duas passagens, reproduzo, em primeiro lugar, algumas falas de oficiais que figuram em *João Cândido do Brasil* e permitem perceber a grossa camada de preconceitos que pontuam as suas intervenções:

***Comandante Storry***  
*Nossos marinheiros, pobre gente,*  
*negros em sua maioria,*  
*analfabetos, indigentes,*

---

<sup>37</sup> Ao analisar a questão do poder e a sua dispersão pela sociedade, bem como ação de dispositivos de poder que produzem o louco como o outro, Foucault salienta que o saber médico se institui igualmente como uma espécie de poder. Sobre as relações de poder em outros espaços sociais, ver, por exemplo, FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

<sup>38</sup> Fala de Casimira, enfermeira que trabalha no hospital, “lendo a papeleta”. In: VIEIRA, César, *op. cit.*, p. 51.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

*foram doutrinados por ideologias exóticas...*<sup>40</sup>

**Tenente Marques Leal**

*Espelharam-se na revolta  
do encouraçado Potemkin,  
acontecida na Imperial Esquadra da Rússia,  
quando os marinheiros,  
com muita astúcia,  
atacaram seus oficiais...  
Voltaram para o Brasil  
cheios de ideias de rebelião,  
de abolição de castigo corporal  
etc. e tal...*

**Comandante Batista Cavalcante**

*Essa canalha imunda  
quer é nos pôr na bunda.  
Na bunda.*

**Almirante Sardinha Gomes**

*Comandante Batista Cavalcante  
Acho que entendi mal,  
Fale pausado, normal.*

**Comandante Batista Cavalcante**

*Disse, excelência,  
Que se não tomarmos providências  
a Marinha afunda.  
Afunda.*<sup>41</sup>

De outro lado, ao som de “Escravos de Jó”, narram-se os preparativos da revolta:

**Sete**

*A tripula do São Paulo tá chiando.  
Ninguém tem sangue di barata,  
agora sim, qui os homi  
vão descê a chibata.*

**Garoto**

*Não dá mais pra segurar.  
Os comandantes estão trazendo de volta  
a lei da Companhia Correccional.*

<sup>40</sup> A teoria da planta exótica foi fartamente utilizada na Primeira República pelo Estado e pelas classes dominantes brasileiras para combater ideologias e práticas das classes subalternas que encarnariam, no Brasil, valores e atitudes antinacionais, de que seriam exemplo a luta de classes, o anarquismo, o socialismo, vistos como fenômenos importados. Sobre o assunto, ver MAGNANI, Silvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, esp. p. 14-17. Convertida numa espécie de clichê ideológico, a tese da planta exótica reaparecerá em muitos outros momentos da história brasileira, como, por exemplo, no “Estado Novo”, como mostra, PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala, op. cit.*, p. 149 e 150.

<sup>41</sup> VIEIRA, César, *op. cit.*, p. 63.

*A gente tem que se levantar,  
levante geral,  
pro bem ou pro mal.*

**Chaminé**

*O rancho tá aqui tá um nojo,  
o feijão veio temperado com rabo i perna di rato.*

**Mão Negra**

*No Minas Gerais já tem aviso,  
da popa até a proa:  
dia 22 de novembro,  
castigo pro marinheiro Marcelino Rodrigues.  
Duzentos e cinquenta açoites bem contados,  
bem aplicados.*

**Chaminé**

*O cabo Luís Apicuim chibata nova preparô,  
pois prego nas ponta pra aumentá a dô.*

**Sete**

*O comandante Batista Cavalcante fixô lista:  
tudos oficiais, dentro i fora da escala,  
têm qui vesti farda di gala.*

**Garoto**

*O porco Apicuim  
e o puto velho Batista  
têm que ter seu fim.  
Quero jogar essas cabeças no mar,  
pelo portaló, a perder de vista.<sup>42</sup>*

E por aí segue a peça, a cumprir o papel que se propôs de exaltar, numa chave celebratória, à *la* história dos oprimidos, o feito heroico dos marinheiros brasileiros, notadamente João Cândido, materializado na Revolta da Chibata. Não lhe faltou o reconhecimento de intelectuais de peso, como Antonio Candido, que saudou essa obra que se fez “por meio da música, da cor, do gesto organizado, da sátira, da indignação — dispostos em quadros sucessivos segundo um ritmo vaivém no tempo, de maneira a modular uma espécie de grande parada histórica anticonvencional”.<sup>43</sup> Por sua vez, Clóvis Moura, muito afeito à problemática histórica dos negros no Brasil, frisou que

*o autor conseguiu mostrar realisticamente, por meio da linguagem teatral, o que foi o massacre social, político e étnico que as elites brancas brasileiras praticaram visando asfixiar uma justa reivindicação dos marinheiros, heróis da plebe brasileira. A peça vem recolocá-los na sua dimensão heroica, com isso contribuindo para fazer a nossa história social a favor dos oprimidos.<sup>44</sup>*

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p. 74 e 75.

<sup>43</sup> CANDIDO, Antonio. A ação do Teatro União e Olho Vivo. In: VIEIRA, César, *op. cit.*, p. 13.

<sup>44</sup> MOURA, Clóvis. A recuperação poética da memória brasileira. In: VIEIRA, César, *op. cit.*, p. 16 e 17.

A carreira bem-sucedida da peça levou-a a ser contemplada com prêmios das secretarias de cultura do município e do estado de São Paulo e do Ministério da Cultura. Em novembro de 2006, ela completou 250 apresentações<sup>45</sup>, em meio ao transcurso dos 40 anos de atividade do Teatro União e Olho Vivo, um feito, por si só, histórico, para quem se dispôs realizar uma prática teatral popular e militante<sup>46</sup> na cena artística brasileira.

### **Outros lances das batalhas da memória na imprensa**

Herói ou bandido? Como que descrevendo um movimento pendular, João Cândido, em diversos momentos, foi julgado e absolvido ou condenado no “tribunal da história”, oscilando entre o céu e o inferno na avaliação dos seus juízes. O mesmo, aliás, se deu com a Revolta da Chibata, ora enaltecida, ora execrada.

Efetivamente, o movimento e o marinheiro João Cândido, “comandante” do Minas Gerais, causaram grande impacto e foram objeto de inúmeras representações. Desde os primeiros instantes, uma vez deflagrada a revolta, todos ficaram se perguntando sobre quem teria sido o seu líder. Em certas ocasiões, até a imprensa empresarial admitiu determinadas qualidades de João Cândido:

*Depois da revolta da esquadra João Cândido tornou-se a conversa de todas as rodas. Mesmo entre gente da Armada [...] pelo modo como foi bem-sucedido atracando um grande encouraçado, o Deodoro, e fazendo outras evoluções. Inegavelmente era João Cândido um bom marinheiro; graças a sua educação militar que recebera na Inglaterra, se tornara um excelente timoneiro e um ótimo mestre de armas, conquanto não passasse de um marinheiro de primeira classe.<sup>47</sup>*

Mas, no mesmo texto, logo em seguida, afloravam as polêmicas em torno do marinheiro:

*Oficiais afirmaram-nos que João Cândido não fora a alma da revolução, e sim uma das vítimas, guindado à chefia da esquadra pelo seu valor. João Cândido, ao que se dizia, vira-se forçado a fugir para o mastro escondendo-se dos revoltosos. Descoberto, os*

<sup>45</sup> Cf. VIEIRA, César. *Em busca de um teatro popular*. 4. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 2007, p. 241 (edição comemorativa dos 40 anos do Tuov).

<sup>46</sup> Sobre a formação e ação de grupos teatrais populares e militantes no Brasil, ver GARCIA, Silvana. *Teatro da militância: a intenção do popular no engajamento político*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, esp. O teatro popular de periferia e os anos 1970, capítulo no qual a autora analisa mais detidamente a atuação, entre outros, do Teatro União e Olho Vivo.

<sup>47</sup> *O Estado de S. Paulo*, 6 jan. 1911.

*marinheiros fizeram fogo sobre a torre. João Cândido teve de descer e assumir o comando da esquadra. [...] Terminada a revolta, ainda de acordo com os informes, João Cândido assumiu uma posição simpática, a ponto de agredir e ferir vários marinheiros que desrespeitaram um oficial. Quando o governo ordenou que se entregassem os marinheiros do Minas, João Cândido exortou seus camaradas a cumprir as ordens do governo. Foi preso porque na lancha que o trouxe havia uma carabina.*<sup>48</sup>

Polêmicas dessa natureza iriam persegui-lo durante toda a sua vida e culminariam na formulação de uma versão corrente na Marinha, inclusive servindo de fonte a muitos pesquisadores, como foi o caso do historiador naval vice-almirante Hélio Leôncio Martins.<sup>49</sup> Ele, além de apequenar a figura de João Cândido, nega o racismo na Marinha e justifica os castigos físicos em função dos tipos de pessoas que eram recrutadas: “os homens que iam para a Marinha eram quase bicho. Era a ralé da humanidade que aceitava ser marinheiro.”<sup>50</sup>

Já nas inúmeras caricaturas da época, o marinheiro foi objeto de diferentes avaliações nas revistas ilustradas, a exemplo de Zé Povo, que, longe de ser representado de maneira uniforme, sofreu flutuações e deslocamentos de significado.<sup>51</sup> É possível dizer que, se houve uma batalha pelo uso político do povo nas revistas ilustradas, por intermédio do personagem Zé Povo, houve também uma batalha que envolveu a atribuição de significado a João Cândido.

### Figura 17

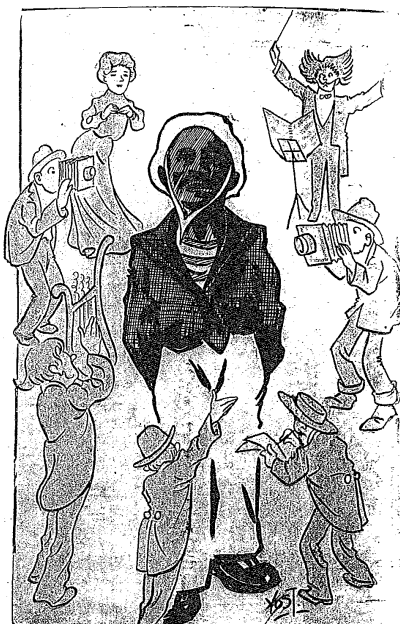
<sup>48</sup> *Idem.*

<sup>49</sup> Em um texto publicado em 2010, tal pesquisador sintetiza alguns argumentos que teceu em MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta dos marinheiros de 1910*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988. Sua preocupação principal é refutar os argumentos que transformaram João Cândido no líder do movimento e em mito nacional. Ele afirma que o marinheiro não teria “estatura para se tornar um mito nacional. Ou [...] conhecimentos e capacidade de comando [...] nunca passou de marinheiro, [...] Como chefe nominal da rebelião foi figura passiva”. E por aí vai... Para saber mais sobre a visão desse historiador a respeito da Revolta da Chibata e João Cândido, ver *idem*, A criação de um mito. *Antíteses*, v. 3, n. esp., dez. 2010. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em 12 out. 2011.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por Hélio Leôncio Martins a Silvia Capanema em 2006 e discutido pela autora em ALMEIDA, Silvia Capanema Pereira de. *Do marinheiro João Cândido ao almirante negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, jun. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 4 jul. 2011.

<sup>51</sup> A propósito, ver SILVA, Marcos A da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1990. “Zé Povo é um caminho importante para entender significados atribuídos à cidadania no Brasil republicano, nas suas décadas iniciais: o que é ser povo, o que é ser cidadão, limites desse povo dentro da república. No fundo, o personagem denuncia que o povo não tem poder; portanto, o regime republicano, que supostamente vem do povo, é uma coisa de povo sem povo.” Entrevista com o professor Marcos Silva. *Espaço Plural*, v. 7, n. 15, Marechal Cândido Rondon. Entrevista concedida a Geni Rosa Duarte e Méri Frotscher. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br>>. Acesso em 27 nov. 2011.

## CONSEQUÊNCIAS DO SENTIMENTALISMO



Fonte: *O Malho*, 17 dez. 1910.

Com a charge acima, assinada por Yost, *O Malho* se utilizou do levante do Batalhão Naval para reafirmar o julgamento de que os marinheiros não passavam de indisciplinados e assassinos, e criticou aqueles que, à primeira vista, exaltavam João Cândido, entre eles músicos, poetas, repórteres, e até moçoilas da sociedade. Daí o comentário que acompanha a charge:

*Quando o marinheiro João Cândido fez aquela formidável encrenca reclamante, não faltou quem o endeusasse. Era o herói, o ídolo do dia. Repórteres entrevistavam-no; insignes oradores faziam-lhe discursos de... agradecimentos; os poetas decantavam-no; os fotógrafos tiravam sofregamente instantâneos; os músicos compunham-lhe hinos e até as moças lhe pegavam no bico da chaleira. Estava tudo doido — dizíamos nós. Como é que se [ilegível] o assassinato e a indisciplinada em virtudes raras? O resultado desse formidável engrossamento ao herói de 15 de Novembro (moderno) não se fez esperar: rebentava a nova revolta de 9 de dezembro. Uma lástima este sentimentalismo piegas que estraga o miolo de tanta gente.<sup>52</sup>*

A despeito do tom de pouco-caso da crítica contida na revista, o amadurecimento profissional do marujo João Cândido o tornou apto para assumir o *status* de cidadão e corporificava, em alguma medida, os princípios sustentados pelo positivista Benjamin Constant ao defender o respeitável soldado-cidadão. É interessante ressaltar que o marechal Hermes da Fonseca, em sua campanha presidencial, relançou

<sup>52</sup> *O Malho*, 17 dez. 1910.

em palanque a defesa do soldado-cidadão, embora se provasse que, na prática, a teoria era diferente. Independentemente da sua profissão de marinheiro implicar trabalho manual e rústico, segundo a charge João Cândido foi considerado por muitos como se fora um cavaleiro. Note-se que nesse desenho uma mulher, num momento em que “até as moças lhe pegavam no bico da chaleira”, tem ares de paixão, atitude deplorada como “sentimentalismo piegas”, de gente de miolo mole. Com isso *O Malho* tentava destruir certa imagem positiva dos marinheiros, desqualificando mais uma vez a revolta.

De fato, muito foi dito sobre o marujo e as suas habilidades profissionais, próprias do marinheiro. Para Norbert Elias, essa profissão passou por transformações no processo histórico que desaguarão no marinheiro moderno, de quem se requer

*qualidades como destreza, boa educação, liderança e tato diplomático, consideradas atributos indispensáveis para as pessoas no comando de operações militares e que frequentemente entravam em contato com oficiais estrangeiros, a maioria deles de origem nobre.*<sup>53</sup>

José Carlos Barreiro, por sua vez, pondera que o marinheiro é “um tipo singular de trabalhador que viveu conflitos ainda pouco conhecidos nas relações sociais, culturais e de trabalho travadas em portos e navios do Brasil e de todo o mundo.”<sup>54</sup> E destaca seu importante papel como mão de obra marítima, usada em relevantes atividades produtivas que contribuíram para configurar a economia mundial na ordem capitalista. Esse historiador, ao pesquisar os relatórios do Ministério da Marinha, abrigados no acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap), da Unesp/Assis, cruzou aspectos significativos da formação da força de trabalho marítima, tais como salário, pensão, assistencialismo, asilo, aposentadoria e carreira dos marinheiros, relacionando-os com as formas de disciplina, motins, prisões, crimes e castigos.

<sup>53</sup> “A fusão das tarefas de um marinheiro com as de um cavaleiro, como vemos mais tarde na história da profissão naval, não era, portanto, o arranjo simples e óbvio que parece ser quando se aplicam os conceitos sociais do nosso tempo. Era, outrossim, consequência de uma luta prolongada e de um processo de tentativa e erro que durou mais de um século.” ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavaleiros e tarpaulins. *Mana*, v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 10 jan. 2012.

<sup>54</sup> BARREIRO, José Carlos. A formação da força de trabalho marítima no Brasil: cultura e cotidiano, tradição e resistência (1808-1850). *Tempo*, v. 15, n. 29, Niterói, dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 5 out. 2010. Para entender o processo de neutralização dos conflitos existentes a bordo dos navios por meio da disciplina de trabalho, ver também *idem*, Os relatórios do Ministério da Marinha como fonte para a análise da formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil (1780-1850). *Patrimônio e Memória*, v. 1, n. 2, Assis, 2005. Disponível em <<http://www.cedap.assis.unesp.br/>>. Acesso em 10 out. 2010.



Baixos soldos, disciplina e indisciplina, submissão e motins, crimes, prisões e castigos, tudo isso viria a atravessar a vida de João Cândido e de outros marinheiros. Colocado no olho do furacão, o “almirante negro” foi alvo — como já enfatizei — das mais diversificadas e antitéticas opiniões, escorraçado aqui, glorificado ali.

Concebido, em muitos casos, como criminoso que devia ser esquecido, preso ou morto, em desenho publicado em *O Malho* e reproduzido abaixo, ele não era poupado. Invertendo a perspectiva heroica, a revista acreditava estar restituindo a João Cândido sua posição mais lógica de bandido que ameaçava a capital federal, representada por uma indefesa senhora, protegida por um militar cavalheiro que, apesar da coragem em erguer espada, nada podia fazer para defender a dama frente ao poder do criminoso, acentuado pela gigantesca capacidade de destruição da arma que portava.

Figura 18



Fonte: *O Malho*, 17 dez. 1910.

Por outro lado, como caricaturado na charge de Yost, reproduzida na figura 17, *O Malho* aproveitava para satirizar fotógrafos que, atraídos pela celebridade instantânea de João Cândido, “tiravam sofregamente instantâneos”. Ao se reportarem, a seu modo imagético, ao movimento dos marujos, teriam eles acabado, através das suas lentes, por

emitir, indiretamente, julgamentos de simpatia à revolta e aos marinheiros, especialmente ao seu líder. A reação não tardou.

No dia 27 de novembro foi noticiada em *O País* a prisão de alguns fotógrafos que haviam burlado uma proibição da polícia marítima de fotografar os navios, ainda tomados pelos marinheiros, nas últimas fases da negociação. Muito provavelmente a detenção dos fotógrafos pela polícia — que resultou na apreensão e “desaparecimento” de seu material fotográfico e filmico — ocorreu em parte por causa da censura aos posicionamentos favoráveis ao movimento. Afinal, a cortina do silêncio com que a Marinha procurou envolver determinados fatos da Revolta da Chibata iria perdurar durante décadas, algo evidenciado pela indisposição em liberar a documentação relativa ao episódio que não havia sido ainda destruída.

Certamente, não seria com bons olhos que a polícia deveria ver fotografias de marinheiros subalternos segurando faixas com dizeres como “viva a liberdade”, como foi o caso da foto publicada na revista *Careta*<sup>55</sup>, anos depois utilizada por Edmar Morel na capa de seu livro dedicado à revolta.<sup>56</sup>

**Figura 19 – Viva a liberdade**



Fonte: *Careta*, 3 dez. 1910.

A prisão daqueles fotógrafos foi tema de charge em *O Malho*, tendo como personagem o chefe de polícia Belisário Távora, encarregado pelo marechal-presidente Hermes da Fonseca de pôr fim à jogatina no Rio de Janeiro. De acordo com o *Jornal do Ceará*, “o Dr. Belisário Távora proibiu terminantemente que cinemas exibissem fitas

<sup>55</sup> *Careta*, 3 dez. 1910.

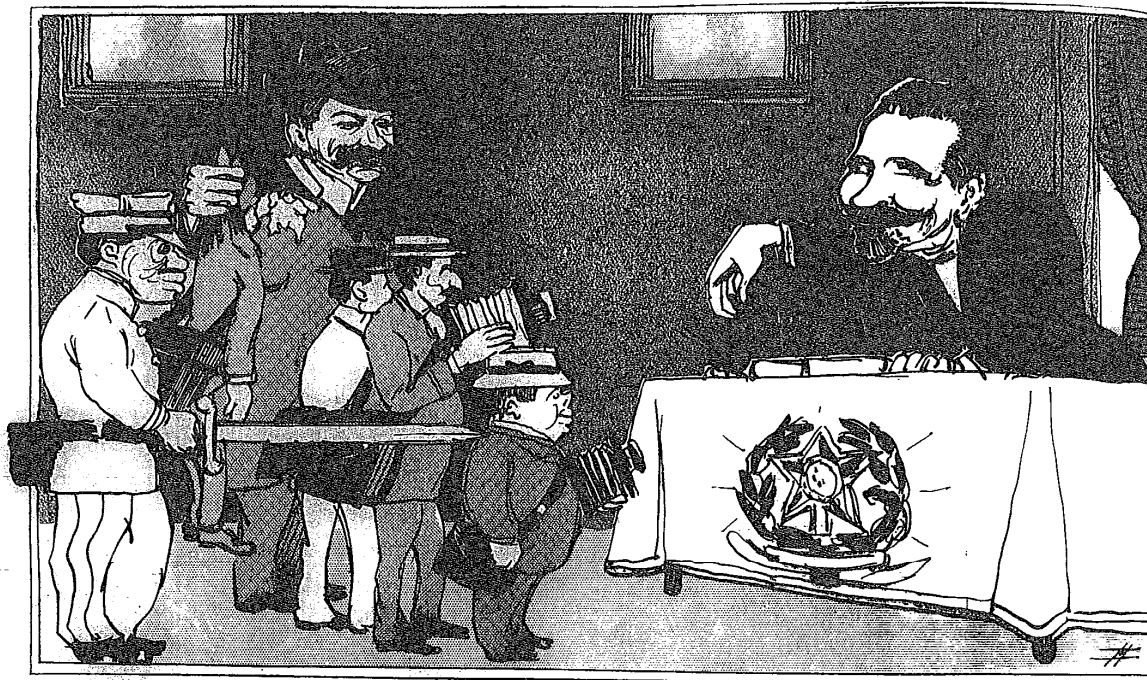
<sup>56</sup> MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação da Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

filmadas a bordo dos navios revoltosos.”<sup>57</sup>

Figura 20

UMA DO DELEGADO DESFRUCTAVEL

No dia da pacificação da revolta, quando os photographos dos jornaes dos rebeldes vindos de bordo do «Minas», «S. Paulo» e «Bahia», foram presos por um celeberrimo delegado, que os apresentou ao chefe de policia. (Dos jornaes.)



Cunha Vasconcellos:— Seu chefe! Como não pude prender o João Candido, prendi este pessoal que anda fazendo a caricatura da gente! Não sei onde estou; que não peça a força para elles!...  
Belisario Tavora:—O quê!... Os photographos dos jornaes?!... Ora, seu Cunha! Essa é de se lhe tirar o chapéo!... Srs photographos, não façam caso... desculpem o incommodo e vão... vão sahindo... vão sahindo!...

Fonte: *O Malho*, 3 dez. 1910.

O cinema, recém-inventado e antenado com seu tempo, produziu filmes/documentários sobre a revolta e, nesse passo, deu voz à sofrida população negra e aos marinheiros em particular:

*há ainda os negros que foram registrados nesta invenção que nascia no final do século XIX, como o navegante negro João Cândido que comandou a Revolta da Chibata. Foram feitas várias imagens do episódio, sendo produzidas fitas como: A Revolta da Esquadra, que terminava com uma fotografia de tamanho natural de seu líder; a Revolta dos Marinheiros, Rebelião da Marinhagem da Esquadra e o documentário Gaumont Atualidades. Todos com cenas da Revolta da Chibata. Lembremos também de José do Patrocínio Filho, que contribuiu com o cinematógrafo gerando um novo gênero de filme: a*

<sup>57</sup> *Jornal do Ceará*, 28 dez. 1910.

*revista, com temas políticos.*<sup>58</sup>

Silvia Capanema, nas suas pesquisas, cita uma nota publicada no *Correio da Manhã* em 23 de janeiro de 1912. Nela se informava que o chefe de polícia do Rio de Janeiro

*proibiu a sua apresentação, mandou apreender os cartazes-reclamos e deu ordens para que prendesse os distribuidores dos reclamos. E com isso o Sr. Belizário lavrou um tento, porque, se não fizesse o que fez, talvez a essa hora o Rio em peso estivesse revolucionado ... para ver a fita que se exhibia na Rua Marechal Floriano.*<sup>59</sup>

Percebe-se, então, que, da parte das autoridades governamentais e dos intransigentes defensores da ordem social a qualquer preço, muito se fez para desconstruir a memória entusiasmada da Revolta da Chibata e torná-la enfraquecida, uma vergonha a ser esquecida. Em seu lugar deveria se cultivar, isso sim, uma visão sintonizada com explicações estigmatizantes e cheias de estereótipos, que sempre retornam, mesmo quando de há muito refutadas.

---

<sup>58</sup> Especificamente sobre os negros no cinema brasileiro, ver SANTOS, Lucinéia Alves dos. O negro nos primórdios do cinema brasileiro: uma abordagem entre a literatura e a imprensa. Seminário Nacional de Literatura História e Memória. *Anais do X Seminário Nacional de Literatura, História e Memória*. Cascavel, 2011. Disponível em <[www.literaturahistoriaememoria.com.br](http://www.literaturahistoriaememoria.com.br)>. Acesso em 2 fev. 2012.

<sup>59</sup> *Correio de Manhã*, 23 jan. 1912. *Apud* ALMEIDA, Silvia Capanema Pereira de, *op. cit.*, p. 64.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*

Michel Foucault<sup>1</sup>

O estudo das representações da Revolta da Chibata foi o objeto desta dissertação. Para tanto, busquei mostrar a maneira pela qual o movimento dos marinheiros foi construído pelos textos escritos e visuais da imprensa da época, muitas vezes antagônicos, dependendo de que grupos partia o discurso. Além disso, procurei entender como, no decorrer do tempo, a revolta foi sendo mantida viva na memória histórica, ressignificada por intermédio das produções e manifestações culturais, a despeito das imposições de silêncios e esquecimentos, ao sabor das ondas políticas do último século.

Antes, contudo, realizei uma ligeira contextualização histórico-social do movimento, a partir de uma análise daqueles que foram considerados, de acordo com os autores que se ocuparam desse assunto, os principais antecedentes da Revolta da Chibata. Moveu-me aqui a necessidade de ir além dos muros da instituição e da hierarquia militares, por considerar que o movimento dos marinheiros se vinculou, direta ou indiretamente, a fatores originados em uma ordem social mais abrangente e se inscreveu em um quadro mais amplo de lutas pela cidadania.

Nesse sentido tentei estabelecer conexões entre a instituição militar e as determinações mais gerais da luta de classes, tomando como ponto de partida a constatação de que as Forças Armadas não estão ilhadas na sociedade, pois sofrem os seus condicionamentos e atuam igualmente na vida social. Foi o caso, por exemplo, da repressão à Revolta da Chibata, nas suas diferentes etapas, que ocorreu em um contexto de outras tantas ações violentíssimas por meio das quais as elites na Primeira República trataram as classes trabalhadoras e a população mais pobre, na tentativa, por um lado, de neutralizar os movimentos populares e operários, e, por outro, de disciplinar

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo. Loyola, 1996, p. 10.

coercitivamente as pessoas para o trabalho nos moldes capitalistas.

Para cumprir o objetivo proposto, este estudo apoiou-se em uma seleção de materiais da imprensa representativos de distintos grupos ou segmentos sociais. Por isso analisamos tanto discursos procedentes da imprensa empresarial, ligada ao pensamento das elites e/ou das classes dominantes e do governo, como aqueles produzidos pela imprensa operária, que englobava anarquistas e socialistas. Assim, foi possível acompanhar os embates, no nível das representações, entre interesses sociais e perspectivas político-ideológicas em conflito. Da análise das leituras de mundo plasmadas nos periódicos da época resultou a ideia de uma verdadeira luta envolvendo disputas no âmbito das representações, para além daquelas que se registravam em outras esferas. Esforcei-me para apreender as acirradas lutas simbólicas travadas naquele momento no campo das significações. Esses confrontos ficaram claros na medida em que determinados grupos projetaram nos discursos e textos visuais que conceberam sobre o movimento dos marinheiros suas próprias visões de mundo. Numa palavra, utilizaram-se variadas estratégias de luta na construção de sentidos para a revolta, o que implicou, em última instância, a reconstrução da realidade de modo particular. Como parte dessa ação, lançou-se mão de charges, desenhos, crônicas, fotografias, entre outras representações icônicas que ilustraram e complementaram as matérias, artigos e reportagens.

A relação que se estabeleceu entre grupos empresariais ou governistas e as suas estratégias de desqualificação e despolitização do movimento, considerado com frequência ilegal e repudiado pela prática de atos de “pura anarquia”, fortaleceu juízos de valor geralmente de condenação dos marinheiros rebeldes. Muitas vezes, emergiram argumentos de cunho racial, uma dimensão relevante da operação ideológica de discriminação étnica dos marinheiros. Como se não bastasse serem identificados como criminosos e vadios, os marujos, negros, pardos e pobres em sua imensa maioria, eram como que responsabilizados pela vida que levavam, excluídos de direitos sociais e políticos mínimos. A imprensa empresarial procurou, dessa forma, com as suas opiniões, oferecer uma justificação para a manutenção de uma rígida estratificação social, com os trabalhadores colocados em situação de desprestígio e sujeição. Como exemplo, grande parte dela impôs o seu veredicto de criminoso sobre João Cândido e abominou a revolta que feriria nossos foros de civilização.

Tais observações não devem, todavia, nos conduzir a pensar tudo em bloco, como se as duas pontas da gangorra não fossem também atravessadas por contradições internas que a Revolta da Chibata colaborou para explicitar. Muito embora João Cândido fosse recriminado por seu gesto, ele, contraditoriamente, chegou a ter o seu papel no movimento bastante destacado pela imprensa, a ponto de ser, por vezes, encarado por grandes jornais empresariais como pessoa de alta capacidade técnica e reconhecidos valores humanos. Paralelamente, a revolta foi utilizada por alguns periódicos para que estes marcassem posições contrárias ao governo Hermes da Fonseca. Tal foi também o caso de Rui Barbosa, que, nos seus discursos no Senado, se colocou, em parte, ao lado dos marinheiros e em franca oposição ao marechal-presidente.

De toda maneira, a execração da revolta dos marujos deu o tom predominante na imprensa comercial, que, sob esse aspecto, reforçou o pensamento da oficialidade. Isso pôde ser percebido ainda em 2008, ano em que a Marinha liberou documentos sobre a Revolta da Chibata, um pouco antes do movimento completar o seu centenário e em meio a preparativos para muitas manifestações sobre seu significado histórico. Uma nota da Marinha publicada em *O Estado de S. Paulo* reiterava velhas ideias, dando a impressão de que ela poderia ter sido escrita nos idos de 1910:

*a Revolta da Chibata [...] constitui-se em um triste episódio da história do país e da própria Marinha do Brasil (MB) [...] A MB sempre se pautou pela firme convicção de que as questões envolvendo qualquer tipo de reivindicação obteriam a devida compreensão, reconhecimento e respaldo para decisão superior, por meio do exercício da argumentação e sobretudo do diálogo entre as partes [...] o movimento não pode ser considerado como “ato de bravura” ou de “caráter humanitário”. [...] a Revolta da Chibata foi uma rebelião ilegal, sem qualquer amparo moral ou legítimo, [...] produziu] a indesejável e inadmissível quebra da hierarquia. [...] A abolição da escravatura, assunto mais abrangente e de importância maior na escala de valores nacionais, obteve equacionamento de forma gradual, inicialmente, por meio de leis menores, que foram se complementando, até atingir-se a lei definitiva, em maio de 1888 [...] Os estudos oficiais e fidedignos sobre o tema sequer certificam o verdadeiro mentor da revolta.<sup>2</sup>*

Em pleno Governo Lula, esse segmento do aparelho repressivo do Estado insistia, portanto, em fazer pouco da ação dos revoltosos, como se permanecesse intocado pelos ventos da relativa democratização que sopraram nestas terras. Segundo a interpretação da história elitista contida nessa nota, a libertação dos escravos não contou

---

<sup>2</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 jul. 2008.

com a participação e o esforço dos próprios escravizados nas suas múltiplas expressões de resistência, mas seria produto de um processo gradual que teria redundado, supõe-se pacificamente, com a edição da “lei áurea” de 13 de maio de 1888. Numa só penada duas questões eram tratadas de modo parecido, desembocando na desqualificação da Revolta da Chibata bem como na desconsideração da resistência escrava. Essa é uma concepção restritiva da história da libertação dos negros que atira ao esquecimento diferentes formas de lutas desfechadas por eles e, por analogia, tenta promover a ocultação da participação de João Cândido como líder do movimento contra a chibata, o que, no limite, está a serviço da desvalorização e/ou ocultação da luta dos trabalhadores em geral por melhores condições de vida e de trabalho.

Por seu turno, na imprensa operária da época viu-se que os discursos sobre a Revolta da Chibata privilegiaram uma visão crítica da sociedade capitalista. Nessa ótica, o movimento foi deflagrado em meio à luta contra a opressão das elites sobre a classe trabalhadora. Ela, ao contrário da imprensa empresarial, fez uma análise que partia do princípio da existência de uma lógica social por trás da revolta que era, efetivamente, a lógica contraditória do funcionamento do modo de produção capitalista. Procurou-se, dessa maneira, estabelecer uma maior aproximação entre os operários e os marinheiros, tanto que a imprensa operária deixou-se levar pela idealização de uma eventual luta futura conjunta que concorresse para a derrocada do sistema econômico num processo revolucionário que acabaria por restaurar uma sociedade mais igualitária. Entretanto, aqueles marinheiros não tiveram uma motivação que conduzisse à radicalização do movimento nessa direção, como ficou demonstrado nas suas ações e nos seus manifestos. Seus pronunciamentos, na verdade, foram direcionados, sobretudo, para o sistema republicano, enfatizando-se os seus fundamentos de igualdade perante a lei, mostrando uma tomada de consciência acerca da cidadania e dos seus direitos civis e, por outro lado, ressaltando os ideais abolicionistas, ao associá-los à mobilização contra o uso da chibata, símbolo do trabalho escravo que ainda persistia na Marinha e na sociedade brasileira.

Avançando no tempo, convém frisar que a consciência crítica remanescente da Revolta da Chibata continua sendo objeto de controvérsias memoriais até os dias de hoje. Ao longo das décadas que se passaram, a memória da revolta dos marinheiros foi evocada em situações variadas e por vários atores. No conturbado ano de 1964, por exemplo, em outro movimento de marinheiros subalternos que defendiam, então, a



consolidação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFN)<sup>3</sup>, a Revolta da Chibata foi lembrada, inclusive com a presença de João Cândido na associação.<sup>4</sup> Coincidentemente, lançou-se o anátema da “subversão” a esses militares, e sua mobilização foi também recriminada por amplos setores sociais que identificaram nela, de modo análogo, a quebra da hierarquia militar num momento em que se falava dos perigos da implantação do comunismo ou de uma “república sindicalista” no Brasil. Ambos os movimentos foram, portanto, desqualificados, resguardadas as diferenças temporais e de complexidade da sociedade brasileira na década de 1960 em relação à de 1910. No caso da AMNFB, naquela conjuntura pesava contra ela sua ligação, de uma forma ou de outra, a movimentos sociais em ebulição e às reformas de base encampadas pelo presidente João Goulart (que, aliás, visitou, numa ocasião, a associação dos marinheiros).

Ainda que muita coisa houvesse se modificado nas relações entre oficiais e subalternos e entre sociedade e Forças Armadas, subsistia muito daquela estrutura hierárquica rígida da Marinha. E os marinheiros e fuzileiros navais, rompendo com determinadas normas disciplinares draconianas, se puseram a questionar os baixos soldos e a reivindicar o direito de andar à paisana fora das horas de faina, estudar, se casar, exercer direitos políticos, acabar com a caderneta de faltas etc. Para mudar a situação a que se sujeitavam, foi criada a associação, que, além do mais, se propunha outros objetivos. Os marinheiros insistiam em defender uma real e efetiva participação política da sua categoria na luta por direitos sociais. Isso, como era previsível, acirrou a crise entre eles, que se politizavam crescentemente, e os oficiais, que se incomodavam com a criação e manutenção da associação e com a atuação política de segmentos subalternos das Forças Armadas.

Seja como for, as batalhas da memória em torno da Revolta da Chibata não ecoariam apenas em acontecimentos como esse. Paralelamente às representações mais críticas acerca do movimento dos revoltosos, alimentou-se, ao mesmo tempo, como uma expressão da luta de classes no plano simbólico, uma memória coletiva que projetou no cenário republicano outros atores e outros heróis, ao lado daqueles já

---

<sup>3</sup> A respeito disso, ver MEDINA, João Ignácio de. *Águas revoltas: um estudo comparativo entre a Revolta da Chibata de 1910 e o Movimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) — IFCS — UFRJ, Rio de Janeiro 2008.

<sup>4</sup> Na ocasião, por sinal, ele deixou claro que desconfiava da possibilidade desse movimento ser bem-sucedido, conforme consta de seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

consagrados como ícones nacionais. E vimos que surgiram, mais recentemente, ruas, praças, bustos, estátuas e tantos outros “monumentos”, e foram realizadas cerimônias que buscaram formar um legado de memória a partir de uma perspectiva popular. Essas práticas e representações só puderam encontrar espaço em função de outras distintas correlações de força que marcaram a vida política e social no Brasil, por mais acanhada e insuficientemente democrática que seja a atual democracia. Não foi à toa que somente dos anos 1990 em diante, após o fim da ditadura militar, registrou-se, com mais ênfase, uma reviravolta a respeito dos significados da Revolta da Chibata.

Quanto às produções culturais, a dramaticidade inerente aos episódios que assinalaram o movimento dos marujos começou a nutrir-lhes a criatividade desde os primeiros momentos do levante. Nas recriações da Revolta da Chibata, ganhou força um sentido de crítica social que apoiou suas referências na ação daqueles que foram os seus protagonistas. Tentou-se criar, a partir dos fatos, inclusive aqueles mesmos que foram veiculados pela imprensa, uma história que enaltece a figura de João Cândido e a atuação dos marinheiros, avaliada como justa e legítima e, em parte, vitoriosa, se levarmos em conta a abolição posterior a 1910, da prática da chibata na Armada. O poder de conferir legitimidade à memória histórica da revolta entrou, assim, num embate pelo poder de instituir um significado para ela, que foi recriada e ressignificada com ingredientes subjetivos de ficção e de imaginação, contudo trazendo, simultaneamente, aspectos da conjuntura histórica e das visões de mundo dos seus participantes.

Mais recentemente, vieram a se somar a essas produções culturais, na literatura, no cinema e no teatro, cerimônias que lembraram a revolta e evidenciaram que sua mensagem histórica de crítica social tem sido apropriada por diferentes movimentos sociais, em especial aqueles ligados à consciência negra, mas também, por exemplo, pelo movimento dos trabalhadores sem teto, que batizaram em 2007, na zona sul de São Paulo, um grande acampamento com o nome de João Cândido.

Além disso, a Revolta da Chibata é sempre lembrada pelo movimento dos perseguidos pela ditadura militar, ao enfocarem as lutas pelos direitos humanos e repudiarem a prática da tortura, que remete, entre outras coisas, à lembrança dos suplícios sofridos pelos marinheiros nos cárceres da Ilha das Cobras. A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — independentemente de tudo o que implicou no

campo da conciliação de classes — concorreu, por sua vez, para que esses movimentos adquirissem maior visibilidade no cenário social, por mais que isso, nem de longe signifique estabelecer aqui uma relação de causa e efeito entre uma coisa e outra. Nesse cenário, o governo sancionou, em 2008, a anistia a João Cândido ao aprovar um projeto de lei da senadora Marina Silva. Fez-se, pois, justiça à sua memória. Justiça, ainda que tardia.

## FONTES

### LOCAIS DE PESQUISA

- Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp.
- Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro.
- Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) do Rio de Janeiro.
- Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro.

### ÁUDIO

- *As músicas mais fundamentais do século XX*. CD Emi-Odeon, 2000.
- “O mestre-sala dos mares” (João Bosco e Aldir Blanc), Elis Regina. LP *Elis*, Philips, 1974.
- “O mestre-sala dos mares” (João Bosco e Aldir Blanc), João Bosco. LP *Caça à raposa*, RCA, 1975.
- “Ó, Minas Gerais” [Eduardo das Neves (letrista)], Eduardo das Neves. 78 rpm, Odeon, s./d.
- “Os reclamantes” (Eduardo das Neves), Eduardo das Neves. 78 rpm, Odeon, s./d.
- Gravação do depoimento de João Cândido ao historiador Hélio Silva no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

### BIBLIOGRÁFICAS

ALBIN, Ricardo Cravo (dir.). *Dicionário Houaiss Ilustrado — Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Paracatu, 2006.

ALMEIDA, Silvia Capanema Pereira de. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos. Históricos*, v. 23, n. 45, Rio de Janeiro, jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>.

\_\_\_\_\_. *Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, jun. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>>.

ARIAS NETO, José Miguel. João Cândido, 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, n. 6, jun. 2003. Disponível em <<http://www.revista.historiaoral.org.br/>>.

BARBOSA, Paulo Corrêa. *Almanaque histórico — João Cândido: a luta pelos direitos humanos*. Brasília: Abravídeo, 2008.

CÂNDIDO, Antonio. A ação do Teatro União e Olho Vivo. In: VIEIRA, César. *João Cândido do Brasil: a Revolta da Chibata*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. *História, Ciências e*

*Saúde: Manguinhos*, v. 2, n. 2, jul./out. 1995. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>.

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>.

CUNHA, H. Pereira da. A revolta da esquadra brasileira em novembro e dezembro de 1910. Separata da *Revista Marítima Brasileira*, out.-dez. 1949, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1953.

ENCICLOPÉDIA da música brasileira: popular, erudita e folclórica. 2. ed. São Paulo: Art/PubliFolha, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GRANATO, Fernando. *João Cândido*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

LOPES, Moacir Costa. *O almirante negro: a Revolta da Chibata – a vingança*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta dos marinheiros de 1910*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

\_\_\_\_\_. A criação de um mito. *Antíteses*, v. 3, n. esp., dez. 2010.

MEDINA, João Ignácio de. *Águas revoltas: um estudo comparativo entre a Revolta da Chibata de 1910 e o movimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) — IFCS — UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação da Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MOURA, Clóvis. A recuperação poética da memória brasileira. In.: VIEIRA, César. *João Cândido do Brasil: a Revolta da Chibata*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Social) — IFCH — Unicamp, Campinas, 1997.

\_\_\_\_\_. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese (Doutorado em História Social) — IFCH — Unicamp, Campinas, 2002.

SANTOS, Alcino et al. *Discografia brasileira 78 rpm: 1902-1964*, v. 1. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.

SILVA, Marcos A. da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. da. “Nossa classe” – Revolta da Chibata na imprensa operária. *Revista Brasileira de História*, v. 2, n. 3, São Paulo, mar. 1982.

VIEIRA, César. *João Cândido do Brasil: a Revolta da Chibata*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

## DIGITAIS

- <http://www.anpuh.org>
- <http://www.artcultura.inhis.ufu.br>
- <http://bibliotecadigital.fgv.br>
- <http://www.cedap.assis.unesp.br>
- <http://www.dominiopublico.gov.br>
- <http://www.e-revista.unioeste.br>
- <http://www.franklinmartins.com.br>
- <http://www.historiaunirio.com.br>
- <http://www.ibge.gov.br>
- <http://www.literaturahistoriaememoria.com.br>
- <http://www.nytimes.com>
- <http://www.planalto.gov.br>
- <http://www.periodicos.udesc.br>
- <http://www.rbhcs.com>
- <http://www.revista.historiaoral.org.br>
- <http://www.rj.anpuh.org>
- <http://www.scielo.br>
- <http://www.snh2011.anpuh.org>
- <http://www.traulito.com.br/?p=808>
- <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>
- <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/2/07.02.pdf>

## JORNALÍSTICAS

- *A Lanterna*
- *A Vanguarda*
- *Careta*
- *Correio Paulistano*
- *Diário do Congresso Nacional*
- *Fon-Fon!*
- *Jornal do Ceará*
- *O Estado de S. Paulo*
- *O Malho*
- *O País*
- *The New York Times*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Oswald de. *Um homem sem profissão: memórias e confissões*, v. 1: Sob as ordens de mamãe (1890-1919). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BANDEIRA, Fabiana Martins. *Disciplinando homens, fabricando marinheiros: relações de poder no enquadramento social da Corte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – CCH – UniRio, Rio de Janeiro, 2010.

BARREIRO, José Carlos. Os relatórios do Ministério da Marinha como fontes para a análise da formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil (1780-1850). *Patrimônio e Memória*, v. 1, n. 2, Assis, 2005. Disponível em <<http://www.cedap.assis.unesp.br/>>.

\_\_\_\_\_. A formação da força de trabalho marítima no Brasil: cultura e cotidiano, tradição e resistência (1808-1850). *Tempo*, v. 15, n. 29, Niterói, dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO NETO, Raul Coelho. “Pela pátria”: ideologia e doutrinação em uma escola da Marinha de Guerra do Brasil (1910-1945). *PerCursos*. v. 10, n. 2, Florianópolis, 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.udesc.br/>>.

\_\_\_\_\_. Transpondo muros e regras: os aprendizes-marinheiros da Bahia nas ruas de Salvador (1910-1942). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, São Leopoldo, dez. 2009. Disponível em <<http://www.rbhcs.com>>.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, Campinas, 1999.

BORNHEIM, Gerd. *Brecht: a estética do teatro*. São Paulo: Graal, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre-São Paulo: Zouk/Edusp, 2007.

CABRAL, Sérgio. *Pixinguinha: vida e obra*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1997.

CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – III – O Brasil republicano*, v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro-Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, São Paulo, abr. 1991. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>.

\_\_\_\_\_. Textos, impressão, leitura. In: HUNT, Lynn. (org.). *A nova História Cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. O povo e a palavra impressa. In: *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

*E-PREMISSAS*: Revista de Estudos Estratégicos, n. 2, jan.-jun., Campinas, 2007. Entrevista concedida por João Quartim de Moraes a Augusto Buonicore. Disponível em <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/2/07.02.pdf>.

ELIAS, Nobert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>.

ESPAÇO Plural, v. 7, n. 15. Entrevista com o professor Marcos Silva. Marechal Cândido Rondon, jul.-dez. 2006. Entrevista concedida a Geni Rosa Duarte e Méri Frotscher. Disponível em <<http://www.e-revista.unioeste.br/>>.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre cantos e chibatas: a pobreza em rima rica nas canções*



de João Bosco e Aldir Blanc. Dissertação (Mestrado em Educação) — FE — Unicamp, Campinas, 2001.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

GARCIA, Silvana. *Teatro da militância: a intenção do popular no engajamento político*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 11, n. 18, Uberlândia, Edufu/CNPq/Capes/Fapemig, jan.-jun. 2009. Disponível em <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br>>.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*, v. 3, Maringá, UEM, 1999.

LOPES, Moacir C. *A ressurreição de Antônio Conselheiro e a de seus 12 apóstolos*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

MACPHERSON, C. B. Locke: la teoría política de la apropiación. In: *La teoría política del individualismo posesivo*. Barcelona: Fontanella, 1970.

MAGNANI, Silvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, Karl. *O capital: ao alcance de todos* (LOPES, Moacir C., org.). Rio de Janeiro: Cátedra, 1986.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural,

1988.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Percursos sociais do samba: de símbolo étnico ao samba de todas as cores. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh*, São Paulo, jul. 2011. Disponível em <<http://www.snh2011.anpuh.org/>>.

\_\_\_\_\_. Música, política e ideologia: as reviravoltas de sentido na canção popular. *X Congresso Internacional da Brasa: proceedings of Brazilian Studies Association*. Brasília, 2011 (CD-ROM).

\_\_\_\_\_. História, política e teatro em três atos. *In: PARANHOS, Kátia Rodrigues (org.). História, teatro e política*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PARANHOS, Kátia Rodrigues, LEHMKUHL, Luciene e PARANHOS, Adalberto. (orgs.). *História e imagens: textos visuais e práticas de leitura*. Campinas: Fapemig/Mercado de Letras, 2010.

POLLAK Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>>.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. (orgs.). *A classe operária no Brasil: 1889-1930: Documentos*, v. 1: O movimento operário. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado (1889-1930)*, v. II — documentos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, Cristiane. A construção social do vadio e o crime de vadiagem (1886-1906). Dissertação (Mestrado em História Social) — IFCS — UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo-Rio de Janeiro: Imaginário/Achiamé, 2002.

SANTOS, Lucinéia Alves dos. O negro nos primórdios do cinema brasileiro: uma abordagem entre a literatura e a imprensa. *Anais do X Seminário Nacional de Literatura, História e Memória*. Cascavel, 2011. Disponível em <[www.literaturahistoriaememoria.com.br](http://www.literaturahistoriaememoria.com.br/)>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

\_\_\_\_\_. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. *In: NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil —*

República: da *Belle Époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Francisco Bento da. Do Rio de Janeiro para a Sibéria tropical: prisões e destierros para o Acre nos anos 1904 e 1910. *Tempo e Argumento*, v. 3, n. 1, Florianópolis, jan.-jun. 2011.

SILVA, Marcos A da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus/Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

SOARES, Carlos Eugênio Libâneo. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930. *Trajetos*, v. 1, n. 1, Fortaleza, UFC, 2001.

SOUZA, Laura de Melo e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Editora UFRJ, 1995.

VIEIRA, César. *Em busca de um teatro popular*. 4. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 2007.

## ANEXO

“Os Reclamantes”

(de e com Eduardo das Neves)

78 rpm, Odeon, s./d.

Neste Rio de Janeiro  
Fez-se grande confusão  
Soldado marinheiro  
Fez uma revolução.  
Eram os chefes reclamantes  
Da maruja amotinada  
Por eles o grito incessante  
Era a Marinha revoltada  
Houve grande correria  
Todo o povo no receio  
Por toda parte dizia  
Vai haver um bombardeio

Durante aqueles três dias  
De ..... e amargor  
Viu-se tudo em correria  
Só dominava o terror  
O comércio fecha a porta  
Quando vê o caso sério  
Ficando a cidade morta  
Parecia um cemitério  
E soldado e armamento  
Nosso Rio de bloqueio  
Só à espera do momento  
Do falado bombardeio

Cão com sorte não ladra  
Do desgosto não espanta  
Tive que aturar a sogra  
Num ataque de “demência”

No chão atirou um cinzeiro  
A tomar agudos ais  
Vou morrer no bombardeio  
Do ..... Minas Gerais  
Com os raios, ouvi da sogra  
Com essa revolução  
Imaginem uma sogra  
Com receio de canhão

João Cândido de fama  
Marujo de opinião  
Mandou um radiograma  
Para o chefe da Nação  
E o nosso presidente  
Ganhou logo simpatia  
Um decreto baixa urgente  
Concedendo anistia  
Tudo volta a seus lugares  
Já ninguém mais tem receio  
Muito embora .....  
Já não haja bombardeio

Tudo foi e acabou-se  
Não há nada mais a temer  
A revolta já findou-se  
Vamos todos .....  
Viva o povo, viva a Pátria  
Do auriverde pendão  
Viva os chefes de Armada  
Viva o chefe da Nação